



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

MARCOS VINÍCIUS FERREIRA LEITE

**AS IDEIAS DE NATUREZA NA HISTORIOGRAFIA DE  
LONDRINA (1985-2017)**

---

Londrina  
2020

MARCOS VINÍCIUS FERREIRA LEITE

**AS IDEIAS DE NATUREZA NA HISTORIOGRAFIA DE  
LONDRINA (1985-2017)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina – UEL, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em Territórios do Político.

Orientador: Prof<sup>o</sup> Dr<sup>o</sup> Gilmar Arruda.

Londrina  
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

L533 Leite, Marcos Víncius Ferreira .  
As Ideias de Natureza na Historiografia de Londrina (1985 - 2017) / Marcos Víncius Ferreira Leite. - Londrina, 2020.  
145 f. : il.

Orientador: Gilmar Arruda.  
Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2020.  
Inclui bibliografia.

1. Natureza - Tese. 2. Historiografia - Tese. 3. Ideias de Representação - Tese. I. Arruda, Gilmar. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

CDU 93

MARCOS VINÍCIUS FERREIRA LEITE

**AS IDEIAS DE NATUREZA NA HISTORIOGRAFIA DE LONDRINA  
(1985-2017)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Centro de Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Londrina – UEL, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em Territórios do Político.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador: Profº Drº Gilmar Arruda  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

---

Profº Drº Frank Antônio Mezzomo  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná -  
UNIOESTE

---

Profº Drº Richard Gonçalves André  
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 25 de Junho de 2020.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por estar comigo nesta longa caminhada de dois anos de muito aprendizado, luta e força para enfrentar todos os obstáculos de minha vida pessoal e acadêmica. Chegar até a reta final deste curso é um sonho desejado desde as primeiras tentativas do vestibular. Passando pela graduação e especialização, hoje, mais uma vitória se concretiza ao chegar até a conclusão do Mestrado, abrindo portas para um futuro de continuidade historiográfica neste breve início de trabalho no ambiente acadêmico em minha jornada.

Agradeço ao Professor Gilmar Arruda, por ter aceitado me orientar e pela paciência com minhas dificuldades e dúvidas nesses dois anos. Os ensinamentos e conselhos durante a produção deste trabalho serão para toda a vida, tanto pessoal quanto acadêmica.

Agradeço a presença de meus pais e irmão, Carlos Ferreira Leite, Leila Ferreira Leite e Carlos Henrique Ferreira Leite, que sempre me apoiaram desde o início dos processos seletivos até o final desta caminhada. A presença, força, confiança e perseverança dessas pessoas me acompanharam nestes dois anos de Mestrado, motivando a conclusão dos estudos.

Agradeço também a força e a presença de todos os amigos e professores do departamento de História da Universidade Estadual de Londrina, que sempre me ajudaram e me orientaram para o melhor caminho de minha pesquisa e aprendizado. Todo conhecimento adquirido nas aulas e a participação de cada um, no decorrer destes anos de curso, estão presentes em minha formação curricular.

Em especial, agradeço à Taiza Maria Lozano de Oliveira, que faz parte da minha vida pessoal há mais de 7 anos, sendo amiga e companheira, me dando força, inspiração, saúde, bem-estar e alegria de vivermos no mesmo tempo e espaço deste imenso jardim, que é nossa galáxia.

Atenciosamente,

Marcos Vinícius Ferreira Leite

*Com a operação historiográfica, os estatutos se transfiguram, os objetos se deslocam. É desta maneira que o historiador se apropria de um espaço que até então não lhe pertencia, constituindo-o finalmente em seu território – produto de determinados poderes estabelecidos não apenas por ele, mas também pela sociedade que fala através de seu discurso para muito além do próprio historiador que o anuncia.*

*Estabelecer um recorte, enfim, é definir um território historiográfico – um território a partir do qual o historiador, como ator sintagmático, viabiliza um determinado programa. É a partir desta operação – seja ela orientada pelo grande recorte no espaço físico, pelo recorte regional, pelo recorte da série documental, ou simplesmente pela análise de uma única fonte – que o historiador deixa suas marcas e as de sua própria sociedade, redefinindo de maneira sempre provisória este vasto e indeterterminado espaço que é a própria História.*

*(José D' Assunção Barros)*

LEITE, Marcos Vinícius Ferreira. *As Ideias de Natureza na Historiografia de Londrina (1985-2017)*. 2020. 145 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar quais ideias de natureza estão presentes em algumas obras de caráter historiográfico sobre a cidade de Londrina, buscando abordar como a natureza foi inserida nestes estudos – dentro e fora das academias – para fundamentar suas interpretações sobre o passado da região. O motivo desta abordagem está relacionado a identificarmos, por intermédio de parte da historiografia produzida entre os anos 1985 a 2017, quando a natureza deixou de ser representada como segundo plano nas questões críticas do passado regional, a fim de ser analisada, efetivamente, como objeto de pesquisa. Para realizar esta análise, foram selecionadas onze obras como fontes, produzidas dentro e fora das universidades, que tiveram como objeto de pesquisa tanto a História Local quanto a natureza, em suas transformações, apropriações e representações. Como resultado, a partir dos anos 2000, identificou-se que parte da historiografia da região realizou uma mudança em torno de seu objeto de pesquisa. A natureza, não mais como “segundo plano” das interpretações do passado local, passou efetivamente a ser objeto de pesquisa destas obras, assumindo diferentes ideias de representação em suas formas de abordagem. Tanto as transformações dos espaços naturais em seus métodos de apropriação quanto suas representações em aspecto de denúncia e necessidades de preservação passaram a ser abordadas após os anos 2000.

**Palavras-chave:** Natureza, Historiografia e Ideias de representação.

LEITE, Marcos Vinícius Ferreira. **The Ideas of Nature in the Historiography of Londrina (1985-2017)**. 2020. 145 p. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

### **ABSTRACT**

This work aims to analyze which ideas of nature are present in some works of a historiographical character about the city of Londrina, seeking to approach how nature was inserted in these studies - inside and outside the academies - to support their interpretations about the region's past. The reason for this approach is related to identifying, through part of the historiography produced between the years 1985 to 2017, when nature is no longer represented as a background in the critical issues of the regional past, in order to be effectively analyzed as an object of research. To carry out this analysis, eleven works were selected as sources, produced inside and outside the universities, which had as their object of research both Local History and nature, in its transformations, appropriations and representations. As a result, from the 2000s onwards, it was identified that part of the region's historiography made a change around its research object. Nature, no longer as the “background” of interpretations of the local past, effectively became the object of research in these works, assuming different ideas of representation in their forms of approach. Both the transformations of natural spaces in their methods of appropriation and their representations in terms of denunciation and preservation needs started to be addressed after the 2000.

**Keywords:** Nature, Historiography and Ideas of representation.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 1</b> – Bandeira do Município de Londrina .....	45
<b>FIGURA 2</b> – Brasão do Município de Londrina .....	45
<b>FIGURA 3</b> – Vista geral do Mural de 1959. Foto: Livia Lopes Sant’Anna, Viviane Gomedi.....	105
<b>FIGURA 4</b> – Vista geral do Mural de 1984. Foto: Gilmar Arruda .....	106
<b>FIGURA 5</b> – Fotografia de José Juliani, 1934 (imediações de Cambé). 13 x 18 cm. Fonte: CDPH-UEL, álbum de José Juliani (reg. 872) .....	112
<b>FIGURA 6</b> – Fotografia de José Juliani, década de 1930. 13 x 18 cm. Fonte: CDPH- UEL, álbum de José Juliani (reg. 857 .....	113

## **LISTA DE TABELAS**

<b>TABELA 1 – Detalhamento das Fontes .....</b>	<b>16</b>
---	-----------

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AGAPAN	Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente Natural
APPEMMA	Associação Paranaense de Proteção e Melhoria do Meio Ambiente
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
COPATI	Consórcio Intermunicipal do Rio Tibagi
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
MAPE	Movimento Arte e Pensamento Ecológico
PMAT	Parque Municipal Arthur Thomas
SENGE	Sindicato dos Engenheiros de Londrina
SOCEMA	Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFG	Universidade Gama Filho
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
USP	Universidade de São Paulo

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>1</b>	<b>AS IDEIAS DE NATUREZA E SUA INCLUSÃO NO CAMPO DA HISTÓRIA COMO ELEMENTO INSEPARÁVEL DAS RELAÇÕES HUMANAS COM O ESPAÇO NATURAL</b> .....	22
1.1	AS IDEIAS DE <i>NATUREZA</i> SEGUNDO RAYMOND WILLIAMS.....	23
1.2	A NATUREZA COMO ELEMENTO INSEPARÁVEL DAS RELAÇÕES HUMANAS NO CAMPO DA HISTÓRIA, SEGUNDO DONALD WORSTER.....	31
<b>2</b>	<b>AS IDEIAS DE <i>NATUREZA</i> COMO SEGUNDO PLANO NA HISTORIOGRAFIA DE LONDRINA (1985-1993): SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS</b> .....	39
2.1	SEMELHANÇAS.....	50
2.2	DIFERENÇAS .....	62
<b>3</b>	<b>AS IDEIAS DE <i>NATUREZA</i> COMO OBJETO DE PESQUISA NA HISTORIOGRAFIA DE LONDRINA (2001-2017): SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS</b> .....	77
3.1	SEMELHANÇAS.....	85
3.2	DIFERENÇAS .....	100
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	130
	<b>FONTES E REFERÊNCIAS</b> .....	133

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar quais ideias de natureza estão presentes em algumas obras de caráter historiográfico sobre a cidade de Londrina, buscando abordar como a natureza foi inserida nestes estudos – dentro e fora das academias – para fundamentar suas interpretações sobre o passado da região.

O motivo desta abordagem está relacionado à identificação, por intermédio de parte da historiografia produzida entre os anos 1985 a 2017, de quando a natureza deixou de ser representada como segundo plano nas questões críticas do passado regional, para ser analisada, efetivamente, como objeto de pesquisa do campo historiográfico da cidade de Londrina.

Para realizar esta análise, foram selecionadas onze obras como fontes, produzidas dentro e fora das universidades, que tiveram a cidade de Londrina tanto como recorte espacial, analisando as transformações, apropriações e representações da natureza quanto como objeto de estudo, questionando na temática da ocupação deste espaço: as origens, fundação, permanência, identidades, legitimação política, crises sociais, econômicas e a própria história local.

A partir da década de 1950 – período anterior aos programas de pós-graduação das universidades –, narrativas memorialistas sobre a história local já vinham sendo produzidas e disseminadas por diferentes grupos dominantes da região, representados pela CTNP<sup>1</sup> (1930-1944) e elite cafeeira<sup>2</sup> (1945-1975). Estas narrativas, no decorrer das décadas de 1950 a 1980, foram confundidas como historiografia, transformando e legitimando-se como “descrição oficial” da história da cidade.

As narrativas memorialistas – também chamadas de narrativas históricas ou produções de cronistas – são definidas pelo campo da História, segundo Arruda e Proença (2019), como “produções do saber sobre o passado”, que, além de serem produzidas fora do ambiente acadêmico, antecedem o surgimento da universidade na cidade de Londrina e dos programas de pós-graduação no Brasil, inaugurados somente a partir da década de 1970.

---

<sup>1</sup> A *Companhia de Terras Norte do Paraná* foi uma "empresa de capital inglês, subsidiária da Paraná Plantations Syndicate, com sede em Londres" (LEME, 2013, p. 75), fundada no ano de 1923 após a vinda da Missão Montagu ao Brasil. Entre os anos de 1925 e 1927, a CTNP adquiriu do governo estadual do Paraná 515.000 alqueires de terras, que impulsionada inicialmente pela plantação de algodão, modificou seu empreendimento para o negócio de compra e venda de terras, realizando a divisão dos espaços adquiridos em pequenos lotes, promovendo a colonização da região. A sua atuação como grupo dominante da cidade de Londrina e região nos anos de 1930 a 1944 serão abordados mais à frente, no capítulo 2.

<sup>2</sup> A *elite cafeeira*, segundo Arias Neto (1993, p. 68), consiste em uma representação de identidade, recriada – a partir das imagens de Cassiano Ricardo no discurso da Marcha para Oeste – para legitimar os cafeicultores da cidade de Londrina como agentes provedores do lucro e do progresso da região. Com a alta dos preços do café e a nacionalização da CTNP, os cafeicultores recriaram a identidade da região a partir da produção de suas narrativas memorialistas. A sua atuação como grupo dominante da cidade de Londrina e região nos anos de 1945 a 1975 serão abordados mais adiante, no capítulo 2.

Essas produções memorialistas eram disseminadas pelas elites locais por meio de jornais, revistas, murais e livros comemorativos, integrando seus grupos sociais como agentes provedores do progresso e do crescimento urbano. Todo o ufanismo e representação heroica destes atores sociais, inseridos em tais narrativas memorialistas, passaram a ser questionados e caracterizados por parte da historiografia – após a década de 1970 – como produções não oficiais.

A Historiografia, identificada por Arruda e Proença (2019) como representante da História Crítica, documentada e teoricamente fundamentada, é definida pelos campos do saber por meio das produções historiográficas produzidas dentro das universidades, posteriores à inauguração dos programas de pós-graduação no Brasil na década de 1970.

Na abordagem dos autores, essas produções são responsáveis por analisar, identificar e questionar a própria história local, não partindo de um ponto zero ou autorreflexivo, mas sim resgatando o conhecimento histórico já produzido antes da década de 1970 como objeto de estudo, levantando críticas e questionamento sobre as versões apresentadas como “história oficial”.

Cabe ressaltar que a história memorialista – produzida nas décadas de 1930 a 1970 – não é o foco de nossa análise, mas sim as ideias de natureza presentes em parte da historiografia – produzida dentro e fora das universidades – a partir de meados da década de 1980. Assim, toda vez que as narrativas memorialistas forem mencionadas neste trabalho, estarão inseridas apenas como complemento da análise sobre parte da historiografia de 1985 a 2017.

O primeiro critério de seleção, o qual define os motivos de escolhermos somente produções historiográficas após a década de 1980 como fontes, está relacionado à periodização que Sonia Adum (2013) inseriu na historiografia da região norte do Paraná<sup>3</sup>. Segundo a autora, a partir da década de 1950, “narrativas paralelas” ao discurso das elites dominantes surgiram como críticas iniciais à exaltação e aos processos de modernização que a cidade de Londrina passou por meio de seu crescimento econômico e urbano. Crises do cotidiano que preenchiam as páginas policiais dos jornais locais evidenciavam outra sociedade, marginalizada nas narrativas memorialistas da localidade.

---

<sup>3</sup> O conceito norte do Paraná, construído pelas narrativas memorialistas enquanto um espaço homogêneo, foi constantemente questionado pela historiografia pós década de 1980. Segundo Leme (2013, p. 73), vários grupos indígenas, caracterizados como Xetás, Guaranis e Kaingang, habitavam a região no período do século XVI. A partir dos séculos XVIII e XIX, a ocupação branca deste espaço foi evidenciada tanto pela presença de posseiros quanto pelas incursões de bandeirantes paulistas na região, que conflitavam com os indígenas remanescentes na luta pela reocupação deste espaço. No século XX, com a reocupação administrada pela CTNP, esta região foi dividida em Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo. Segundo o autor, com o passar do tempo, na transição do século XX para o século XXI estas divisões e nomenclaturas correspondentes ao processo de ocupação caíram em desuso, fazendo com que a expressão Norte do Paraná se legitimasse como hegemônica, abrangendo as demais regiões locais.

Nesse mesmo período, estendendo-se da década de 1950 até a de 1970, a região norte do Paraná passou a ser objeto de estudo das ciências humanas por intermédio de uma vasta produção acadêmica em diferentes áreas de atuação, tendo como objetivo analisar os processos da ocupação local. Nestes estudos, os critérios econômicos e naturais – clima, relevo e vegetação – foram utilizados para abordar os motivos e a permanência do povoamento nesse espaço. No entanto, de acordo com Adum (1991), somente a partir da década de 1980 é que a historiografia de Londrina passou a ter como objeto de pesquisa a própria “história local”.

Um questionamento crítico foi realizado em torno da criação de identidades, heróis, mitos de fundação e da permanência de elites dominantes das esferas políticas e sociais do espaço local, que se intitulavam como agentes “provedores do progresso” regional. Ou seja, o que define e une a seleção das onze obras como fonte é a cidade de Londrina como delimitação espacial – fator comum a todas as fontes – e sua história local como objeto de pesquisa em parte dessas obras, o que permanece em comum somente até o final da década de 1990.

O segundo critério de seleção das onze obras, que as interligam, está relacionado às formas de abordagem da natureza como teoria das ideias nas produções historiográficas de 1985 a 2017. Ao considerar uma série de “eventos externos e internos” na cidade de Londrina, ocorridos nas décadas de 1930 a 1970, é possível identificar que as ideias de natureza – em diferentes representações de sua análise – manifestam-se nessas obras como segundo plano às interpretações do passado da história local e como primeiro plano ao serem inseridas como objeto de pesquisa dessas produções.

Sendo assim, apesar de tais produções historiográficas manifestarem diferentes ideias de natureza – fator comum a todas as fontes –, em algum momento (mais precisamente a partir dos anos 2000), elas deixaram de utilizar a História Local como objeto de pesquisa para ter a natureza, efetivamente, como tema principal de suas abordagens.

Define-se aqui como “eventos externos” na cidade de Londrina as influências dos impactos da modernidade<sup>4</sup> na transição do século XIX para o século XX, o surgimento do urbano em meio às florestas, ocorrido em âmbito nacional a partir da reocupação de seus territórios após a década de 1920, as influências da ecologia a partir da década de 1970 e a inauguração dos programas de pós-graduação decorridos no mesmo período.

---

<sup>4</sup> O termo “impactos da modernidade” consiste, segundo Arruda (2005, p. VII), “no impulso a criação de novos produtos, novas formas de obtenção de energia e novos processos industriais”, decorridos no final do século XIX. A segunda revolução industrial, na abordagem do autor, inseriu a natureza como alvo de um movimento desenfreado na obtenção e busca de novas matérias-primas em escala global. Este impacto, decorrente da modernidade, provocou mudanças tanto nas formas de interação quanto nos modos de percepção da natureza.

Em definição aos “eventos internos”, destaca-se a colonização da região norte do Paraná administrada pela CTNP (1930-1944), as influências da elite cafeeira (1945-1975) na administração política da região, os prejuízos ambientais provenientes das modificações dos métodos de uso do solo a partir da década de 1960 e as mudanças no campo historiográfico nas décadas de 1970 e 1980, expostos pela periodização de Sonia Adum (1991).

Desse modo, nesta análise, além de identificar quais são as diferentes ideias de natureza que se manifestam nas abordagens dessas produções historiográficas e quando ocorreu a mudança de seus objetos de pesquisa, pretende-se abordar, em caráter de hipóteses, como as influências do movimento ecológico da década de 1970 – externos e internos à cidade de Londrina – e as modificações do campo historiográfico do mesmo período teriam influenciado a historiografia – dentro das universidades – a mudar seu objeto de pesquisa a partir dos anos 2000.

As obras selecionadas como fontes de abordagem sobre as ideias de natureza na historiografia de Londrina, ordenadas pelo ano de sua publicação, foram:

**TABELA 1 – Detalhamento das fontes**

<b>TÍTULO</b>	<b>ANO</b>	<b>TIPO</b>	<b>AUTOR</b>	<b>PROFISSÃO</b>
Londres – Londrina.	1985	Livro	José Joffily	Empresário
Liberalismo e Colonização: o caso norte do Paraná.	1997	Livro	Jorge Cernev	Professor da UEL
Certeza de Lucro e Direito de Propriedade: o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná.	1989	Dissertação	Nelson Dacio Tomazi	Professor da UEL
Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina 1930/1960.	1991	Dissertação	Sonia Maria Sperandio Lopes Adum	Professora da UEL
O Eldorado: Londrina e o Norte do Paraná - 1930/1975.	1993	Dissertação	José Miguel Arias Neto	Professor da UEL
Fotografias de Cidades de Fronteira: A vitória sobre a Natureza. (193-216).	2001	Livro	Gilmar Arruda	Professor da UEL
Monumentos, Semióforos e Natureza nas Fronteiras.	2005	Livro	Gilmar Arruda	Professor da UEL
Entre o Mito e a Técnica: Representações de Natureza em Fontes Fotográficas (Londrina, 1934 - 1944).	2006	Dissertação	Richard Gonçalves André	Professor Universitário
Parque Municipal Arthur Thomas em Londrina – PR: conflitos políticos e socioambientais em um território de diversidade - (1975-2009).	2010	Dissertação	Carlos Roberto Ballarotti	Funcionário Público Técnico da Prefeitura Municipal
O Rio Tibagi e suas Representações: a polêmica da água e o desenvolvimento do Projeto Tibagi (1970 – 2000).	2014	Dissertação	Eliane Aparecida Biasetto	Professora da Rede Pública de 1º e 2º Grau
A “Geada Negra” de 1975 em Londrina-PR: de evento climático a lugar de memória.	2017	Dissertação	Caroline da Silva Oliveira	Professora da Rede Pública de 1º e 2º Grau

Com base nessa seleção de fontes, alguns fatores devem ser esclarecidos, iniciando pelo motivo de ser utilizada uma obra fora do ambiente acadêmico, a de José Joffily (1985), o qual está relacionado à importância e repercussão que seu livro sobre a cidade de Londrina causou para alguns historiadores de seu período.

Sendo um dos primeiros trabalhos críticos às narrativas memorialistas e um questionador aos modos de como se é contada a “história oficial” da região, tal obra do autor foi considerada por Tomazi (1989) como uma influência direta para a escolha da história local como objeto de sua pesquisa. Apesar de suas interpretações sobre tal objeto não terem sido produzidas dentro do campo universitário, elas foram influência para que alguns autores dentro das universidades abrissem portas para investigar a história local em seus desdobramentos tidos como “oficiais”.

A inclusão de sua obra como fonte deste trabalho ocorre não apenas pela importância e repercussão de sua obra, mas também por ela estar inserida nas mudanças do campo historiográfico observado na periodização realizada por Sonia Adum (1991).

O segundo fator a ser esclarecido e reforçado está relacionado à inserção da natureza no campo historiográfico, a partir de 2000, como objeto de pesquisa nas interpretações de tais fontes sobre a cidade de Londrina. Como objeto de análise, estas obras identificaram por intermédio das representações da natureza como ocorreram os processos de sua incorporação nas necessidades da sociedade local, analisando quando e como se decorreu a apropriação de seus espaços naturais.

Conforme prosseguirmos com a análise dos capítulos, será demonstrado como as ideias de natureza – após a década de 2000 – eram abordadas em diferentes perspectivas, incluindo não apenas as relações sociais de apropriação e representação dos espaços naturais, assim como os problemas ambientais da má administração desses espaços.

O terceiro e último fator a ser esclarecido está no porquê de não incluirmos neste trabalho “outras obras”<sup>5</sup> produzidas entre o lapso temporal entre 1993 a 2001, que possuem a história local e os processos de ocupação regional como objeto de pesquisa. Isto se deu em razão de elas se encaixarem no mesmo sentido de análise que as produções historiográficas de 1985 a 1993 – selecionadas como fontes neste trabalho –, as quais, de maneira similar mas com objetivos diferentes, também inserem a natureza como segundo plano para fundamentar suas interpretações sobre o passado da cidade de Londrina.

---

<sup>5</sup> Dentre as obras que se encaixam no lapso temporal entre 1993 e 2001 ver: CASTRO (1994), GONÇALVES (1995), BENATTI (1996), ROLIM (1996), IVANO (2000) e LEME (2001).

Dentre os diferentes objetivos e abordagens destas obras correspondentes ao lapso temporal entre 1993 e 2001, estão relacionados não apenas as formas de ocupação da região, mas também, suas representações ideológicas, suas atividades cotidianas vivenciadas no meio urbano, a exposição de seus conflitos sociais, e a exposição das diferentes narrativas publicitárias e memorialistas presentes como “oficiais” na história da cidade de Londrina. Como nosso trabalho está direcionado em analisar apenas como a natureza foi abordada em diferentes perspectivas relacionadas a história local, não foi necessário incluir em nossa pesquisa, estas demais obras do lapso temporal entre 1993 e 2001.

Para fundamentar quais “ideias de natureza” são utilizadas como um dos métodos de análise das interações humanas com os espaços naturais, presentes na historiografia de Londrina em suas interpretações sobre o passado, será abordado como Williams (2011) e Worster (1991) analisaram a natureza como fator “inseparável das relações humanas”, identificando tanto os aspectos físicos e ideológicos presentes na apropriação e intervenção dos espaços naturais quanto a abrangência de história humana como um todo, em suas abordagens sobre a natureza.

Tal discussão elaborada pelos autores contribui em dois fatores essenciais para este trabalho. O primeiro é que a natureza não possui um significado ou um conceito fixo, mas, sim, possui uma quantidade significativa de história humana, ou seja, ao apropriar-se dos espaços naturais, o homem, direta ou indiretamente, cria novas representações sobre o seu espaço ocupado, ressignificando o sentido de “natureza” para as necessidades de seu espaço de atuação. O segundo fator é que os homens, em sua interação com os espaços naturais, criam em conjunto com as ideias de natureza uma “história” de sua sociedade local.

Considerando estes dois fatores, ao analisar narrativas memorialistas produzidas por diferentes grupos dominantes de uma determinada região – a cidade de Londrina, por exemplo –, identifica-se como o homem, em sociedade, ressignifica a natureza para justificar a apropriação de seus espaços de atuação. Construindo valores e ideologias, eles criam identidades e disseminam discursos que buscam fundamentar e legitimar suas origens e permanência de sua cultura social em seus territórios de ocupação.

No entanto, quando estas narrativas são analisadas pela historiografia em seu tempo e lugar de produção, dentro ou fora das universidades, suas abordagens são feitas em diferentes conceitos e metodologias de análise, que ressignificam a natureza em diferentes ideias de representações, para fundamentar suas interpretações sobre o passado local. O que pretendemos com a proposição teórica destes dois autores é demonstrar e fundamentar o que estamos chamando de “ideias de natureza” e como elas se manifestam como representações no campo historiográfico das fontes de análise.

Para identificar quais ideias de natureza estão presentes em parte da historiografia de Londrina, foi empreendido a localização e seleção de palavras-chave, que remetem direta ou indiretamente a uma noção de como a natureza foi inserida pelos autores em interpretação, as interações humanas com os espaços naturais da região. Nessas palavras-chave, está presente toda ou qualquer referência à natureza, não se limitando apenas a aspectos físicos (florestas, madeira, terras etc.), mas também incluindo aspectos ideológicos (colonização, fertilidade, recursos naturais etc.), que foram incorporados a cada uma delas. Em detalhes, estão representadas como palavras-chaves: agricultura (associados a café, algodão e demais cultivos do solo), clima, colonização, fertilidade, floresta (madeira, desmatamentos), natureza (recursos naturais) e terra.

No decorrer da análise das onze obras, ao identificar como essas palavras-chave foram inseridas nas interpretações desses autores, vamos evidenciar como as ideias de natureza se modificam de uma produção historiográfica para outra e como elas foram abordadas em diferentes formas, sendo objeto de pesquisa ou não, de suas explicações sobre o passado da cidade de Londrina.

Na estrutura deste trabalho, o primeiro capítulo irá demonstrar em dois tópicos como são definidas as ideias de natureza nas interações humanas com os espaços naturais a partir dos conceitos de Williams (2011) e Worster (1991). Pretende-se demonstrar o que é a ideia de natureza com base nas proposições desses dois autores e como isso se manifesta de maneira similar nas representações analisadas pelas produções historiográficas da cidade de Londrina.

Cabe reforçar que toda vez que a palavra “representação” for mencionada durante a análise das fontes, ela está se referindo às proposições que Williams (2011) e Worster (1991) refletiram sobre as ideias de natureza.

No segundo capítulo, com os objetivos de demonstrar quais ideias de natureza estão inseridas em parte da historiografia de Londrina dos anos de 1985 a 1993 e identificar como a natureza foi incluída em segundo plano as interpretações sobre a história local, será analisado, inicialmente, como Sonia Adum (2013) realizou sua periodização sobre as pesquisas dos programas de pós-graduação da região. Com base nessa periodização, será identificado em que momento a historiografia inseriu a história local como objeto de suas pesquisas.

No decorrer desta análise, as contribuições de Arruda (2005) e Leme (2013) serão utilizadas como complemento para identificar como a natureza – em suas ideias e representações – já estava sendo utilizada na década de 1950, por parte das narrativas memorialistas da cidade de Londrina. Em seguida, dividindo em dois tópicos, serão analisadas, por intermédio de cinco obras ordenadas pelo ano de suas publicações, quais ideias de natureza

manifestam-se em suas formas de abordagens, identificando nesse processo o que é similar e o que as difere de uma obra para outra.

O que se pretende nesse capítulo, considerando a periodização de Adum (2013), é demonstrar que a natureza sempre esteve presente nas abordagens da historiografia de Londrina entre os anos de 1985 a 1993, mas não como objeto de pesquisa e sim como segundo plano em fundamento de suas interpretações do passado local.

Já as narrativas memorialistas, ao serem confundidas como historiografia durante o período das décadas de 1930 a 1970, teriam sido motivo e influência para a historiografia, após a década de 1985, utilizar a História Local como objeto de pesquisa para levantar críticas e questionamentos sobre a “história oficial” da cidade de Londrina.

No terceiro capítulo, com objetiva-se demonstrar quais ideias de natureza estão inseridas em parte da historiografia de Londrina dos anos de 2001 a 2017 e identificar quando a natureza foi incluída como objeto de suas pesquisas. Inicialmente, serão analisados como os fatores externos e internos à cidade de Londrina agiram como influências para o “despertar de uma consciência ecológica”<sup>6</sup> na região. Enquanto os eventos externos serão analisados com base nos movimentos ecológicos da década de 1970, abordados por Pádua (2010), os eventos internos serão analisados a partir de movimentos ambientais decorridos no mesmo período na cidade de Londrina, abordados por Arruda (2018).

Em seguida, dividido em dois tópicos, serão analisadas, por intermédio de seis obras – ordenadas pelo ano de suas publicações –, quais ideias de natureza manifestam-se em suas formas de abordagens, identificando neste processo o que é similar e o que as difere de uma obra para outra.

Pretende-se neste capítulo, considerando as influências dos movimentos ecológicos e ambientais durante e pós década de 1970 – externos e internos a cidade de Londrina –, demonstrar que a partir dos anos 2000, a natureza foi abordada não mais como segundo plano às críticas da história local, mas como objeto de pesquisa em parte da historiografia de Londrina.

Além de abordar os processos de transformação da paisagem natural e dos métodos de sua apropriação e representação, a denúncia à administração desses espaços naturais e as necessidades de sua preservação foram destacadas por essas produções. O que teria

---

<sup>6</sup> Quando nos referimos ao “despertar de uma consciência ecológica”, estamos nos referindo aos movimentos políticos e sociais que ocorreram na cidade de Londrina durante a década de 1970 a 2000, em torno dos problemas ambientais relacionados aos processos de captação das águas do Rio Tibagi. Por meio da repercussão de sua poluição – única fonte de abastecimento de água da cidade – a consciência ambiental e o interesse nos estudos sobre a natureza foram disseminados tanto nas esferas sociais quanto nas esferas políticas da região.

influenciado na mudança do objeto de pesquisa das obras após os anos 2000 será analisado em caráter de hipóteses, a partir das influências do “despertar” da era ecológica nas esferas políticas e sociais da cidade de Londrina, entre as décadas de 1970 a 2000.

Cabe ressaltar que não é nosso objetivo afirmar que a natureza deveria ser analisada como “prioridade” ou “destaque” nas obras anteriores a década de 2000. Tem-se a pretensão de analisar e identificar – por intermédio das formas de abordagens dessas produções historiográficas – em que momento a natureza passou a ser objeto de pesquisa da historiografia de Londrina e o que teria influenciado, dentro e fora das universidades, nesta mudança de sua área de pesquisa.

Uma das obras selecionadas como fonte para este trabalho, a de Biasetto (2014), aprofunda-se nas influências que a era da ecologia trouxe para a Universidade Estadual de Londrina (UEL). A inclusão da universidade na participação de projetos e pesquisas científicas para a recuperação de determinados espaços ambientais na cidade, entre a década de 1980 a 2000, será considerada como influência – também em caráter de hipóteses – para a mudança dos objetos de pesquisa de parte das produções historiográficas após os anos 2000.

Em suma, este trabalho espera contribuir para o campo historiográfico por meio do tema e do objetivo proposto, expondo uma discussão sobre a importância de analisar a natureza em suas diferentes ideias de representação e formas de abordagem presentes na historiografia regional. Recortado na espacialidade da cidade de Londrina – porém obtendo influências externas e internas do nível regional –, objetiva-se evidenciar como a historiografia, em dois momentos distintos, abordou a natureza em diferentes ideias, tanto para fundamentar suas interpretações sobre o passado local quanto para tratar dos métodos de apropriação e representação de seus espaços naturais.

## **1 AS IDEIAS DE NATUREZA E SUA INCLUSÃO NO CAMPO DA HISTÓRIA COMO ELEMENTO INSEPARÁVEL DAS RELAÇÕES HUMANAS COM O ESPAÇO NATURAL**

Nas interpretações sobre o passado da cidade de Londrina, tanto na produção de narrativas memorialistas quanto em parte da historiografia, a natureza, representada pelas terras, fertilidade do solo, clima, floresta, agricultura e o café, foi abordada e ressignificada em diferentes ideias que buscaram fundamentar as explicações e análises sobre o passado da região.

Nas narrativas memorialistas, produzidas pelos grupos dominantes – CTNP e elite cafeeira –, a natureza foi utilizada para fundamentar suas origens e legitimar a permanência de sua cultura social como agentes provedores do progresso econômico da cidade de Londrina.

Na historiografia, por outro lado, ao realizar suas interpretações sobre o passado da região, a natureza foi abordada em diferentes ideias de representação, tanto para questionar e contrapor o discurso das narrativas memorialistas quanto para fundamentar suas análises. Estas ideias de representação da natureza se modificam de uma obra para outra não apenas pelas suas formas de abordagem, mas também pelo tempo e o lugar de suas produções historiográficas.

As ideias de natureza são definidas pela historiografia a partir das interações humanas com um determinado espaço de sua ocupação. Seja nos modos de representação deste espaço a partir de seus elementos naturais, seja nos modos de apropriação de tais elementos como subsistência ou produção econômica, o homem em sociedade ressignifica a natureza em diferentes ideias para fundamentar suas necessidades de ocupação, tanto de “maneira física quanto ideológica”.

Quando se fala de “aspectos físicos” de apropriação da natureza, a referência é ao uso e transformação da paisagem natural (florestas, madeira, terras etc.) em matérias-primas para sua mercantilização. Já os “aspectos ideológicos” referem-se a construções de ideias de natureza, que são utilizadas por grupos dominantes de um determinado espaço para fundamentar (por meio de suas representações de fertilidade, recursos naturais, terra de Canaã etc.) a permanência de seu grupo social nessa espacialidade.

Cabe ressaltar, que a discussão sobre as relações humanas com a natureza não está restrita ao campo da história. Segundo José Augusto Drummond (1991), as ciências naturais relacionadas a geologia, geomorfologia, climatologia, meteorologia, ecologia e biologia vegetal e animal são constantemente consultadas e utilizadas pelos historiadores como fontes conceituais e metodológicas para seus objetos de estudo. Considerando que os estudos ecológicos e ambientais chegaram tardiamente ao campo da história, um diálogo sistemático

dos historiadores com outras disciplinas é realizado não apenas para compreender como funciona os ecossistemas em seus conceitos e métodos, mas também, para investigar como diferentes manifestações culturais podem influenciar nos padrões de uso da natureza de uma determinada região.

Desta forma, o motivo que nos leva a abordar apenas as proposições de Williams (2011) e Worster (1991) em nosso trabalho – não ampliando a discussão a outras disciplinas – está relacionado diretamente à compreendermos o que se chama aqui de “ideias de natureza”, demonstrando como as interações humanas com espaços naturais criam diferentes ideias de representação para justificar suas necessidades de ocupação.

Nos tópicos 1 e 2, será abordado como Williams (2011) e Worster (1991) discutem essa interação, fornecendo como contribuição a nossa análise, uma noção inicial de como a historiografia utiliza essas ideias de natureza – como fontes de investigação principal ou secundárias – para analisar os processos de origem, ocupação, criação de identidades e formação de grupos sociais em uma determinada região.

## 1.1 AS IDEIAS DE NATUREZA SEGUNDO RAYMOND WILLIAMS

Um pouco de natureza pode tornar-nos a todos uma grande família, mas, normalmente, quando dizemos “natureza”, temos a intenção de incluir a nós mesmos? Conheço algumas pessoas que diriam que o outro tipo de natureza – árvores, montanhas, riachos, animais – causa um efeito agradável. Mas noto que elas muitas vezes contrastam-no com o mundo dos humanos e seus relacionamentos (WILLIAMS, 2011, p. 89).

A ideia de natureza, segundo Raymond Williams (2011), possui uma quantidade extraordinária de história humana. Com o passar dos tempos, à medida que as experiências e noções conceituais se transformam, como cultura, sociedade, classe, indivíduo, arte e tragédia, a natureza adquire novas complexidades que estão em constante modificação. Em suas palavras, o autor define que:

[...] a ideia de natureza contém, embora muitas vezes de modo despercebido, uma quantidade extraordinária de história humana. Assim como outras ideias fundamentais, que expressam a visão da humanidade de si mesmo e de seu lugar no mundo, a natureza possui uma continuidade nominal, por muitos séculos, mas pode ser vista, pela análise, como complexa e em mudança, à medida que outras ideias e experiências se modificam (WILLIAMS, 2011, p. 89).

Em meio à complexidade do termo “natureza”, o autor identificou que sua expressão inicial foi aplicada de maneira geral a tudo aquilo que tem como característica fundamental o fato de ser natural, e não produzido pelos humanos. Seu significado foi expandido tanto para explicações do mundo material quanto para o universo físico, que é aceito e compreendido pelas ciências naturais da seguinte forma:

Em latim, teria sido dito *naturarum*, mantendo “natureza” para a qualidade essencial e adicionado a definição das coisas. Mas então, também em latim, *natura* passou a ser usado isoladamente para expressar o mesmo significado geral: constituição essencial de mundo. Muitas das primeiras especulações sobre a natureza parecem ter percorrido esse sentido físico, mas com a suposição de que no curso das investigações físicas estava-se descobrindo as leis essenciais, inerentes e, de fato, imutáveis do mundo (WILLIAMS, 2011, p. 91).

Entretanto, a ideia de natureza, segundo Williams (2011), não se limita apenas ao mundo material e físico em sua expressão geral das coisas, mas também possui uma “variedade complexa” de sentidos a partir de sua relação com a “história humana”. Cabe ressaltar que ao mencionarmos o termo “história humana” – em relação a complexidade das ideias de natureza – estamos nos referindo a “não separação” entre a história natural e a história social.

No decorrer de nossa análise das proposições de Williams, vamos demonstrar que até o século XVII o homem não se considerava como parte integrante da natureza. No caso dos estudos científicos do período, ele analisava a natureza de maneira separada das suas influências interativas no espaço. Ou seja, não se tinha definido a natureza e o homem como parte integrante de uma coisa só; o segundo não se considerava como ser influente ou causador das mudanças da natureza e dos espaços naturais.

O termo “natureza” foi adquirindo diferentes ideias fundamentais com o passar do tempo, as quais expressavam, na análise do autor, a visão da humanidade de si mesma e de seu lugar no mundo. Em fundamento a este contexto, Williams (2011, p. 93) discorreu que:

[...] alguns argumentos sérios, mas ainda mais na polêmica popular e em diversos tipos de retórica contemporânea, deparamo-nos continuamente com proposições do tipo “a Natureza é...”, “a Natureza mostra...” ou “a Natureza ensina...”. O que geralmente é evidenciado sobre o que se diz é que se trata de uma seleção em acordo com o objetivo geral do falante. A natureza é qualquer uma dessas coisas de acordo com o processo que selecionamos: a cadeia alimentar, dramatizada no tubarão ou no tigre; o emaranhado de plantas competindo por espaço, luz e ar; o polinizador – a abelha e a borboleta – ou o simbiote e o parasita; mesmo o animal carniceiro, o controlador populacional, o regulador da provisão dos alimentos. No que hoje é visto, com tanta frequência, como a crise de nosso mundo físico, muitos de nós seguimos, atentamente, os últimos relatórios dos que estão observando e são qualificados

para observar esses processos e efeitos específicos, essas criaturas, fatos, ações e consequências.

Ele problematizou que não é o “conceito fixo” do termo natureza que define o sentido de sua representação, mas, sim, a abordagem e espacialidade na qual ele está inserido – nas relações humanas – é que poderão atribuir um sentido à sua complexidade. Um exemplo disso é o termo “terras”. Ao consultarmos um dicionário<sup>7</sup>, esse termo possui – entre os seus significados – a referência ao solo, chão ou a uma delimitação espacial conceituada como região. Esses significados são conceitos fixos empregados à referência do termo “terras”. Entretanto, no momento que analisamos esse termo inserido ao contexto da reocupação do norte do Paraná, nas décadas de 1920 até os momentos de ascensão política da CTNP (1930 -1944) e da elite cafeeira (1945 a 1975), ele adquire uma complexidade de representações que o caracterizam como produto de mercantilização e objeto de enriquecimento.

Entre as representações estão a “Terra da Promissão”, “o Eldorado”, “a nova Canaã”, “o paraíso prometido da fertilidade” e demais definições. Cada uma dessas representações será analisada no capítulo 2. Desse modo, o que importa, neste momento, é compreender que as “ideias de natureza” – nas proposições de Williams – não estão relacionadas a um conceito fixo de natureza, mas sim à complexidade de representações que estão inseridas em suas diferentes formas de abordagens e espacialidades.

O autor defende que a natureza como “definição geral das coisas” ou como um “conceito singular” não se encaixa nesse contexto das relações humanas devido à existência de ideias mais complexas na interação histórica “homem X natureza”:

Algumas pessoas, quando veem uma palavra, pensam que a primeira coisa a fazer é defini-la. [...] essa operação é não apenas impossível, mas irrelevante no caso das ideias mais complexas. O que importa nelas não é o significado mais adequado, mas a história e a complexidade dos significados: as alterações conscientes ou seus usos conscientemente diversos; e, com a mesma frequência, aquelas mudanças e diferenças que, marcadas por uma continuidade nominal, expressam radicalmente mudanças diversas muitas vezes despercebidas, em um primeiro momento, na experiência e na história (WILLIAMS, 2011, p. 90).

As “alterações conscientes” ou “seus usos conscientemente diversos” em torno da complexidade de significados que o homem atribui em suas ideias de natureza são realizados, de acordo com Williams (2011), não apenas pelo aspecto ideológico (representações em torno das ideias sobre a terra, florestas, rios etc.) do uso do termo natureza, mas também inclui o

---

<sup>7</sup> MICHAELIS: **Dicionário escolar da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2002, p. 771.

aspecto físico (transformação das florestas, terras e rios em recursos naturais e matéria-prima) da interação do homem com o mundo natural de maneira “inseparável”, de acordo com suas atividades de sobrevivência e ocupação de um determinado espaço. No entanto, a relação do homem como fator “inseparável da natureza” exige, nas palavras do autor, uma análise muito mais ampla:

Por milhares de anos, os seres humanos intervêm e aprendem a controlar a natureza. Desde o início da agricultura e da domesticação de animais esse processo foi realizado conscientemente, independentemente das muitas consequências secundárias que emergiram quando o ser humano buscou o que lhe parecia ser suas atividades normais. Hoje é notório que, como uma espécie, nós crescemos com confiança em nosso desejo e em nossa capacidade de intervir. Mas não podemos entender esse processo, não podemos nem mesmo descreve-lo, até que estejamos cientes do que a ideia de natureza inclui, em particular, se ela inclui o homem. Pois falar do homem “intervindo” no processo natural implica na suposição de que ele possa crer não ser possível fazê-lo, ou possa não decidir fazê-lo (WILLIAMS, 2011, p. 100).

Ele propõe que as relações entre homem e natureza, junto à ideia de uma organização social do espaço, passaram a ser debatidas na teoria política. Sobre este debate, o autor afirmou que enquanto Thomas Hobbes visualizava “o estado do homem na natureza como baixo, e a vida do homem pré-social como solitária, pobre, sórdida, embrutecida e curta” (WILLIAMS, 2011, p. 101), John Locke via tal relação de forma oposta, descrevendo “o estado de natureza como de paz, boa vontade, assistência mútua e cooperação” (WILLIAMS, 2011, p. 101).

Porém, quando o conceito de “propriedade”, difundido de uma ideia medieval, foi introduzido nesse debate, “de que a propriedade comum era mais natural do que a propriedade privada (WILLIAMS, 2011, p. 102)”, questões cruciais em torno da relação homem-natureza passaram a ser abordadas da seguinte maneira:

Locke desenvolveu uma defesa de propriedade privada baseada no direito natural do homem ao que ele produziu com seu próprio trabalho, e milhares de pessoas acreditaram e repetiram isso nos períodos em que deve ter sido obvio para todos que os que misturaram seu trabalho com a terra de forma mais frequente e plena, foram aqueles que não possuíam propriedade, e quando as marcas e manchas deste trabalho eram, efetivamente, uma definição dos despossuídos. O argumento pode seguir por dois caminhos, o conservador ou o radical. Mas quando falamos de seres humanos misturando seu trabalho com a terra, estamos em um mundo de novas relações entre o homem e a natureza, e separar a história natural da história social torna-se extremamente problemático (WILLIAMS, 2011, p. 102).

Considerando o problema de realizar a separação da história natural<sup>8</sup> da história social<sup>9</sup> entre homem e natureza, Williams afirmou que em alguns momentos essa separação ocorreu por necessidades de vários motivos. Entre eles, o autor abordou o caso das análises científicas, que no decorrer do tempo estudavam a natureza como uma “matéria separada, o homem olhando para a natureza” (WILLIAMS, 2011, p. 103), observando suas modificações e seu funcionamento.

Contudo, segundo o autor, as observações científicas não se limitavam apenas às análises passivas da natureza, mas se incluíam também as experiências ativas, intervindo conscientemente no espaço natural em suas pesquisas empíricas, para “fins humanos” de sua apropriação:

A melhoria da agricultura e a Revolução Industrial foram claramente desencadeadas a partir dessa ênfase, e muitos dos efeitos práticos dependiam de um olhar sobre a natureza como, clara e até mesmo friamente, um conjunto de objetos que os homens poderiam operar. É claro que temos ainda de nos lembrar de algumas das consequências desse modo de ver as coisas. Mas a ideia de natureza em si produziu um resultado muito curioso. Os cientistas físicos e inovadores, embora de formas diversas, não tinham dúvidas de que estavam trabalhando com a natureza, e seria difícil negar esse fato tomando qualquer um dos significados gerais (WILLIAMS, 2011, p. 103).

A relação entre homem e natureza efetivou-se de maneira profundamente inseparável a partir do século XVIII, em que a ideia de natureza “tornou-se, no essencial, um princípio filosófico da ordem e da razão correta” (WILLIAMS, 2011, p. 105). A apropriação da natureza nos sentidos físico e ideológico passou a ser executada pelos proprietários rurais de maneira “acelerada”, que impulsionados pelo viés capitalista e da perspectiva do lucro, construía uma “imagem de sucesso” para as novas formas de interação com espaços naturais:

[...] não se trata apenas do fato de que, em qualquer plano real, esse foi um período notavelmente desordenado e corrupto; mas também que ele gerou, de dentro dessa desordem, algumas das mudanças humanas mais profundas. A utilização da natureza, no sentido físico, foi consideravelmente estendida, e temos de nos lembrar, - e geralmente não nos lembramos, porque a imagem de sucesso nos foi imposta - que a nossa primeira classe capitalista realmente cruel, que tomou as coisas e os homens dentro do mesmo espírito e impôs uma ordem sobre ambos simultaneamente lucrativa e empobrecedora, foi a dos

---

<sup>8</sup> Quando se fala de história natural – em torno das ideias de natureza –, faz-se referência ao pensamento que se tinha sobre a natureza até o século XVII, em que as transformações dos espaços naturais ocorriam de maneira independente das ações dos homens. Pensamento este, que segundo Williams, passou a ser questionado e tratado de maneira inseparável das relações humanas somente a partir do século XVIII.

<sup>9</sup> Quando se fala de história social – em torno das ideias de natureza –, faz-se referência aos modos de sobrevivência e permanência que os grupos sociais têm em determinado espaço, o que até o século XVII, segundo Williams, não se tinha – no meio teórico e científico –, ou seja, o homem como ser “causador de influências” nos impactos da natureza.

proprietários rurais do século XVIII, que se denominaram uma aristocracia e estabeleceram as bases reais, no espírito e na prática (ambos, obviamente, articulando-se), para os capitalistas industriais que os sucederiam (WILLIAMS, 2011, p. 105).

Na nova interação humana com os espaços naturais, a ideia de natureza, segundo Williams (2011), não tem mais uma história de maneira prioritária, mas sim, as sociedades. As “alterações conscientes” dos espaços naturais pelas intervenções humanas são executadas tanto nos aspectos físicos quanto nos aspectos ideológicos, em que a ideia de natureza passou a ser ressignificada de acordo com o processo que as sociedades impõem a apropriação desses espaços. Ou seja, transformar as terras, florestas e rios em recursos naturais e em produtos de mercantilização representava que a natureza – em sua apropriação – fornecia riqueza e sucesso aos provedores de seu empreendimento.

Para fundamentar a essa ressignificação da natureza, o autor destacou que a ideia de natureza como “separada do homem” passou a ser explorada pelo discurso das sociedades industriais, as quais classificavam a natureza como um fator externo a ser explorado, passível de uma remodelação física e ideológica que viesse atender às necessidades dominantes da nova sociedade em expansão.

Muitas das ideias anteriores de *nature* haviam incluído de forma integral, ideias de natureza humana. Mas agora a natureza cada vez mais estava “lá fora”, e era natural remodelá-la para uma necessidade dominante, sem a obrigação de ponderar muito profundamente o que essa remodelação poderia trazer para os homens. As pessoas falam de ordem nessas propriedades e parques paisagísticos “aperfeiçoados”, mas o que estava sendo movido não eram apenas terra e água, mas os homens. A ação sobre a natureza produzia riqueza, e objeções às suas outras consequências poderiam ser descartadas como sentimentais (WILLIAMS, 2011, p. 107).

Com a “aceleração” da apropriação da natureza em escala industrial, Williams (2011) expôs em sua análise que um crescimento de ideias associadas à conservação de reservas naturais foi recorrente nesse período. “Apelos” e “campanhas” de preservação do verde e ideias de um espaço a ser “intocado” eram algumas das ideias defendidas nesses movimentos. No entanto, segundo o autor, grupos dominantes das sociedades industriais também faziam parte desses movimentos. Ao mesmo tempo em que eles executavam a exploração de territórios virgens por meio da prática da ocupação, defendiam, em forma de discursos, a “preservação” desses mesmos espaços.

À medida que a exploração da natureza continuava, em ampla escala, e sobretudo nos novos processos extrativos e industriais, as pessoas que conseguiam maior lucro voltaram-se (e foram bastante engenhosas) para uma natureza ainda virgem, para terras compradas e refúgios rurais. Desde então, passou a existir essa ambiguidade na defesa do que é chamado de natureza e das ideias associadas a conservação, em seu sentido fraco, e de reserva natural. Alguns a favor dessa defesa são os que melhor entendem a natureza, insistindo na criação de conexões e relações plenas. Mas um número significativo de pessoas a favor [...] em posições de poder no próprio processo que cria a desordem, eles trocam suas roupas nos finais de semana ou quando podem ir a campo; participam de apelos e campanhas para manter o verde e intocado o último pedaço da Inglaterra; e voltam espiritualmente refeitos para investir na fumaça da destruição (WILLIAMS, 2011, p. 108).

Neste contexto das sociedades industriais, Williams identificou que não apenas o empreendedor industrial separou a natureza de suas projeções humanas, mas o paisagista – consumidor de produtos e subprodutos – também o fez por meio de atividades e consequências não reconhecidas nessa era da modernidade. Em fundamento a esta ideia, o autor expôs duas situações.

A primeira é a de que o paisagista se projeta inconscientemente “no lado feliz de um processo comum, podendo consumir porque outros produziram” (WILLIAMS, 2011, p. 109). Já a segunda é a de que o paisagista consome a natureza em sua consciência social, como “cenário, paisagem, imagem e ar fresco” (WILLIAMS, 2011, p. 109), ou seja, ao consumir “indiretamente” a natureza pela aquisição de produtos e subprodutos industriais, ele não se considera como ser influente das transformações da paisagem natural. Sua única influência, nesta natureza, está em sua projeção como consciência social em suas atividades de “apreciação” da paisagem, do cenário e do ar fresco que o cerca.

Segundo o autor, essa separação entre homem e natureza como relação complexa com o mundo físico não se restringe apenas às sociedades industriais e do urbanismo moderno, ela também está presente em vários tipos de trabalhos organizados em períodos anteriores, como no trabalho rural.

[...] não podemos olhar com vantagem para aquela outra reação que, corretamente identificando uma parte do problema da ideia de natureza como um mecanicismo, busca um retorno para a teologia tradicional, na qual a unidade do homem com a natureza é estabelecida por meio de sua relação com o criador. Esse sentido de um fim e de uma finalidade é, em certos aspectos relevantes, mais alienado do que o mundo frio do mecanicismo. A abstração específica aqui implicada tem muito em comum com o materialismo abstrato. Ela afasta nossa atenção das relações reais e variáveis e pode ser entendida como ratificando a separação ao tornar uma de suas formas permanente e a sua finalidade, imutável (WILLIAMS, 2011, p. 111).

Em conclusão à sua análise, Williams afirmou que a interação humana com o mundo físico cria, conseqüentemente, não apenas uma natureza domesticada e alterada, mas também cria a sociedade. Na ocupação de um determinado espaço, a conquista, a dominação e a exploração da natureza são práticas das relações entre os homens, que em sociedade, consomem-na e a usufruem, consciente ou inconscientemente.

De acordo com o autor, ao passo que homem funde o seu trabalho com a terra, não é possível mais a separação dessa relação, já que ao mesmo tempo em que inserimos a “força do trabalho” como produto das terras, tornamo-nos igualmente produtos dessa interação.

Reconhecemos alguns dos produtos e chamamos outros de subprodutos; mas a pilha de escombros é um produto tão real quanto o carvão, da mesma forma que odor fétido do rio com o esgoto e detergente é tão produto quanto a represa. A terra cercada e fértil é nosso produto, mas também o são as terras reservadas para caça das quais os cultivadores pobres foram retirados para deixar o que pode ser visto como uma natureza deserta. Além disso, nós próprios somos, de certa forma, produtos: a poluição da sociedade industrial pode ser encontrada não apenas na água e no ar, mas também nas favelas, nos engarrafamentos, não apenas como objetos físicos, mas como nós neles e nos relacionando com eles. Nesse mundo real, não há muita relevância na contraposição ou na reafirmação da grande abstração Homem e Natureza (WILLIAMS, 2011, p. 112).

Para este trabalho, a discussão que Williams (2011) realizou em sua abordagem sobre a natureza é imprescindível para analisar quais ideias de natureza estão presentes na historiografia da cidade de Londrina. Neste momento da leitura, é preciso guardar três fatores importantes analisados pelo autor.

O primeiro fator é que a natureza não possui um significado ou um conceito fixo, mas sim, uma complexidade de representações que ressignificam as ideias de natureza de acordo com as necessidades de um grupo social em seus espaços de atuações.

O segundo fator é que os homens, em sua interação com os espaços naturais, modificam e ressignificam as ideias de natureza não apenas em seus aspectos ideológicos, criando uma “história” de sua sociedade local, mas também nos aspectos físicos dos espaços de suas atuações, transformando as terras, as florestas e os rios em recursos naturais e matérias-primas para sua mercantilização.

O terceiro fator é que, de maneira consciente ou inconsciente, o homem em sociedade usufrui da natureza de forma direta e indireta, assim como o exemplo do paisagista citado por Williams, que ao mesmo tempo em que admira uma natureza supostamente “intocada”, utiliza frequentemente, por intermédio do consumo de produtos e subprodutos, elementos naturais

transformados em utensílios domésticos, alimentícios e mecanizados para as necessidades cotidianas do meio social.

## 1.2 A NATUREZA COMO ELEMENTO INSEPARÁVEL DAS RELAÇÕES HUMANAS NO CAMPO DA HISTÓRIA, SEGUNDO DONALD WORSTER

Poucos cientistas encararam os homens ou as sociedades como pares integrantes dos seus ecossistemas. Eles preferem deixá-los de fora, como digressões ou fatores imponderáveis. Mas os homens são o principal objeto de estudo dos historiadores; conseqüentemente, a tarefa dos historiadores é juntar o que os cientistas separaram. Eles se reproduzem, é claro, como outras espécies, e os seus filhos sobrevivem ou morrem de acordo com a qualidade do alimento, do ar, da água, e com a quantidade de micro-organismos que constantemente penetram em seus corpos. Dessas formas e de outras, os seres humanos têm sido parte inseparável da ordem ecológica do planeta. Portanto, qualquer reconstrução do passado tem que incluir não apenas florestas e desertos, jiboias e cascavéis, mas também o animal humano e o seu sucesso ou fracasso no ato de se reproduzir (WORSTER, 1991, p. 206).

Impulsionado por um esforço de proporcionar ao campo da história maior amplitude narrativa das relações entre homem e natureza, Donald Worster (1991) realizou em seus estudos sobre a historiografia francesa e americana uma reconstituição histórica do surgimento da História Ambiental, analisando o que foi recentemente organizado dentro desse campo, diferenciando os estudos históricos sobre a natureza das outras disciplinas.

A partir de sua abordagem sobre o período de uma “nova história”, representada pelos novos métodos de análise da História Ambiental, é possível identificar como a natureza foi inserida como elemento inesperável das relações humanas nesses estudos. Ou seja, não apenas as relações socioeconômicas dessa interação – que produziu uma natureza reorganizada e fabricada aos moldes das sociedades industriais – foram analisadas neste estudo, mas também como a natureza funcionou e se organizou no passado, com base nas relações humanas em suas atividades de “subsistência”, destacando os seres humanos na cadeia alimentar do ambiente natural como ser dependente – assim como os outros seres vivos – das relações com a natureza.

Segundo Worster (1991), a História, que tem o homem como objeto de estudo, ao analisar suas relações com a natureza, auxilia-nos a compreender como os seres humanos participam dos ecossistemas tanto como organismos biológicos – no mesmo sentido que outros organismos – quanto como portadores de cultura, fundamentando a natureza e os seres humanos como elementos inesperáveis.

Quando o autor analisou o surgimento da História Ambiental na década de 1970 – em meio a um período de movimentos ambientalistas e de reforma cultural em vários países –, ele identificou que a nova história rejeitava em sua abordagem “a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais” (WORSTER, 1991, p. 199). Ou seja, negava-se a dizer que os homens seriam uma espécie diferente de outros seres vivos que habitam a natureza.

Após essa definição, ao considerar o papel do ambiente na formação das sociedades, Worster afirmou que a história ambiental:

[...] nasceu, portanto, de um objetivo moral, tendo por trás fortes compromissos políticos, mas, à medida que amadureceu, transformou-se também num empreendimento acadêmico que não teria uma simples ou única agenda moral ou política para promover. Seu objetivo principal se tornou aprofundar o nosso entendimento de como os seres humanos foram, através dos tempos, afetados pelo seu ambiente natural e, inversamente, como eles afetaram esses ambientes e com que resultados (WORSTER, 1991, p. 199).

Para ele, os estudos sobre a natureza e as relações humanas já ocorriam muito antes da década de 1970, em que “boa parte do material da história ambiental está disponível há gerações, talvez há séculos, e agora está sendo apenas reorganizado à luz das experiências recentes” (WORSTER, 1991, p. 201).

Entre os materiais estão relacionados dados geográficos, hidrográficos e meteorológicos, presentes em estudos sobre as marés, ventos, correntes oceânicas, clima e também nos mapeamentos iniciais dos continentes e seus posicionamentos em torno das bases terrestres e aquáticas. Nas palavras do autor, todo esse material em conjunto possibilitou no curso das relações humanas com o mundo natural:

[...] colheitas boas ou ruins, empurraram os preços para cima ou para baixo, puseram fim ou iniciaram epidemias, contribuíram para o aumento ou a diminuição da população. Essas influências têm sido poderosas ao longo do curso da história, e continuam a sê-lo, como quando os grandes terremotos destroem cidades inteiras, ou as grandes fomes se seguem às secas, ou os rios determinam o fluxo de ocupação de um território (WORSTER, 1991, p. 201).

No entanto, Worster (1991) apontou em sua análise que nem sempre as relações humanas eram consideradas inesperáveis da natureza. No curso das ideias sobre o ambiente social, havia um “consenso de que ‘natureza’ designa um mundo não humano, o mundo que nós não criamos originalmente” (WORSTER, 1991, p. 201). Estas ideias não apenas excluía

a interação humana com um ambiente construído ou fabricado, mas também formavam a ideia de uma “segunda natureza” intocada pelo homem. Na abordagem do autor, esta distinção de ideias:

[...] nos lembra que há forças diferentes operando no mundo e que nem todas elas nascem dos humanos; algumas delas são espontâneas e autogeradas. [...] quando lidamos com fenômenos tais como as florestas ou o ciclo hidrológico, estamos diante de energias autônomas que não derivam de nós. Essas forças interferem na vida humana, estimulando algumas reações, algumas defesas, algumas ambições (WORSTER, 1991, p. 201).

Ele afirmou que a nova história estabeleceu três níveis de abordagem das relações humanas com os espaços naturais, que, ao introduzir a contribuição de outras disciplinas ao estudo, incluiu novos métodos de análise das recentes questões.

Em detalhes, o primeiro nível consiste em analisar como a natureza se organizou e funcionou no passado. Ao incluir as atividades humanas na relação com esse espaço, identifica-se como essa interação se estabeleceu, “ora como útero, ora como estômago, ora como devorador, ora como devorado, ora como hospedeiro de micro-organismos, ora como uma espécie de parasita” (WORSTER, 1991, p. 202).

O segundo nível, ao introduzir as atividades socioeconômicas das relações humanas com o ambiente natural, possibilita analisar como as relações sociais com base na ferramenta e no trabalho se apropriam da natureza, identificando nessa interação “os diversos modos que os povos criaram de produzir bens a partir de recursos naturais” (WORSTER, 1991, p. 202).

O terceiro nível, ao introduzir as percepções mentais e intelectuais dos seres humanos em sua relação com a natureza, possibilita identificar como os “valores éticos, leis, mitos e outras estruturas de significação se tornam parte do diálogo de um indivíduo ou de um grupo com a natureza” (WORSTER, 1991, p. 202).

Segundo Worster (1991), para fazer a reconstrução do passado e de suas paisagens, considerando os três níveis de abordagem, as ciências naturais são indispensáveis para investigar como a natureza funcionava antes das intervenções das sociedades. A contribuição da ecologia é o elemento fundamental para analisar as interações de organismos e suas relações com o ambiente natural.

Em toda a sua história a humanidade tem dependido crucialmente das plantas para alimento, remédio, material de construção, habitat de animais de caça e escudo contra o restante da natureza. As plantas têm sido, quase invariavelmente, aliadas dos humanos na luta para sobreviver e prosperar.

Assim, quando homens e plantas se encontram, nascem mais temas de história ambiental do que em qualquer outra circunstância. Sem o conhecimento ecológico da vegetação, a história ambiental perde os seus alicerces, a sua coerência, o seu primeiro passo (WORSTER, 1991, p. 203).

A ecologia, na análise do autor, possibilita observar um organismo individual e sua reação às condições externas de seu ambiente, assim como identificar variações de uma população vegetal ou animal em uma respectiva área de estudo, observando “suas taxas de reprodução, o seu sucesso ou fracasso em termos evolutivos, suas ramificações econômicas” (WORSTER, 1991, p. 204).

Porém, é por intermédio dos ecossistemas – compreendido como uma generalização ampla que reúne os elementos orgânicos e inorgânicos da natureza em suas atividades ativas e recíprocas num único local de estudo – que o entendimento das sociedades com o mundo natural, segundo Worster, torna-se mais evidente para a análise histórica:

[...] não é muito difícil identificar o dano sofrido por uma população quando ela decai visivelmente. Mas os danos sofridos por um ecossistema são um assunto mais controvertido. A dificuldade de definir os danos sofridos por um ecossistema se aplica a mudanças causadas tanto pelos homens quanto por forças não humanas. Uma tribo na América do Sul, por exemplo, pode abrir uma pequena clareira na mata com os seus facões, plantar algumas colheitas e depois deixar que a floresta reconquiste a clareira. Essa agricultura, chamada itinerante ou de coivara, tem sido geralmente considerada não prejudicial ao ecossistema como um todo; com o tempo, o equilíbrio é reestabelecido. Mas em algum momento, à medida que se intensifica esse tipo de agricultura, a capacidade regenerativa da floresta é afetada permanentemente, e o ecossistema é prejudicado. Que momento é esse? Os ecologistas não tem certeza e não podem dar respostas exatas. Por isso o historiador ecológico acaba preferindo dizer que os homens provocam “mudanças” no ambiente – pois “mudanças” é um termo neutro e incontroverso – e não “danos”, a um conceito muito mais problemático (WORSTER, 1991, p. 205).

Ao considerar os homens como organismos biológicos portadores de cultura, o autor afirma que, em sociedade, eles participam ativamente dos ecossistemas, o que se torna uma relação inseparável da ordem ecológica do globo. Entretanto, é por meio da mudança – variedades de modos e relações com o ambiente natural em diversos grupos – que sua interação com a natureza se estabelece como um todo. Para fundamentar esta noção conceitual, o autor detalhou que:

[...] o planeta ainda parecerá um lugar notavelmente estável, com organismos que há mais de um bilhão de anos mantêm condições altamente adequadas de vida: todos os gases atmosféricos estão bem ajustados, a água doce e os solos ricos existem em abundância, ainda que a evolução avance ininterruptamente,

glaciações se sucedam, continentes se desloquem em todas as direções. No entanto, visto de perto o mundo orgânico pode ter um aspecto muito diferente. Ao percorrer um hectare qualquer da América do Norte e contemplar os seus últimos mil anos, mais ou menos, ou mesmo uma única década, a conclusão a que os ecologistas vêm chegando nos dias atuais é de mudança, mudança e mudança (WORSTER, 1991, p. 206).

Essas mudanças, de acordo com Worster, tornam-se ainda mais evidentes quando a História Ambiental analisa os modos humanos de produção, caracterizados tanto pelas tecnologias provenientes de sua cultura material quanto pela sua organização social e sua interação com o espaço ocupado. Para o autor, a tecnologia “é a aplicação de habilidades e conhecimentos à exploração do ambiente” (WORSTER, 1991, p. 207).

Nesse contexto, a História Ambiental examina as mudanças provocadas na natureza a partir das relações humanas, considerando as habilidades e tecnologias de aplicação e de exploração desses espaços de acordo com cada grupo social. Mas tais mudanças e métodos de apropriação dos recursos naturais executadas pelas sociedades, segundo o autor, se modificam com base em aspectos voluntários ou forçados em seus modos de “subsistência”:

Entre os esquimós a tecnologia tem se limitado tradicionalmente a anzóis, arpões, trenós, e coisas desse tipo. Embora a natureza lhes crie restrições, essa tecnologia ainda assim lhes abriu possibilidades alimentares que de outra forma não se materializariam, como quando a canoa feita com couro de focas lhes permitiu se aventurar mais longe no mar perseguindo suas presas. Os esquimós de hoje, invadidos como estão pelos instrumentos de culturas materialmente mais avançadas, tem ainda mais oportunidades ao seu dispor, se quiserem, podem importar trigo e laranjas, que virão da Califórnia num avião de carga. E podem esquecer como eram as suas opções anteriores, abrir mão do seu caráter único, da sua independência de espírito, da sua intimidade com o mundo do gelo (WORSTER, 1991, p. 207).

A partir do avanço da tecnologia e dos novos métodos de produção executados pelas sociedades industriais, Worster identificou que a apropriação da natureza passou a ser questionada em “como e porque os humanos usam a Natureza, como eles incorporam a Natureza dentro da Sociedade e o que eles fazem consigo mesmos, com a Natureza e a Sociedade nesse processo” (WORSTER, 1991, p. 208). Para responder a tais questionamentos, o autor afirmou que a relação entre o sistema de produção econômico de um grupo e seu ambiente físico ocupado constituiu-se como um “Núcleo Cultural”.

Para a análise histórica, interessava compreender como essa sociedade, em suas relações sociais, organizavam-se para produzir a sua existência. Essa organização, com os novos modos de produção, foi detalhada da seguinte forma:

O sistema tecno-ambiental não é absolutamente estável, [...] não dura para sempre. Existe sempre a tendência de intensificar a produção. Ela pode ser causada pelo crescimento populacional, mudanças climáticas ou disputa entre Estados. Seja qual for a causa, a consequência é sempre a mesma: o esgotamento de recursos do ambiente, a queda da eficiência, a deterioração dos padrões de vida, as pressões para migrar para outra região – ou, se não há um lugar novo para ir, a pressão para encontrar novas ferramentas, técnicas e recursos locais se inicia, criando-se assim um novo tecno-ambiente (WORSTER, 1991, p. 209).

O advento das sociedades industriais e os modos de produção capitalistas são – na abordagem de Worster (1991) – responsáveis por uma nova organização social e tecnológica. Respectivamente controverso à ideia de “subsistência” de suas relações com a natureza, as atividades humanas na perspectiva do lucro e do poder se apropriam dos recursos naturais de seu espaço, que no esgotamento de sua reserva, substituem-na ou modificam seus métodos de interação.

Nas palavras do autor, o termo “subsistência” nas relações sociais das sociedades de produção e consumo passou a ser redefinido em outras proporções:

[...] entre os fatores que levam ao esgotamento de recursos e aos desequilíbrios ambientais, está a competição, tanto entre classes quanto entre estados. Os capitalistas constroem uma ordem social e os leva ao poder. Montam fábricas para a produção em massa. Levam a terra à beira do colapso com a sua tecnologia, a sua administração da classe trabalhadora e o seu apetite. A subsistência é redefinida como uma necessidade sem fim, o consumo sem limites, a interminável competição por status. O sistema com o tempo se autodestrói e é substituído por um novo (WORSTER, 1991, p. 209).

Nas tensões e conflitos existentes entre as sociedades e suas relações com o ambiente natural, Worster afirmou que na percepção, ideologia e valor dos grupos sociais a natureza “não é uma ideia, mas muitas ideias, significados, pensamentos, sentimentos, empilhados uns sobre os outros, frequentemente da forma menos sistemática possível” (WORSTER, 1991, p. 210).

Essas ideias, segundo o autor, são criadas por todo e qualquer indivíduo em sua cultura, fazendo com que a abordagem histórica desses espaços inclua em seus métodos a análise da “estética e ética, mito e folclore, literatura e paisagismo, ciência e religião” (WORSTER, 1991, p. 211), na medida em que estas ideias e percepções humanas estejam relacionadas com o significado da natureza.

Essa complexidade de ideias em torno das representações da natureza e das sociedades que a usufruem – na espacialidade da cidade de Londrina – será analisada mais adiante nos

capítulos 2 e 3 deste trabalho. O que interessa, neste ponto, é compreender que o campo da História – assim como realizou a historiografia de Londrina após a década de 1985 – analisou o homem e a natureza de maneira inseparável, identificando a natureza como parte integrante da história local. Porém, cabe ressaltar que os métodos de se analisar tais relações se diferem em certo momento no campo historiográfico da cidade de Londrina.

Em definição à análise das ideias, Worster (1991) afirmou que os estudos históricos devem considerar não apenas a organização das sociedades e suas hierarquias de poderes, mas também devem abordar como os modos de subsistências são estabelecidos pelo grupo social de sua pesquisa, identificando quais são as tecnologias e recursos utilizados por esse grupo como métodos de apropriação dos espaços naturais:

Para o historiador, o objetivo principal deve ser descobrir como uma cultura inteira – e não apenas indivíduos excepcionais dentro dela – percebeu e avaliou a natureza. Mesmo a sociedade materialmente mais primitiva pode ter tido visões bastante sofisticadas e complexas. A complexidade pode se originar, é claro, tanto de ambiguidades e contradições não resolvidas quanto de reflexões profundas (WORSTER, 1991, p. 211).

Para este trabalho, a discussão realizada por Worster (1991) contribui significativamente ao demonstrar como a historiografia incorpora as relações humanas com a natureza de forma inseparável. Seja por motivos de subsistência, seja por interesses de produção e consumo em sociedade, a mudança feita pelos homens nos espaços naturais é constante. Quando realizadas em sociedade, tais mudanças adquirem, na percepção, valor e ideologias desses grupos sociais, uma resignificação em torno das ideias de apropriação desses espaços naturais.

Essa resignificação de ideias produzidas pelos grupos sociais, quando analisada pela historiografia, passa a ser questionada e desconstruída de maneira crítica, manifestando diferentes ideias de representação da natureza a partir de suas formas de abordagens. Ou seja, quando a natureza é abordada em diferentes perspectivas, como fundamento às interpretações do passado ou como objeto de pesquisa, ela assume diferentes significados a partir de suas representações.

Ao tomar a cidade de Londrina e, novamente, o termo “terras” como exemplo, é possível identificar que os grupos sociais – CTNP e elite cafeeira –, ao ocupar a região em sua administração política e social, legitimaram sua sociedade a partir da criação de valores e ideologias que fundamentavam sua permanência e influência local. No discurso ideológico dessas elites, as “terras” e seus cultivos foram transformados em recursos naturais e símbolos

de riqueza, justificando a apropriação e transformação da paisagem natural pelas suas necessidades de “subsistência” e “lucro” de suas atividades sociais.

Quando a historiografia passa a analisar esse processo, as ideias de natureza como recursos naturais e símbolos de riquezas são desconstruídas. O que antes era “Terra da Promissão” e “Eldorado” passa a ser fundamentado e exposto pelos historiadores como objeto, produto e fonte de renda das elites locais, fundamentando as interpretações do passado com base em diferentes ideias de representação da natureza, as quais se manifestam em diferentes perspectivas de abordagem entre as produções historiográficas.

Sendo assim, por intermédio de diferentes conceitos e metodologias, os historiadores não partem de um ponto zero ou de um pensamento desconexo do passado para interpretar suas análises da história local. Eles utilizam, conforme identificado por Arruda e Proença (2019), os “campos de saber do passado” como fontes de análise – representados pelas narrativas memorialistas – para questionar e criticar os fundamentos da história tida como “oficial da cidade”.

No exercício desta análise, quando os historiadores abordam a natureza em diferentes perspectivas, como objeto de pesquisa ou fundamento do passado da História Local, identifica-se na interpretação dessas abordagens que a natureza assume diferentes significados a partir de suas representações.

Esses significados, que se manifestam como diferentes ideias de natureza, é que vamos analisar no próximo capítulo deste trabalho, identificando como os autores, em seu tempo e local de produção, inseriram a natureza como segundo plano em suas abordagens para fundamentar suas interpretações sobre o passado da cidade de Londrina.

## **2 AS IDEIAS DE NATUREZA COMO SEGUNDO PLANO NA HISTORIOGRAFIA DE LONDRINA (1985-1993): SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS**

Com os objetivos de analisar quais ideias de natureza estão presentes em parte da historiografia de Londrina de 1985 a 1993 e identificar como a natureza foi inserida como segundo plano para fundamentar suas interpretações sobre o passado, este capítulo se inicia analisando como Sonia Adum (2013) realizou sua periodização sobre a historiografia de Londrina.

Nessa periodização, serão identificados como e quando as narrativas memorialistas – disseminadas pelas elites locais – passaram a ser abordadas pela historiografia, tendo a história local como objeto de pesquisa de suas produções historiográficas. A importância dessa periodização está na compreensão dos motivos e influências que as narrativas memorialistas despertaram nos programas de pós-graduação na década de 1970, em que a crítica e o questionamento da autenticidade dessas informações – apresentadas como “história oficial” da cidade – foram analisadas e usadas como fonte de investigação em meados da década de 1980.

Cabe ressaltar que as contribuições de Arruda (2005) e Leme (2013) serão incluídas nesta análise como complemento, a fim de identificar como as narrativas memorialistas utilizavam a natureza como representação da ocupação e da história de seus grupos sociais.

Após a análise da periodização de Adum (2013), serão abordadas, em dois tópicos, quais ideias de natureza estão presentes em parte das produções historiográficas de Londrina de 1985 a 1993, por intermédio de cinco obras ordenadas pelo ano de suas publicações, identificando o que é similar e o que as difere uma da outra. A importância desta análise está em compreender quando e como a natureza foi inserida como segundo plano pela historiografia, para fundamentar suas interpretações sobre o passado. Situação esta que se prolongou – em parte da historiografia de Londrina – até o fim da década de 1990.

Dando início à análise, ao tomar a cidade de Londrina como delimitação espacial frente às tensões oriundas dos impactos da modernidade, uma relação conflituosa entre homem e natureza se fez presente nessa região. Os processos de ocupação e apropriação dos espaços naturais foram marcados pela expropriação de terras e homens na busca da imposição de uma nova ordem e comportamento, movidos pelos interesses do capital e da modernização urbana do território nacional.

Nos processos de ocupação dessa região – denominada como Norte do Paraná pelas “narrativas publicitárias (1935-1944)”<sup>10</sup> produzidas pela CTNP –, o espaço ressignificado como “novo”, seria caracterizado por uma série de eventos, como: o trabalho-expresso em desmatamentos, a divisão da região em pequenos lotes para realização do cultivo das terras em escala comercial, construção de estradas e vias de acesso para as propriedades, o estabelecimento de ferrovias para escoamento da produção e, por fim, a construção do perímetro urbano.

Nas modificações desse espaço, índios, posseiros e grileiros foram expropriados de suas terras, sendo caracterizados como “atrasos” e “empecilhos” para as atividades de modernização da região, marcando este período inicial por tensões e conflitos originados na disputa de terras:

[...] o projeto que se impunha ao país exigia que o brasileiro fosse alçado na ordem do tempo e colocado a nível do século. A diferença de “natureza” que afirmava o país em si mesmo, sem compromissos com padrões de civilização, foi sendo esquecida. Passaram os sertões a sofrer ambíguas inversões: representavam a herança secular de uma colonização mercantilista, que fora incapaz de cultivar e povoar o território, mas também a possibilidade de futuro, de construção de um novo Estado, republicano, civilizado e progressista. A modernização do país a que muitos intelectuais se dedicavam não resultava de um esforço generalizado nem homogêneo, pois todos estavam a lutar contra hábitos e pensamentos de outras épocas, firmados por outros costumes. Para aqueles que se preocupavam em colocar o Brasil em sintonia com o “concerto das nações” e universaliza-lo através de uma radical reação científica, as singularidades que tinham dado forma ao brasileiro tornaram-se sinônimos de “atraso cultural” (IVANO, 2000, p. 10).

Com os processos imobiliários constituídos pela venda de lotes de terras administrados pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), a criação do município de Londrina, em 1934, passou a ser divulgada nos materiais de propaganda como lugar de “riqueza singular” proporcionada pela fertilidade do solo. As terras eram vistas como acumulação de capital e propriedades de posse, associando os cultivos agrícolas desse espaço como mercadorias de exportação.

A idealização desse espaço, em busca de compradores para as terras, disseminava por meio de seus discursos que o “trabalho” era responsável por transformar o que era sertão em “terra prometida”. O cultivo das terras pelos colonos resultava – por intermédio dessas narrativas publicitárias (1935-1944) – em um “crescimento econômico”, enriquecendo não

---

<sup>10</sup> Denominam-se como narrativas publicitárias os discursos e os folhetos propagandísticos produzidos pela CTNP durante as décadas de 1935 a 1944. Esses documentos eram disseminados tanto por folhetos da própria empresa quanto pelos jornais locais. Somente a partir de 1950 é que o conteúdo desses folhetos foram incluídos como parte integrante das narrativas memorialistas sobre a cidade de Londrina.

apenas os proprietários das terras, impulsionava também a modernização e o crescimento urbano do espaço recém-ocupado.

Com o fenômeno da urbanização e os impactos da modernidade, a natureza foi transformada tanto pelas tecnologias industriais aplicadas nos campos agrícolas quanto na organização dos espaços urbanos através da criação de bosques e ruas arborizadas. Segundo Arruda (2005), a imagem do urbano se constituía – nas “narrativas memorialistas (1950-1975)”<sup>11</sup> produzidas pelos grupos dominantes da região – como resultados da “ordem e do progresso” executados na ocupação e construção da cidade de Londrina:

A transformação da natureza a partir de movimentos de reocupação [...] caracteriza-se, entre outros aspectos, pelo surgimento do urbano na floresta. Centenas de cidades surgiram nesse período. Os novos habitantes, os colonizadores, foram construindo narrativas – memórias e histórias – do próprio processo de mudança da paisagem. Essas narrativas foram fixadas em diversos suportes nesse novo urbano, como fotografias, murais, livros, depoimentos, ruas, etc. (ARRUDA, 2005, p. XX).

Na análise feita por Adum (2013), as narrativas – tanto as publicitárias (1935-1944) quanto as memorialistas (1950-1975) – não correspondem a uma abordagem crítica ou de questionamento ao crescimento econômico da cidade de Londrina e região norte do Paraná, mas, sim, constituem-se em textos e obras que abordavam a exaltação dos processos de ocupação local. Entre elas estão diversas publicações em forma de livros, propagandas, álbuns comemorativos e depoimentos, que tinham como objetivo narrar a história da cidade a partir de referências compostas por mitos de fundação, produzidos e disseminados pela CTNP.

Com um “tom de exaltação” e “saudosismo”, a autora expõe que essas narrativas destacavam a natureza – representada pelas terras, fertilidade, vegetação, rios e clima da região norte do Paraná – como a “Terra da Promissão, o Eldorado, a nova Canaã, o paraíso prometido da fertilidade, da produção agrícola abundante, das oportunidades iguais de enriquecimento para todos [...]” (ADUM, 2013, p. 5).

Todas elas, segundo Adum, constituem-se como fontes primárias sobre os escritos da cidade de Londrina e região. No entanto, entre as décadas de 1950 a 1980, foram confundidas como historiografia:

---

<sup>11</sup> Conforme já abordado na introdução deste trabalho, as narrativas memorialistas – segundo Arruda e Proença (2019) – são definidas pelo campo da História como “produções do saber sobre o passado”, que além de serem produzidas fora das universidades, correspondem a produções memorialistas que antecedem o surgimento da Universidade Estadual de Londrina (UEL) e dos programas de pós-graduação no Brasil, inaugurados na década de 1970. Apropriando-se dos materiais publicitários da década de 1930 até 1944, as narrativas memorialistas – disseminadas pelas elites locais entre as décadas de 1950 a 1975 – as incluíram como parte integrante da “história oficial” da cidade de Londrina, enaltecendo seus grupos sociais como agentes provedores do progresso e do lucro econômico da região.

As primeiras reflexões dessa categoria estão contidas nos escritos produzidos pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), colonizadora da região nos quais esta empresa faz uma “leitura” sobre si mesma e sobre as terras do norte. As primeiras publicações, da década de 1930, que objetivavam fazer propaganda do empreendimento imobiliário, destacavam a fertilidade da terra, a ausência de saúvas, os títulos de domínio seguros, a eficiência das estradas de ferro e de rodagem, bem como a água de pureza invulgar. Quando, em 1941, a CTNP publicou o folheto intitulado “O Norte do Paraná”, muitas dessas representações já estavam sedimentadas e a região é apresentada como “[...] um Eldorado, onde não há minas de ouro, mas onde se faz ouro de tudo” (ADUM, 2013, p. 5).

No contexto das narrativas publicitárias (1935-1944) e memorialistas (1950-1975), a natureza, que antes era tida como terras de baixo valor e interesse provocados pela falta de escoamento, passou a ser ressignificada como produtos de enriquecimento e objetos de propriedade após a instalação da ferrovia e da administração política da CTNP na região.

As terras, sempre associadas à fertilidade de sua composição, representava a valorização comercial que a ocupação da localidade e seus recursos naturais proporcionariam a seus proprietários. Sendo exaltado como propriedade de posse e mercadoria de exploração, o cultivo iria garantir em seu “processo natural” a acumulação de riquezas e a respectiva industrialização comercial dos espaços naturais a seus respectivos colonos.

O processo de divisão das terras em pequenos lotes, exercido pela “colonização” da Companhia Inglesa, era enaltecido no discurso das narrativas como um “exemplo” de reforma agrária, com base em sua organização independente do Estado “graças” a iniciativa privada administrada pela CTNP. De acordo Adum (2013), esta característica de “reforma agrária” foi exaltada a partir da década de 1970, com a publicação em livro da empresa já nacionalizada e renomeada como Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

[...] é da década de 1970 o livro dessa empresa – à época já nomeada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná – que mais influenciou, a partir daí, os trabalhos sobre o norte do Estado. Essa publicação, além de reafirmar as imagens já veiculadas em seus textos anteriores, produz novas e significativas representações que atribuem outros sentidos à Terra da Promissão, apresentada como um exemplo pioneiro de reforma agrária bem-sucedida. Dividida em três capítulos, cujos títulos já são indicadores da perspectiva de exaltação referida anteriormente – “Catalisadores do Progresso”, “Progresso do Norte do Paraná” e “Norte do Paraná: exemplo para o mundo” – a obra tem como conceito principal a ideia de “progresso”. Estabelece duas vinculações significativas, reproduzidas posteriormente em muitas pesquisas sobre a região, a primeira delas, entre o desbravamento de São Paulo no período colonial e a moderna ocupação no norte do Paraná; a segunda, entre o notável desenvolvimento da

cidade de Londrina e região e o projeto de colonização executado pela empresa (ADUM, 2013, p. 6).

Segundo a autora, outros exemplos publicitários que foram incluídos nas narrativas memorialistas sobre a cidade de Londrina e a região Norte do Paraná são os álbuns comemorativos<sup>12</sup> elaborados pela CTNP. Em seu conteúdo, além de exaltarem a Companhia como agente “provedora” do progresso e do crescimento urbano do espaço ocupado, destacavam seus funcionários e diretores como “pioneiros” da terra. Este destaque os caracterizava “como aqueles que chegaram primeiro, desbravou as terras ‘virgens’ e enriqueceu” (ADUM, 2013, p. 7), sendo eles registrados e fotografados com suas famílias devido às suas respectivas “contribuições sociais”. No detalhamento desses discursos saudosistas, em 1938:

[...] a Prefeitura de Londrina publicou o “Álbum do Município de Londrina” organizado por Adriano Marino Gomes, secretário Municipal na gestão Willie Davids – primeiro prefeito desta cidade e, ao mesmo tempo, um dos diretores da CTNP – inaugurando um gênero de relatos que se repetiria em uma série de outros, com as mesmas características, publicados posteriormente, tanto pelo poder público, quanto por iniciativas particulares. Contendo o mapa do município estampado na capa, o álbum de 1938 apresenta um panorama global de Londrina desde sua fundação até o ano de sua publicação. Faz um relato histórico do município, discorre sobre sua natureza (clima, hidrografia, relevo), calcula os dados de produção, fundamentalmente a agrícola, destaca as instituições educacionais, religiosas e de classe (ADUM, 2013, p. 6).

Em 1950, além das produções da própria CTNP, outras narrativas memorialistas foram publicadas. Sonia Adum destacou em sua análise as obras de Barbosa (1953), Barroso (1956) e um conjunto de crônicas de Braga e D’Horta (1953). Segundo a autora, estas crônicas consideravam que os homens da região Norte do Paraná, “não pediam, mandavam, pois estavam em terras de uma espantosa mobilidade social, em uma sociedade fortemente individualista, em que tudo, ou quase tudo, era feito por particulares” (ADUM, 2013, p. 7).

A construção destas narrativas memorialistas da década de 1950, que classificavam a sociedade como “fortemente individualista”, buscavam singularizar a região norte paranaense a um crescimento urbano e econômico diferenciado das outras regiões do país.

---

<sup>12</sup> Em detalhamento aos álbuns comemorativos da CTNP estão relacionados: Companhia de Terras Norte do Paraná – **O Norte do Paraná**. (CTNP), s.e.; s.d. 1941; Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) – **Cia. Melhoramentos Norte do Paraná – A Maior Empresa Colonizadora da América do Sul – Suas Realizações em Mais de 30 anos de Trabalho**. São Paulo, s.e.; S.d. 1956; Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) – **Certeza de Lucro e Garantia do Direito de Propriedade Colonizaram o Norte do Paraná**. Encarte publicitário publicado pelo jornal “O Estado de São Paulo”, São Paulo, 15 de janeiro de 1965; e Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) – **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. Publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, São Paulo, s.e.; 1975.

O destaque da região era realizado a partir do “sucesso” de sua mobilidade social a partir do “trabalho” executado nas terras, que independente das ações do estado, a região teria se modernizado por si só. A natureza – solo, flora, fauna, clima, rios e fertilidade – foi apropriada neste processo de construção da cidade de Londrina de maneira tanto física quanto ideológica.

Os discursos como “Terra da Promissão”, “Nova Canaã” e, posteriormente, “O Eldorado” ressignificaram a natureza em função de suas narrativas memorialistas, inserindo em conjunto, determinados grupos sociais como agentes “provedores” do progresso e modernização do espaço. Na abordagem de Sonia Adum, essas narrativas:

[...] construíram e consolidaram representações que se tornaram hegemônicas durante sete décadas da história da cidade. Forjou-se, nesses trabalhos, uma ideia do pioneiro, ora identificado aos bandeirantes paulistas dos séculos XVI e XVII, ora aos que chegaram primeiro, que derrubaram as matas e construíram as primeiras edificações (ADUM, 2013, p. 8).

Segundo a análise de Edson Leme (2005), a modernização urbana e o crescimento econômico da cidade de Londrina, na década de 1950, provocaram intensas mudanças tanto na paisagem quanto no cotidiano social da região. O surgimento de automóveis, casas e prédios modernos tomaram conta do antigo espaço, que era formado por carroças, charretes e casas de madeiras, as quais o autor destacou que foram demolidas, “causando perdas irreversíveis ao patrimônio histórico da cidade” (LEME, p. 80, 2013).

A transformação física da natureza em espaço urbano foi detalhada pelo autor da seguinte maneira:

Regado pelo rico dinheiro das safras de café, o espaço urbano londrinense conheceu uma verdadeira revolução arquitetônica. Prédios foram erguidos na área central, dando à cidade contornos de metrópole do interior. Na Avenida Higienópolis, projetada com ruas largas e reservada, desde os primeiros anos da colonização, como área nobre, diversas mansões, verdadeiros símbolos de poder, foram sendo construídas e ocupadas por representantes da elite econômica local. Arquitetos de renome, vinculados ao movimento modernista, foram convidados e trazidos à cidade. Eles foram responsáveis por grandes obras arquitetônicas que maquiaram a cidade com as cores da modernidade. João Batista Villanova Artigas, um dos maiores expoentes dessa corrente arquitetônica no país, assinou projetos de vários edifícios famosos da cidade, como a Casa da Criança, o Edifício Autolon, a Estação Rodoviária e, em conjunto com Carlos Cascaldi, o Cine Ouro Verde, que na época, significou a última palavra em casa do gênero; dotado de ar refrigerado e mobiliário de alto luxo, era o orgulho das elites locais (LEME, 2005, p. 41).

Entretanto, com as fortes quedas e a baixa no preço do café no final da década de 1950, um cenário de crise econômica se instalou na região. De acordo com Leme (2013), em 1958, os cafeicultores organizaram o movimento chamado Marcha da Produção, o qual tinha como exigências “a extinção do confisco cambial pelo governo federal, e, ao mesmo tempo, a implantação de políticas assistenciais para com os trabalhadores do campo, que, com a crise, passavam um processo de pauperização” (LEME, 2013, p. 80). Com ameaças de repressão e intolerância do governo federal, a marcha acabou sendo interrompida.

Apesar dos revezes sofridos, o autor destaca que a cidade não deixou de comemorar os festejos do Jubileu de Prata<sup>13</sup> no ano seguinte. Atividades cívicas e sociais foram organizadas através de inúmeras representações da cidade, criadas e divulgadas por meio de símbolos e tradições. Entre eles o autor destacou a criação da bandeira, brasão, hino, livros comemorativos, festejos representados como o baile do Jubileu e também a inauguração de um monumento, organizado através de um painel de azulejos, representando duas imagens da cidade de Londrina, de 1934 e 1959 respectivamente.

Em alguns desses símbolos e representações, através da análise de Leme (2013), identifica-se que a natureza foi ressignificada e inserida como parte integrante da história da cidade, ora como fator econômico, ora como fator de tradição e modernidade. Entre esses símbolos, o autor destacou a criação da bandeira e do brasão do município.



**Figura 1: Bandeira do Município de Londrina**

Os símbolos do município foram instituídos pela Lei nº 508 de 27/11/1959. A bandeira, elaborada por Guilherme de Almeida, toda vermelha, simbolizando a cor da terra e a fertilidade, com quatro estrelas de prata, dispostas em forma de cruz, simbolizando o Cruzeiro do Sul. Em interpretações mais ufanistas estas estrelas são interpretadas como sendo os quatro continentes, de onde vieram os pioneiros (LEME, 2013, p. 81).

<sup>13</sup> Comemoração aos 25 anos de história e emancipação política da cidade de Londrina. Entre as celebrações e festejos através de atividades cívicas e sociais, inúmeras tradições foram inventadas no ano de 1959.



**Figura 2: Brasão do Município de Londrina**

O brasão, também criado por Guilherme de Almeida apresenta um escudo prata, espécie de reverência aos descobridores portugueses, tendo em seu interior uma cruz vermelha com quatro estrelas. Esta cruz, vermelha, é uma clara homenagem à Companhia inglesa que iniciou o processo de colonização da cidade. No canto superior direito, para dar ênfase à força econômica da agricultura, na economia do município, a figura de um arado de sable. No alto uma coroa mural dourada, com quatro torres. Nas laterais do escudo, dois ramos de café, frutificados, símbolo maior da riqueza da cidade. Na parte de baixo a inscrição em latim: “Prompte Labore Progredior”, ou seja, “pelo trabalho progrido rapidamente”. Esta inscrição seria posteriormente, em 1981, alterada pelo professor Arthur Luponi, sendo substituída por “Londrina” ao centro e as datas “03/12/1934” e “10/12/1934”, respectivamente datas da criação e instalação do Município (LEME, 2013, p. 82).

Os termos “fertilidade” e “cor da terra”, mencionados na análise que o autor fez da bandeira, fazem referência às características da “terra roxa” presente na região norte do Paraná. Segundo Muller (1956), a terra roxa é derivada da decomposição de diabásios, meláfiros e basaltidos, contendo em sua composição 60% de argila e 7% a 7,5% de acidez no seu estado natural. Esses elementos em conjunto comprovavam a fertilidade potencial que o solo obtinha em sua composição natural, estabelecendo uma ideia de “riqueza” na apropriação ideológica e física desses espaços.

Já os termos “agricultura” e “café”, quando analisados em conjunto com a antiga inscrição composta no brasão “pelo trabalho progrido rapidamente” – substituída pelo nome da cidade ao centro e as datas de criação e instalação do município aos lados –, além de destacarem a ideia de riqueza proveniente da exportação comercial de seus cultivos, destacaram o fator “trabalho” como elementos de tradição e modernidade.

Esses elementos são os mesmos que já haviam sido inventados pelas narrativas memorialistas da “terra da promessa”, “nova Canaã” e “terra onde se anda sobre o dinheiro”. No aspecto de tradição, formavam a ideia do lucro fácil de todos que aqui chegavam e trabalhavam em suas terras, que por meio do cultivo e exportação local dos grãos provenientes

de seu respectivo solo, o colono – proprietário de suas terras – enriquecia influenciando no crescimento da região a partir da comunicação comercial e circulação de capital.

Quanto ao aspecto da modernidade, representada pelo crescimento urbano, era narrado como consequência do “sucesso” proveniente do trabalho no campo, que, provocado pela expansão econômica do café e da agricultura, se instaurava como progresso regional a partir do surgimento de automóveis, casas e prédios.

Segundo Adum (2013), a partir da década de 1950, narrativas paralelas ao “discurso de felicidade” disseminado pelas elites dominantes surgiram como críticas iniciais à exaltação do “progresso” e à “passividade” do cotidiano urbano. Essas narrativas, também consideradas como marginalizadas na análise da autora, apresentava a existência de uma violência cotidiana, vivenciada por grupos marginalizados no espaço urbano. Ao serem retratados pelas páginas policiais dos jornais locais, evidenciava-se a existência de outra civilização no espaço urbano, sendo ela composta por “jogadores, prostitutas, cáftens, ladrões, vagabundos [...]” (ADUM, 2013, p. 8).

Entre os autores que produziam as narrativas paralelas estão:

[...] na década de 1950, o jornalista Marinósio Filho, que mostra os “porões” e os “crimes” da cidade de Londrina; nas décadas de 1970 e 1980, Edison Maschio com “Escândalos da Província e Raposas do Asfalto”. Resta dizer que essas obras, principalmente as de Maschio, causaram grande comoção por ocasião de suas publicações, essencialmente porque, sobretudo nesse último caso, abordavam personagens “reais” (embora através de pseudônimos) e suas histórias escusas “reais”. Fazendo uma “leitura a contrapelo”, essa literatura marginal construiu o avesso dos protagonistas da história consagrada. Um pouco de cada um desses gêneros estará presente nas várias histórias produzidas posteriormente. Os da primeira categoria, de “exaltação”, voltarão naquelas que mostram a vitalidade do povoamento e o progresso que se instaura; os da segunda, “marginal”, naquelas histórias que farão emergir os segmentos populares, que deixarão de ocupar o espaço discreto de coadjuvantes para se transformarem nos personagens centrais dos relatos (ADUM, 2013, p. 9).

Concomitante a tais narrativas, Adum (2013) expôs em sua análise que a região norte do Paraná passou a ser objeto de estudo das ciências humanas nas décadas de 1950, 1960 e 1970 por uma vasta produção acadêmica. Estas obras eram responsáveis por analisar tanto o dinamismo da ocupação do espaço – por meio das concessões de terras devolutas a empresas privadas – quanto as novas caracterizações pelas quais o norte do Paraná estava sendo definido (com base em seus critérios naturais – relevo, clima, vegetação, fertilidade – e econômicos). Em suas palavras:

Nos últimos trinta anos, a emergência de novas questões socioeconômicas e culturais promoveu significativas transformações no território do historiador, alvo de uma ruptura epistemológica que alterou as condições de produção intelectual. Nesse contexto, as mudanças mais visíveis relacionam-se à diversificação/ampliação dos objetos, das fontes (ou da mudança do conceito de documento) e dos enfoques historiográficos, significando, por isso, uma multiplicidade de opções teóricas e metodológicas colocadas à disposição dos historiadores. A nova complexidade do campo histórico estendeu-se, também, à revalorização da oralidade, através do depoimento de testemunhos vivos, agora não apenas focados nos “grandes acontecimentos” políticos e sociais, mas, fundamentalmente, no cotidiano de atores de todas as camadas sociais (ADUM, 2013, p. 13).

Como exemplo de tais produções acadêmicas, a autora destacou a obra de Muller (1956). Nela, a região não foi definida pela exaltação do progresso ou das ações dos grupos dominantes, mas sim por critérios econômicos que definem o espaço norte do Paraná, “com base na área de expansão, presente e futura, da cultura cafeeira, cujo desenvolvimento explica também o progresso da região” (ADUM, 2013, p. 12).

Não apenas Muller, mas outros autores também foram destacados por Adum como integrantes desse território de pesquisa das décadas de 1950 a 1970, os quais tiveram o norte do Paraná como objeto de análise:

Constituem-se outros exemplos significativos desse território de pesquisas os trabalhos de Lysia Bernardes, Nilo Bernardes, Madalena Salette Cambiaghi, Brasil Pinheiro Machado e Altiva Pilatti Balhana, Cecília Maria Westphalen, Ary França, Yoshia Nakagawara, entre outros (ADUM, 2013, p. 12).

Na referência desses autores, Adum listou as seguintes produções:

BERNARDES, Lysia M. C. O problema das frentes pioneiras no estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 3. São Paulo: julho-setembro, 1953.  
 BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 4. São Paulo: outubro-dezembro, 1952.  
 CAMBIAGHI, Salette Madalena. O povoamento do Norte do Paraná. *ANAIIS DA ASSOCIAÇÃO DE GEÓGRAFOS BRASILEIROS*, v. VI, tomo I, 1953.  
 MACHADO, Brasil P. & BALHANA, Altiva Pilatti. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. *Boletim da UFPR. Departamento de História*. Curitiba, n 3, junho, 1963 e BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, BADEP, n. 12, maio/jun., 1969. WESTPHALEN, Cecília M. et al. História do Paraná. 2 ed. Curitiba: Grafipar, 1969. FRANÇA, Ary. A marcha do café e frentes pioneiras. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1960 e WESTPHALEN, Cecília Maria, PINHEIRO MACHADO, Brasil e BALHANA, A. P. Nota prévia do estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. In: *Boletim do Departamento de História*, 7, UFPR, 1968. NAKAGAWARA, Yoshia. As funções regionais de Londrina e sua área de influência. Tese de doutoramento

apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCHUSP, 1972. 3 vols (ADUM, 2013, p. 22).

A partir da metade da década de 1980, a historiografia de Londrina passou por uma releitura, sendo desenvolvida dentro das universidades uma significativa produção historiográfica sobre história local e regional. A abordagem dessas produções foi efetuada de maneira crítica aos processos de ocupação e transformação desses espaços, questionando a criação de identidades, heróis, mitos fundadores e elites dominantes das esferas políticas e sociais da região (ADUM, 2013).

De meados para o final dos anos 1980, a historiografia sobre Londrina e região foi sacudida por um significativo desenvolvimento quantitativo e qualitativo, iniciando-se uma releitura da história local e regional, que buscou, por um lado, desvencilhar-se da preocupação com o conceito de região, procurando inserir as análises em uma perspectiva de história nacional e, por outro, estabelecer uma relação mais crítica a respeito do processo de colonização e seus atores (ADUM, 2013, p. 13).

Em conclusão da periodização realizada por Sonia Adum, somente a partir de meados da década de 1980 é que a história local passou a ser abordada como objeto de pesquisa da historiografia de Londrina, dentro e fora das universidades.

O que se conclui, a partir dos apontamentos e observações de análise realizada pela autora, é que o questionamento e a crítica à autenticidade das informações disseminadas pelas narrativas publicitárias (1935-1945) e pelas narrativas memorialistas (1950-1975) teriam sido fatores determinantes que influenciaram e motivaram parte da historiografia após a década de 1980 a investigar a História Local como objeto de pesquisa.

Unidas por um objeto em comum, mas adotando diferentes perspectivas de abordagem, essas produções historiográficas inserem a natureza como segundo plano para fundamentar suas interpretações sobre passado local, manifestando diferentes ideias de natureza de uma obra para outra.

Para analisar quais ideias de natureza estão presentes em cada uma dessas produções e identificar de que forma a natureza foi inserida como segundo plano em suas abordagens, conforme já referenciado na introdução deste trabalho, serão analisadas, como parte integrante da historiografia produzida nas décadas de 1985 a 1993, as obras de: Jose Joffily (1985), Jorge Cernev (1988), Nelson Dacio Tomazi (1989), Sonia Maria Sperandio Lopes Adum (1991) e José Miguel Arias Neto (1993).

Por intermédio de tais obras, dividindo a análise em dois tópicos, será exposto o que lhe são semelhantes e o que as difere. O resultado disso irá demonstrar que a utilização da natureza como segundo plano para as interpretações do passado local se prolongou – em parte da historiografia – até o fim da década de 1990.

## 2.1 SEMELHANÇAS

Para iniciar este tópico, é necessário fazer uma breve apresentação de cada uma das cinco obras, ordenadas pelo ano de suas publicações, começando com a de Joffily (1985), “Londres - Londrina”, um livro sobre a colonização inglesa do norte do Paraná. Esta obra teve como objetivo contestar as diferentes versões e narrativas sobre a história de Londrina, que até o período da década de 1980 eram aceitas e disseminadas pelos meios midiáticos e educacionais como “história oficial” de origem e crescimento urbano da cidade, isenta de tensões e conflitos.

Como fontes, o autor fez uso de uma vasta bibliografia, composta por livros, teses, revistas, jornais, documentos e imagens, com o objetivo de realizar uma comparação entre a publicação comemorativa do cinquentenário da CMNP com as narrativas memorialistas presentes em suas fontes selecionadas.

Já a obra de Cernev (1988) é uma dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Filosofia da Universidade Gama Filho, tendo como orientador o professor Ricardo Vélez Rodríguez. Essa dissertação foi publicada em forma de livro – Cernev (1997) – pela Eduel e foi tomada como fonte de análise pelo fato de obter pequenas correções ortográficas e composições adicionais em seus anexos e prefácio.

Nessa obra, o autor analisou a colonização do norte do Paraná observando as ações da CTNP pelo aspecto filosófico. Buscou encontrar fundamentações que identificavam a influência do pensamento liberal e da ética protestante nos métodos de apropriação das terras, as quais foram destacadas como “devolutas” por Cernev, onde obtiveram um “crescimento” singular comparado à colonização de outras regiões do país.

Como fontes, Cernev utilizou as bibliografias de John Locke, Adam Smith e Max Webber da coleção “Os Pensadores”, assim como entrevistas e depoimentos de funcionários e representantes ligados a CTNP, os quais se autodenominaram nessas fontes como “pioneiros”<sup>14</sup>

---

<sup>14</sup> Na obra de Cernev (1997), o termo “pioneiros” foi utilizado para referenciar os funcionários e representantes da CTNP como os primeiros habitantes da região norte do Paraná. Esse discurso, que representava os agentes da CTNP como provedores do “progresso” e do “sucesso” econômico da região, já era utilizado e constantemente disseminado por meio das narrativas publicitárias (1934-1944) e memorialistas (1950-1975) da Companhia. Cernev, em concordância com os discursos saudosistas

da região, sendo descritos em sua biografia pessoal por intermédio de cartas e artigos que estiveram em posse do autor.

A obra de Tomazi (1989) é uma dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), tendo como orientadora Anna Maria Martinez Correa. Em sua abordagem, o autor analisou, pelo aspecto da crítica, o discurso da CTNP enquanto uma fala mítica, responsável pela construção de uma memória coletiva por meio da reprodução contínua de seu discurso.

Tomazi utilizou como fontes os documentos produzidos pela própria CTNP, correspondentes a quatro periódicos diferentes, que foram divulgados nas décadas de 1941, 1956, 1965 e 1975 como documentos comemorativos da empresa. Estes documentos, segundo o autor, foram responsáveis pela construção do discurso da Companhia inglesa e pela divulgação de suas ações buscando a legitimação de sua memória na região. Em complemento, livros, recortes de propaganda e produções intelectuais<sup>15</sup> foram usados para compreender como era disseminada a fala mítica da Companhia.

A obra de Sonia Adum (1991) é uma dissertação de Mestrado apresentada ao departamento de História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), tendo como orientador o prof. Dr. Manoel Lelo Belloto. Em sua abordagem, a autora teve como objetivo repensar e redefinir o “discurso de felicidade” construído pelas propagandas comerciais da CTNP, identificando, por meio da postura ideológica do discurso, como ele se propagou como uma memória coletiva na cidade de Londrina, ocultando a existência de conflitos sociais presentes no cotidiano do perímetro urbano e rural.

Como fontes, além da bibliografia especializada no tema da região norte do Paraná, Adum utilizou processos criminais, entrevistas, depoimentos, jornais, crônicas e poesias que retratavam os saudosismos e fracassos da ideologia do progresso. Dessas fontes, a documentação principal de sua argumentação sobre os conflitos sociais decorrentes da história local são os processos criminais, os quais correspondem, segundo a autora, a “diversas naturezas: homicídios, tentativas de homicídio, agressão, assalto, pequenos furtos, curandeirismo, vadiagem, abuso de autoridade [...]” (ADUM, 1991, p. 28).

---

reproduzidos pelas narrativas memorialistas, não criticou nem questionou a autenticidade dessas fontes, mas sim, deu continuidade as representações ufanistas por meio do aspecto filosófico de sua análise.

<sup>15</sup> Segundo Arruda e Proença (2019), as produções intelectuais foram produzidas a partir da década de 1950 por autores não profissionais, sendo autodidatas com as mais diversas formações “vinculadas a instituições de ensino ou agremiações tradicionais, como sociedades e institutos históricos” (ARRUDA e PROENÇA, 2019, p. 4). Suas produções, que antecedem os programas de pós-graduação no Brasil inaugurados em 1970, foram apropriadas ao discurso reproduzido pelas narrativas memorialistas (1950-1975).

Por fim, a obra de Arias Neto (1993) é uma dissertação de Mestrado apresentada ao departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), tendo como orientadora Maria de Lourdes Mônaco Janotti. Em sua abordagem, o autor teve como objetivo analisar as representações da cidade e do campo incorporadas ao discurso da “Terra da Promissão” e do “Eldorado”, identificando os interesses de sua produção, seus mecanismos de reprodução, suas funções e limites como narrativas memorialistas. Estas narrativas foram tratadas pelo autor como ferramentas ideológicas de legitimação das práticas, ordem e representação dos grupos dominantes da região.

Como fontes, para abordar o contexto, os mecanismos de representação e as funcionalidades que estavam inseridas no discurso da “Terra da Promissão”, Arias Neto fez uso de propagandas, folhetins informativos e álbuns comemorativos produzidos pela CTNP, identificando como a terra foi incorporada pelo discurso da companhia. Já para abordar o contexto, os mecanismos de representação e as funcionalidades que estavam inseridas no discurso do “Eldorado”, o autor utilizou tanto a bibliografia de Ricardo (1970) quanto o álbum comemorativo de Oliveira (1949), identificando como o “café” foi incorporado como mecanismo de representação e legitimação social dos cafeicultores na cidade de Londrina.

Com base nesta breve apresentação dos objetivos e fontes das cinco obras, o primeiro fator semelhante, de uma produção para outra, é a História Local como objeto de suas pesquisas. Abordando em diferentes objetivos e perspectivas de crítica e questionamento, a História Local esteve predominantemente presente em cada uma dessas análises historiográficas.

Iniciando por Joffily, ao direcionar sua abordagem a partir do endividamento externo do Brasil com a Inglaterra e da ligação dos representantes da Missão Montagu com os banqueiros ingleses, o autor buscou demonstrar que a história local contada com base nas narrativas da CTNP – tidas como “oficiais” – não representava a totalidade dos acontecimentos ocorridos na cidade de Londrina.

Segundo o próprio autor, sua crítica à História Local esteve relacionada ao crescente ufanismo que se disseminou nas narrativas memorialistas do norte do Paraná. Ao se infiltrarem em compêndios didáticos, tais narrativas fundamentaram a história da região e da cidade de Londrina por intermédio da criação de mitos fundadores, que propagados por jornais e publicações comemorativas, buscavam estabelecer a legitimação de uma “verdade histórica”, a qual deveria ser combatida pela historiografia.

Esta realidade sociocultural adquire especial relevo aos olhos do povo e notadamente da criança no período de formação dos modelos. Por isso mesmo

termina ela manifestando admiração pelos guerreiros ou colonizadores do que pelos homens de pensamento, ignorando totalmente a história dos vencidos. Uma vez transferidas para os compêndios didáticos, as distorções ganham um efeito multiplicador consolidando-se como definitiva “verdade histórica” (JOFFILY, 1985, p. 114).

Inversamente às propostas de crítica e questionamento realizadas por Joffily, Cernev, em sua dissertação de 1988, reproduziu o discurso ufanista da História Local disseminado pela CTNP, buscando identificar como a ideologia liberal e a ética protestante tiveram participação na colonização e no crescimento econômico da região. Quando o autor afirmou que existe uma “influência do pensamento liberal e da ética protestante” nos métodos de colonização das terras, ele buscou destacar que o empreendimento realizado pela CTNP foi responsável por uma singularidade, que definiu o “crescimento” da região norte do Paraná independente das ações do Estado:

Posto que nos propusemos a estabelecer um certo vínculo, ou a identificar um certo relacionamento entre o liberalismo com o tipo de colonização ocorrida no norte do Paraná (tanto pela companhia inglesa, como por particulares e por empreendimentos oficiais), mister se faz ainda alongar mais um pouco este estudo sobre o liberalismo. Dado o fato de que o norte do Paraná se constituiu num campo missionário das Igrejas Evangélicas dos Estados Unidos, não se pode ignorar, junto a essa atuação, esse novo tipo de liberalismo que transpôs o Atlântico e, em sua evolução, assumiu novas feições. [...] as fronteiras que se deslocam de maneira gradual, propiciando a ocupação ordenada do território, evitando com isso, o surgimento dos vazios que impedem sua integração e que demandam depois elevados custos para sua interligação, especialmente no setor dos transportes e das comunicações (CERNEV, 1997, p. 88).

Embora Cernev tenha abordado a história local como objeto de pesquisa sob a sua “perspectiva filosófica”, ele recebeu uma crítica “indireta” por parte de Tomazi (1989), em razão de sua continuidade e não ruptura com as narrativas memorialistas tidas como “oficiais” pela CTNP.

Nessa crítica indireta, Tomazi interpretou em sua dissertação que os trabalhos acadêmicos de seu período não evidenciavam de forma crítica as ações da companhia inglesa em sua administração imobiliária e política do espaço, mas exaltavam, com descrições apologéticas e saudosistas, as ações da CTNP em suas abordagens de História Local.

Ao dedicarmos mais um trabalho sobre esta Companhia, pode parecer que isso seria desnecessário, pois, aparentemente, tudo já teria sido dito, analisado e explicado. Entretanto, o que observamos, ao analisar esta produção intelectual, é que são poucos os trabalhos que introduzem uma visão crítica sobre os

objetivos desta Companhia; a maioria reproduz o que a empresa escreveu sobre si mesma, tornando-se, pois, um discurso reiterativo, quando não apologético. Ao reabrirmos o debate sobre esta Companhia, procuramos nos inserir no conjunto daqueles trabalhos que procuram ver a realidade histórica de modo crítico [...] (TOMAZI, 1989, p. 2).

Conforme exposto, a crítica a Cernev na dissertação de Tomazi (1989) foi descrita de maneira indireta, generalizando-a com outros trabalhos acadêmicos de seu período. Contudo, em seu doutoramento, Tomazi explicitaria sua crítica de forma direta ao autor supracitado, afirmando<sup>16</sup> que ele reproduziu em sua obra o discurso ufanista da companhia.

Impulsionado em expor os elementos míticos presentes no discurso da CTNP, o autor se ocupou em desmistificar as narrativas memorialistas produzidas pela companhia inglesa, detalhando não apenas as ideias e práticas que pretendiam disseminar, mas também as memórias que tentaram ocultar.

De maneira crítica e similar à de Tomazi, mas adotando outra perspectiva de abordagem, Sonia Adum (1991), em sua dissertação, propôs-se a contrapor os “discursos de felicidade” – disseminados pela Companhia – a partir da exposição de conflitos sociais existentes na região.

Por intermédio dos processos criminais, dos simbolismos inseridos no discurso da Companhia inglesa e dos depoimentos de insucesso da colonização, a autora expôs como o cotidiano vivenciado pela sua infância e pelos migrantes que aqui chegavam – na espacialidade de Londrina – eram empiricamente contraditórios à “realidade” disseminada pelos materiais publicitários da CTNP:

Às imagens do progresso da cidade que crescia para o alto em seus “arranhas céus” e com suas histórias de homens que enriqueciam da noite para o dia, outras se contrapunham na mesma proporção e mostravam a cidade pobre, conflituosa e violenta, compondo o mundo do qual eu deveria ficar afastada. Estas memórias levaram-me, então, a tentar resgatar as duas cidades que conviviam em constantes conflitos, e que na minha infância se refletiam concretamente nos embates travados entre populares e a polícia. E estas mesmas lembranças levaram-me a repensar e redefinir o “discurso de felicidade” que se construiu para exaltar a cidade menina, que em poucos anos transformara-se numa “metrópole” (ADUM, 1991, p. 6).

---

<sup>16</sup> “[...] Jorge CERNEV (1988), aparece como o mais eloquente defensor da ação da CTNP, pois além de reproduzir textualmente o discurso daquela companhia, ainda a coloca como um exemplo de atuação liberal, partindo do pressuposto contido nos livros e artigos dela. Não levanta sequer uma linha de dúvida sobre este discurso. Parece um religioso (o que o autor efetivamente é) falando de um texto bíblico. Se os outros autores apenas reproduzem o discurso hegemônico ele vai além. Ao analisar a atuação da CTNP procura mostrar a herança deixada por ela, afirmando que os seus interesses particulares ultrapassam os limites dos interesses e vantagens individuais para se colocarem no nível da responsabilidade e dos benefícios do bem estar social” (TOMAZI, 1997, p. 262).

Aderindo, de maneira similar, à postura crítica de Adum (1991) e Tomazi (1989) em torno do questionamento a autenticidade das informações apresentadas como “oficiais” pelas elites dominantes da cidade de Londrina, Arias Neto (1993) analisou em sua dissertação como a CTNP (1935-1944) e a Elite Cafeeira (1945 a 1975) construíram e disseminaram suas narrativas memorialistas por meio de mecanismos de representação.

Ao observar os problemas e contradições advindos do progresso e do enriquecimento da região, o autor identificou como a reordenação do espaço urbano modificou as interações sociais e políticas da administração local. Em sua abordagem, ele destacou que:

Não se trata de negar o desenvolvimento do norte do Paraná e da cidade de Londrina, mas de perceber como as representações que buscam legitimá-lo, atropelam determinados atores desse crescimento. A presença de homens e mulheres, os quais atuaram na construção da cidade e da região, foi dissimulada pelo ímpeto das imagens do progresso e suas memórias foram soterradas por cronistas, historiadores e cientistas sociais cujos olhares estavam ofuscados pelo brilho que emanava da Cidade do Ouro (ARIAS NETO, 1993, p. 10).

Conforme é possível observar até este ponto, a História Local como objeto de pesquisa, em diferentes perspectivas de abordagem, foi predominante em cada uma das cinco obras. Embora a de Cernev (1997) tenha se mostrado inversamente contrária à abordagem de crítica e questionamento da autenticidade das narrativas memorialistas, ela incluiu a História Local como objeto de sua pesquisa.

No decorrer da análise, outro fator que demonstrou ser semelhante entre essas obras foi a inclusão da natureza como segundo plano em fundamento a suas interpretações sobre o passado da História Local. Toda vez que a natureza – representada pela agricultura, algodão, café, clima, colonização, fertilidade, floresta, recursos naturais e terra – foi mencionada, ela foi utilizada para contrapor e criticar as narrativas e atividades de ocupação realizadas pelas elites locais. Ou seja, não era a natureza – em suas apropriações físicas e ideológicas – o objeto de pesquisa desses autores, mas sim a História Local a partir da crítica e contraposição às narrativas memorialistas, que se tinha como “História oficial” no período de suas produções historiográficas.

Para demonstrar como a natureza foi incluída como segundo plano, em torno de suas similaridades de representação entre as cinco obras de 1985 a 1993, analisar-se-á como as palavras-chave *agricultura, algodão, café, clima, colonização, fertilidade, floresta, recursos naturais e terra* foram representadas por essas produções historiográficas.

Iniciando pela *agricultura*, que foi representada como atividade econômica predominante na região norte do Paraná, evidencia-se, por meio da descrição de suas atividades, como a interação do homem com a natureza foi realizada pelas elites dominantes. Cernev exaltava a agricultura como um empreendimento ímpar, na administração da CTNP:

Mas apesar dos revezes (tais como estiagem, erosão do solo e enchentes) a agricultura paranaense está sendo uma das mais ricas do país, passando-se a designar o Estado como o “celeiro do Brasil”. Graças às novas técnicas e uma política agrícola mais racional, o Estado contribuiu em 1985 para que o Brasil dobrasse a produção do trigo, produzindo mais de 2 milhões de toneladas, o que representou o equivalente ao total da produção brasileira no ano anterior (CERNEV, 1997, p. 25).

Joffily, Tomazi, Adum e Arias Neto usaram as representações da agricultura feita pelas elites para expor como o empreendimento agrário foi utilizado como ferramenta propagandística e sinônimo de riqueza nos discursos publicitários. Para exemplificar a similaridade das afirmações desses autores, o trecho de Arias Neto demonstra como as narrativas publicitárias da CTNP caracterizavam o cultivo agrícola e as terras como elementos de riqueza e representação da região:

Sem dúvida, a matéria em questão é propagandística, objetivando, portanto, atrair compradores de terras [...]. O paraíso encontrado não era apenas a realização do tempo presente, mas, sobretudo, possibilidade futura. A fertilidade da terra, a rápida prosperidade pública e privada, o acesso à propriedade agrária, a riqueza propiciada pela agricultura são elementos que compõe as representações da cidade e da região [...] (ARIAS NETO, 1993, p. 8).

Já o *algodão* fundamenta os interesses iniciais que a Missão Montagu<sup>17</sup> obtinha na aplicação de capital no Brasil, onde seu cultivo em escala comercial viria suprir a indústria têxtil dos ingleses. Devido à baixa produtividade, o empreendimento algodoeiro foi substituído pelo empreendimento imobiliário da venda de lotes de terras administrados pela CTNP. Cernev, assim como os outros autores, fundamenta os interesses iniciais da Missão Montagu em dois trechos distintos. No primeiro:

---

<sup>17</sup> Segundo Joffily (1985), a Missão Montagu constitui-se em um grupo de ingleses – empresários e emissários interligados aos bancos da Inglaterra – enviado ao Brasil em 1923 com o objetivo de avaliar o estado que se encontrava a situação financeira do país, que, além de já ter no período uma dívida externa com os ingleses, solicitava mais um empréstimo com a finalidade de quitar as dívidas existentes e colocar em ordem as finanças nacionais. Entretanto, no decorrer da análise das obras de Cernev (1997), Tomazi (1989), Sonia Adum (1991) e Arias Neto (1993), identifica-se que a Missão Montagu foi descrita em diferentes interpretações e perspectivas de análise, sendo questionados não apenas os objetivos dessa missão, mas também os interesses particulares dos integrantes deste grupo.

Além de viajar como assessor da Missão Montagu, Lord Lovat tinha como incumbência dos acionistas da Sudan Plantations estudar a possibilidade de vir essa poderosa companhia inglesa a aplicar seus capitais no Brasil, de forma a obter algodão que importava em larga escala para suprir a florescente indústria têxtil da Inglaterra (CERNEV, 1997, p. 39).

Em outra passagem, o autor afirma:

Como as culturas de algodão nas fazendas adquiridas no Estado de São Paulo não iam bem, os investidores ingleses decidiram abandoná-las, transferindo o seu entusiasmo para a ocupação das terras roxas do norte do Paraná. Assim em 1928 cessaram todas as suas atividades relacionadas ao algodão, decidindo então a Companhia de Terras dedicar-se inteiramente a colonização das terras adquiridas do Governo do Estado [...] (CERNEV, 1997, p. 55).

O *café* foi representado como principal produto de exportação comercial da região, expondo em sua valorização econômica os “interesses” que movimentaram a apropriação das terras do norte do Paraná. O estudo de Sonia Adum, assim como as demais obras, demonstrou como a incorporação do café ao sistema produtivo da região foi utilizado como identidade e representação do norte do Paraná:

[...] a própria consciência ou reconhecimento da região Norte do Paraná tem sofrido importantes mutações no curso da história. Apenas com o café, ou melhor dizendo, incorporada a determinado sistema produtivo como espaço do capital, a Região Norte adquire identificação e significado. A definição colocada a princípio, acompanha tal perspectiva. ADUM, 1991, p. 47.

O *clima* foi representado nas cinco obras pelas alterações ou fenômenos climáticos provocados pelas atividades de colonização da região, expondo os problemas acarretados pela ocupação dos espaços naturais. Na interpretação dos autores aqui analisados, erosão, chuvas, enchentes e demais deformações que agrediam o solo e os espaços ao redor do território ocorreram durante a apropriação “em escala industrial” da natureza e não pela sua utilização como subsistência da população local.

Não apenas o cultivo, mas o próprio surgimento do urbano em meio a floresta passou a fazer parte dos processos de degradação do solo e das instabilidades climáticas da região. No entanto, quando estes eventos climáticos eram mencionados pelas obras, eles não tinham a natureza como objeto de análise, mas sim a crítica às elites locais, no que se referia aos prejuízos da mercantilização desses espaços, não havendo um aprofundamento de análise direcionado às degradações dos espaços naturais.

A obra de Joffily (1985), em um de seus trechos, exemplifica como as demais obras – com exceção a de Cernev (1997) – mencionaram os eventos climáticos, incorporando-os às suas críticas à História Local:

A erosão, além de reduzir a produtividade abrindo gigantescas valas e crateras, acarreta, pela enxurrada das chuvas, o assoreamento dos rios matando-os ecologicamente. A recuperação desse quadro desolador provocado pela incúria e a ganância está custando hoje crescentes despesas públicas. Fortunas iguais são aplicadas na reconstituição das matas ciliares. Em outras palavras: a presente geração brasileira está pagando um injusto e oneroso tributo pelos pecados dos “heroicos desbravadores” (JOFFILY, 1985, p. 101).

Cernev (1997) também apresentou suas críticas aos fatores climáticos provenientes da colonização. Porém, ele isenta a CTNP dos reveses climáticos, inserindo como responsáveis tanto os compradores das terras por não respeitar as cláusulas contratuais de preservação de 10% do terreno adquirido quanto o poder público pela falta de fiscalização:

Por exigência contratual, o comprador era obrigado a conservar dez por cento de mata virgem em sua propriedade. Mais tarde perdeu-se este controle, pois a Companhia não dispôs de nenhum poder coercitivo para poder velar por essa disposição. Organizado os municípios e passando essa responsabilidade para a alçada do poder público, este, de um modo geral, limita apenas ao lançamento de tributos, não tomando nenhuma medida de caráter efetivo para a preservação da natureza e pela manutenção do necessário equilíbrio ecológico (CERNEV, 1997, P. 54).

A *colonização*, termo “ideológico” utilizado pela CTNP para referenciar o empreendimento imobiliário de seus processos de aquisição e venda de lotes de terras, foi utilizada para analisar tanto o processo de divisão de terras da região norte do Paraná quanto para abordar a interferência e interesses do governo do estado, no processo de concessão das terras a companhia inglesa.

Cernev – dando continuidade às narrativas memorialistas – afirmou que a colonização exercida pela CTNP compreendia uma ação movida pelo liberalismo, independente das ações do estado na região.

O sistema de colonização adotado desde seu início, segundo depoimentos de pioneiros, já pode ser considerado por si mesmo como um dos mais bem sucedidos exemplos de reforma agrária ocorridos no país. O que nos interessa dizer é que na década de 20, quando se iniciou o processo de colonização desta região, não havia em nosso país nenhum pedaço de chão que não tivesse dono. Além das terras nas mãos dos particulares e de empresas, havia também as terras do Estado, muitas delas devolutas. CERNEV, 1997, p. 118.

Já as obras de Joffily, Tomazi, Sonia Adum e Arias Neto desmistificaram essa ideia. O governo do estado do Paraná, na interpretação dessas quatro obras, concedeu as terras do norte a preços baixos para a companhia, com os objetivos do povoamento e movimentação econômica desses espaços e de pagar a dívida externa do país por meio da concessão dessas terras aos ingleses. Segue adiante um trecho de Tomazi (1989), demonstrando como foi desmistificado o discurso de que a colonização foi um empreendimento independente do estado:

Além do fato de ter sido uma compra, as condições de pagamento foram muito vantajosas a Companhia. No tocante à concessão para continuar a construção da ferrovia São Paulo-Paraná é importante assinalar que a Companhia conseguiu do estado, a partir de 20 de abril de 1928, 3.600 hectares de terras devolutas por quilômetro de estrada construída e entregue ao tráfego, além, naturalmente da exploração do transporte de pessoas e mercadorias em situação monopólica. Esta situação preferencial no processo inicial de constituição da Companhia, no âmbito imobiliário e ferroviário deve ter alguma relação com o fato de que os ingleses eram os maiores credores do estado do Paraná com 90% de empréstimos (TOMAZI, 1989, p. 164).

A *fertilidade*, representada nas narrativas publicitárias da CTNP como princípio de qualidade do solo e alta valorização no cultivo do café pelas narrativas memorialistas da elite cafeeira, foi utilizada para expor a mercantilização a que as terras foram impostas pelas elites locais e para referenciar os principais interesses desses grupos dominantes na ocupação das terras do norte do Paraná.

Cernev se referia à fertilidade como um sinônimo de riqueza para o empreendimento colonizador da CTNP:

Gastão de Mesquita Filho conseguiu convencer Lord Lovat a lançar-se nesse novo empreendimento: uma colonização bem planejada, tendo como pontos principais a fertilidade das terras e a garantia de boas vias de acesso, estando aí incluída a construção de uma estrada de ferro. O argumento mais atraente apresentado ao visitante foi a rápida valorização das terras ocorrida na região de Cambará, com a construção da ferrovia: uma valorização de mil por cento em um ano [...]. CERNEV, 1997, p. 40.

Já Joffily, Tomazi, Sonia Adum e Arias Neto abordaram a qualidade do solo como mecanismo de representação e legitimação econômica das elites sociais. No trecho a seguir de Arias Neto, de maneira similar às demais obras, é possível identificar que a fertilidade foi analisada como mecanismo de representação publicitária das elites locais:

A primeira questão que se apresenta quando se procede a leitura atenciosa do documento é o destaque que se dá à fertilidade da terra. Este é, na verdade, o ponto central de toda a propaganda da Companhia de Terras Norte do Paraná. É necessário "ver para crer" na fantástica fertilidade do solo, que dificilmente em outros lugares se encontra, adequado para qualquer cultura, ou em outras palavras, uma terra "[...] toda chã e muito cheia de arvoredos. [...] E em tal maneira é grandiosa que, querendo aproveitá-la, tudo dará nela, por causa das águas que tem" (ARIAS NETO, p. 18, 1993).

A *floresta*, também referenciada como "vegetação natural" e "reserva florestal" nas cinco obras, foi utilizada para expor como ocorreram os processos de apropriação da natureza na chegada dos colonos na região e para descrever a diversidade nativa presente antes da ocupação. Tal diversidade foi representada pela figueira branca, pelo cedro, pela peroba, pelo pau-d'alho, pela araucária e demais coberturas florísticas em torno do florestamento pluvial tropical e subtropical.

Assim como nas referências anteriores, não houve aprofundamento das relações humanas com os espaços naturais, elas apenas foram mencionadas como fundamento de críticas à colonização realizada pela CTNP. O trecho de Joffily exemplifica como as demais obras – com exceção a de Cernev – mencionaram a perda florestal como crítica à companhia:

A figueira branca, o cedro, a peroba e o pau d'alho estão hoje virtualmente extintos no norte do Paraná porque a empresa loteadora não respeitava a norma adotada em todos os países de conservar, pelo menos, 20% de mata em cada área. Inúmeras serrarias operavam, sem cessar, para atender os importadores, inclusive uma do interesse estrangeiro – Companhia Melhoramentos do Paraná – Imóveis, Materiais, Construções. (JOFFILY, 1985, p. 96).

Os *recursos naturais*, também associados à função de "matéria-prima" pela colonização inglesa, foram mencionados nas cinco obras para expor a valorização econômica a que o solo, flora e fauna foram impostos pela colonização da CTNP. Cernev reiterava o discurso da companhia, destacando as vantagens do comprador de terras:

Outro aspecto, também de real importância, é o fato de que a Companhia vendia as terras com toda a madeira nelas existentes. Dessa forma, a madeira de lei constituía numa fonte adicional de recursos de que o novo proprietário dispunha, especialmente para fazer o pagamento correspondente ao primeiro ano. A extração e venda de toda a madeira estava assegurada nos contratos ao novo proprietário. Isto possibilitou a instalação de muitas serrarias e, devido à madeira abundante, por muito tempo predominou na região a construção de casas de madeira, especialmente de peroba (CERNEV, 1997, p. 53).

As obras de Joffily, Tomazi, Sonia Adum e Arias Neto abordavam os recursos naturais tanto pelos interesses lucrativos da CTNP quanto em sua utilização como mecanismos de representação nos documentos publicitários da empresa. Exemplificando à similaridade desses autores, o trecho a seguir de Sonia Adum expõe como os recursos naturais foram incorporados às representações publicitárias:

Em documento publicado pela mesma Companhia no ano de 1941 [...] o facho iluminador incide sobre a questão que apontamos anteriormente, portanto, da satisfação de quem compra e não no lucro de quem vende. No documento de 1941, as vantagens do provável comprador de terras se apoiavam em dois pontos principais: os recursos naturais harmoniosamente interligados aos benefícios urbanos. No que diz respeito aos recursos naturais, estavam presentes, a fertilidade das terras, possibilitando tanto a policultura de exportação – onde o café aparecia com o mesmo peso que o algodão e o trigo – como a policultura de subsistência – arroz, feijão, cana, tabaco, alfafa, mamona, etc. Salientava-se a rica bacia hidrográfica, a grande quantidade de madeiras e, principalmente, a ausência de saúvas. No que toca aos benefícios urbanos, a oferta de cidades com as mesmas comodidades das grandes metrópoles – água encanada, luz e força, hospital, escolas, igrejas, bancos, hotéis, clubes esportivos e sociais, cinemas, etc. ADUM, 1991, p. 84.

Por fim, as *terras*, representadas pelas elites locais quase sempre por uma ressignificação nominal – terra roxa, terra de Canaã, terras férteis, terras devolutas –, foi mencionada nas cinco obras para representar as relações econômicas promovidas pela CTNP e elite cafeeira na comercialização desses espaços e para demonstrar os conflitos existentes na ocupação destes espaços.

Cernev apenas reproduzia o discurso da CTNP, afirmando a inexistência de conflitos na ocupação das terras:

Quando a CTNP adquiriu do Estado as terras devolutas, ela se comprometeu a indenizar todos aqueles que apresentassem títulos de propriedade, o que foi realmente feito. Alguns poucos posseiros encontrados foram removidos, sendo reassentados em outras áreas, sob responsabilidade da própria Companhia. Face a esse saneamento, não houve conflitos de terras nos domínios da Companhia. Os conflitos que houve – como o de Porecatu por volta de 1950 – estavam fora dos limites das terras da Companhia (CERNEV, 1997, p. 119).

Joffily, Tomazi, Sonia Adum e Arias Neto demonstraram como as representações pacíficas do discurso das elites dominantes ocultavam tais conflitos. No trecho de Tomazi, exemplificando à similaridade com os outros autores, a exposição dos conflitos na ocupação de terras é abordada a partir da oposição do discurso pacífico predominante na região:

[...] um discurso que sempre está presente é que a ação da Companhia foi pacífica. A presença de posseiros, grileiros e até de proprietários que adquiriram terras dos concessionários anteriores à Companhia, que estavam assentados nas terras compradas, nos levam a inferir que nem todos quiseram vender ou sair pacificamente de suas terras. A presença de uma força policial particular organizada pela Companhia também nos leva a crer que a violência esteve presente neste processo de ocupação territorial (TOMAZI, 1989, p. 173).

Conforme analisado nas similaridades de representações de natureza, toda vez que ela foi mencionada nas cinco obras teve-se o objetivo de contrapor e criticar as narrativas memorialistas e atividades de ocupação realizadas pelas elites locais ou o de reiterar o discurso da CTNP (este último ocorreu unicamente na obra de Cernev).

A natureza não era – em suas apropriações físicas e ideológicas – o objeto de pesquisa desses autores, mas sim a crítica e a contraposição às narrativas memorialistas que se tinha como “História oficial” na cidade de Londrina. Nesse processo, a natureza foi abordada como segundo plano nas cinco obras, a fim de fundamentar as interpretações feitas do passado local.

Apesar das similaridades de representações da natureza – no uso dos termos agricultura, algodão, café, clima, colonização, fertilidade, floresta, recursos naturais e terra –, as cinco obras, ao terem a História Local como objeto de pesquisa, manifestam diferentes ideias de representação da natureza em suas interpretações sobre o passado. No próximo tópico, serão analisadas quais são essas ideias e como elas se diferenciam de uma produção historiográfica para outra.

## 2.2 DIFERENÇAS

Iniciando pela obra de Joffily (1985), o qual estava impulsionado em divulgar outra versão histórica sobre a cidade de Londrina, verifica-se que o autor interligou as atividades de “colonização” da região norte do Paraná aos interesses financeiros e comerciais entre a Inglaterra e o Brasil, decorrentes na década de 1920.

A natureza, representada pelas terras e a fertilidade de sua composição na interpretação de Joffily, foi valorizada e concedida aos ingleses por meio de uma negociação com o Governo do Estado do Paraná, vendendo parte das terras à CTNP por preços “irrisórios” para quitar a dívida nacional. É neste ponto que a ideia de natureza como “moeda de troca” irá se manifestar na interpretação de sua abordagem. Segundo o autor:

Não faz muito tempo, que a Primeira-Ministra Margaret Thatcher no discurso oficial da reunião das nações industrializadas, declarou [...] que os países

pobres em disponibilidade financeira, porém ricos em recursos naturais deveriam oferecê-los para honrar seus compromissos externos (JOFFILY, 1985, p. 35).

Mais adiante, ele reforça sua análise:

[...] superada a fase do colonialismo e depois do protetorado, o Egito marchou firme a independência. A profunda crise interna, coincidindo com os movimentos emancipadores das colônias, obrigava a Inglaterra a buscar recursos onde eles estivessem, inclusive – e principalmente – no Brasil (JOFFILY, 1985, p. 48).

Para evidenciar a valorização econômica que a natureza adquiriu nesse período, a fertilidade e a terra roxa foram inseridas na abordagem de Joffily buscando expor os interesses dos ingleses nas terras do norte do Paraná, associando-as como investimento econômico a ser explorado:

Os quarenta dias de permanência de Lord Lovat entre o oeste de São Paulo e o norte do Paraná foram suficientes para que o ilustre enviado de Rothschild fizesse uma estimativa aproximada da imensa riqueza a explorar, constituída de solos de maravilhosa fertilidade, confirmada pela exuberância da vegetação natural (JOFFILY, 1985, p. 75).

Para o autor, o crescente ufanismo inserido nas narrativas memorialistas sobre a região ocultava os processos e negociações que impulsionaram a ocupação e colonização local. A ideia de natureza como “moeda de troca” se manifesta de maneira mais nítida na presente interpretação de sua análise, quando o autor destaca que as terras – na visão do governo do estado – eram o preço a se pagar pela dívida externa, sendo “superficialmente” vendidas com a justificativa de promover a circulação de capital no Paraná:

Parece claro que a notícia da formidável reserva florestal – talvez a mais importante da época – pela quantidade, variedade e qualidade da madeira de lei, despertou inusitado interesse de nossos implacáveis credores. Decerto vislumbravam na “descoberta” de Lord Lovat, pelo menos, mais um lastro de garantia real para nossos débitos acumulados. Mais evidentes parecem as razões da escolha de Lord Lovat para inspecionar a rica região inexplorada. Tratava-se do único membro da missão com experiência agrícola ou florestal, na qualidade de proprietário de vastas terras no Sudão (JOFFILY, 1985, p. 76).

De acordo com o autor, as opções de exploração das terras adquiridas pelos ingleses começaram a tomar abrangência a partir da importância do café e da presença da madeira na região. Associados como produtos de exportação, o café e a madeira foram inseridos pelo autor

em sua obra para expor que o interesse dos ingleses na posse de terras vinha muito antes da conclusão das negociações diretas com o Governo do Estado do Paraná:

As terras roxas do Brasil eram mundialmente conhecidas pelo “café de Ribeirão Preto” de fama internacional. Claro, os ingleses jamais cogitariam da Chapada do Araripe, do rico Vale do Parnaíba ou do Jaguaribe. [...] o norte do Paraná estava, desde o início, nos planos estratégicos de N.M. Rothschild & Sons (JOFFILY, 1985, p. 49).

O loteamento das terras, segundo o autor, foi o processo fundamental para se estabelecer a organização da ocupação territorial administrada pelos ingleses. Dividindo as terras em pequenos lotes, a CTNP iria atender tanto a seus interesses econômicos na atividade de loteamento quanto ao interesse do estado no povoamento da região norte do Paraná.

Joffily afirmou que, para divulgar a venda, a referência “terras de Canaã” foi utilizada pela companhia inglesa para disseminar a valorização comercial das terras e destacar a riqueza natural que o solo obtinha. Os rios, que cercavam a delimitação das terras, foram inseridos na obra do autor para justificar a valorização desse espaço e sua ressignificação como “Terras de Canaã”.

Inversamente à proposta de Joffily, Cernev, em sua dissertação de 1988, buscou fundamentar, de maneira geral, que o crescimento demográfico e econômico do norte do Paraná só foi possível devido à “presença de práticas liberais” na apropriação das terras. Para ele, independentemente das ações do estado, a região buscou a partir da iniciativa privada – “colonização” administrada pela CTNP – soluções “dentro dos seus próprios limites”, exercendo por meio da ética protestante o trabalho responsável por impulsionar o crescimento de todos. É neste ponto da interpretação de sua obra que se manifesta a ideia de natureza como “fruto do trabalho”, diferenciando-se das abordagens de Joffily.

A ética protestante apareceu, segundo Cernev, como fator de culto ao trabalho, justificando que “todos os grupos protestantes têm em comum a busca do aperfeiçoamento pessoal, o desejo de dar bom testemunho, procurando sua realização no trabalho” (CERNEV, 1997, p. 112). Para o autor, o protestantismo “está nas origens da filosofia liberal não pelo seu desenvolvimento como religião, mas pela sua inspiração inicial” (CERNEV, 1997, p. 67), a partir da liberdade de consciência.

O “fator trabalho”, com base na ética protestante, foi destacado pela seguinte concepção:

Uma máxima muito citada pelos evangélicos diz que o homem deve confiar, como se tudo dependesse Deus; e trabalhar, como se tudo dependesse de si

mesmo. Ao ser colocado em prática, esse pensamento revela um ponto cardinal da ética protestante. A individualização e a liberdade permitem ao homem buscar a sua realização pessoal e, muito mais que isso, possibilitar que essas bênçãos sejam derramadas ao seu redor, atingindo a comunidade que o cerca. Assim procedendo, o crente busca se identificar como ‘o sal da terra e a luz do mundo’. Aí então, o que mais importa, já não é a simples obediência ou submissão à autoridade. Sua subordinação será, em primeiro lugar, perante Deus. Põe-se então a trabalhar, a produzir, enfim, a ser útil. Está aí fundamentada a base ética protestante (CERNEV, 1997, p. 143).

Quando Cernev destaca que os próprios colonos são responsáveis pelo sustento de suas famílias por meio do cultivo de suas terras, a ideia de natureza como “fruto do trabalho” se manifesta de maneira evidente em nossa interpretação de sua análise. Segundo o autor, o “desenvolvimento” da região norte do Paraná não se dá pelo valor que as terras possuem ou pela fertilidade de sua composição, mas sim pelo “próprio esforço” dos colonos no trabalho nas terras.

[...] o pecúlio formado pelos lavradores era geralmente aplicado na aquisição de lotes de terras, sendo suas dimensões calculadas segundo as possibilidades de cada um. Feita a derrubada da mata virgem, e enquanto se aguardava a produção do café (rentável após o quarto ano), o lavrador se ocupava também com a produção de cereais, o que lhe permitia uma renda suficiente para a sua manutenção e condições de efetuar o pagamento de seus compromissos (CERNEV, 1997, p. 22).

Para ele, com a expansão das atividades comerciais realizadas pelo cultivo de sua produção, a apropriação dos espaços naturais associada às possibilidades de seu escoamento definiu o processo inicial que valorizou o “fruto do trabalho” nas terras do norte do Paraná:

As terras da Companhia eram vendidas a prestação, o que permitia um pequeno investimento inicial, sendo que os demais pagamentos eram retirados do produto da própria terra (CERNEV, 1997, p. 22).

Com base na política liberal e na ética protestante, Cernev afirmou que a CTNP realizou o plano de loteamento organizando seus espaços pela divisão em pequenos lotes, estabelecendo vias de acesso para o escoamento do cultivo do solo, dando início aos processos de compra e venda do empreendimento colonizador. Este modelo de colonização aplicada pela CTNP influenciou – na análise do autor – no “crescimento” da região, promovendo o “fruto do trabalho”.

O pedaço de terra vendido ao comprador deveria ser do jeito que ele quisesse, desde que o lote adquirido não estivesse sem aproveitamento de produção. Com a colonização limitada apenas às atividades de compra e venda de terras, Cernev expôs que o trabalho exercido pelos

colonos em suas propriedades de terra é que seriam os responsáveis pelo “crescimento” da região, sendo a Companhia apenas um agente supervisor desse processo.

Nasceram e cresceram praticamente por si, pois a Companhia se limitou a planejá-las e a construir um escritório, uma estação de jardineiras e uma escola. Exigia apenas, em contrato, que os compradores de datas urbanas construíssem dentro do prazo máximo de um ano (CERNEV, 1997, p. 45).

Conforme a análise das afirmações de Cernev, o passado da História Local, com base nas representações da terra como objeto das “práticas liberais e protestantes”, manifesta a ideia de natureza como “Fruto do Trabalho”, reproduzindo em sua dissertação tanto o discurso da CTNP quanto uma abordagem isenta de críticas às atividades de colonização.

De maneira contrária e crítica a essas reproduções, Tomazi produziu sua dissertação impulsionado em desconstruir o discurso da companhia inglesa associando-o como uma fala mítica. Segundo o autor, os processos de ocupação da região norte paranaense estão relacionados a uma “ocupação dos chamados espaços vazios pelo capital”.

Em sua abordagem, ele afirmou que no momento que a Companhia inglesa assumia “publicamente” – por meio de suas narrativas – que a ocupação e a administração imobiliária dessas terras eram movidas pela necessidade de expansão demográfica exigida pelo estado.

Desse modo, a Companhia buscava ocultar em seu discurso que seu principal interesse era se aproveitar da fertilidade do solo. Ou seja, as diversidades naturais do solo eram associadas a um empreendimento lucrativo a ser feito na organização de compra e venda das terras. Neste ponto da interpretação de sua obra é que se manifesta a ideia de natureza como “espaços vazios a serem preenchidos pelo capital”, diferenciando-se das abordagens de Cernev.

Para Tomazi:

[...] os governos sucessivos do estado do Paraná sempre estiveram interessados em fazer concessões para muitas empresas visando a colonização e povoamento cada vez mais rápido das terras devolutas. Entretanto, nos anos vinte, o processo da ocupação já tinha um outro caráter (TOMAZI, 1989, p. 101).

Mais adiante, o autor complementa sua afirmação:

Já não estavam à sua frente simples fazendeiros, mas decididos homens de negócios de mãos dadas à finança internacional. Comprar terras virgens para cobrir cafezais passara a ser o objetivo de poderosas empresas comerciais manobrando, via de regra, vultuosos capitais estrangeiros, ou de capitais pouco experimentados nas lides de campo, porém de aguçado tirocínio especulativo. Com a venda dos lotes ainda em estado de floresta realizavam os primeiros

lucros, logo mais renovados os fretes dos transportes para, finalmente, serem multiplicados mediante a exportação (FONSECA, 1958 apud TOMAZI, 1989, p. 102).

Ao tomar como fonte a própria fala da Companhia em seus documentos comemorativos, o autor interpretou a ocupação regional administrada pela CTNP como um empreendimento exclusivamente de interesse econômico. A natureza – representada pelas terras – foi associada pela Companhia inglesa, na abordagem de Tomazi, a um produto de acumulação de riquezas e propriedade.

A ideia de natureza como “espaços vazios a serem preenchidos pelo capital” se manifesta de maneira mais nítida quando o autor afirma que o cultivo dessas terras nada mais era que mercadorias de consumo e exportação. Para fundamentar esta afirmação, Tomazi fez uso dos depoimentos de Gastão de Mesquita Filho, retirados dos documentos comemorativos da CTNP, os quais detalhavam os objetivos e a forma de apropriação desses espaços como investimento lucrativo:

[...] Sabia que Lovat desejava comprar terras para plantar algodão, mas meu intuito era despertar sua atenção para as imensas áreas de terras fertilíssimas que uma colonização racional, feita com recursos suficientes que não faltavam aos ingleses, poderia transformar em fonte de riqueza para muitos agricultores e também para o Estado do Paraná e para a Nação (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975 apud TOMAZI, 1989, p. 30).

De acordo com Tomazi, para que o empreendimento tivesse uma base de sustentação, a fertilidade teria que ser o “fator principal” e predominante na compra dos lotes, o que definiria o sucesso ou o fracasso da ocupação de terras. Em citação as palavras da CTNP, o autor expôs como a acumulação de capital e o crescimento industrial eram diretamente dependentes da fertilidade do espaço almejado:

Não temos dúvida alguma em afirmar: os indivíduos isolados ou em grupos, formando coletividades ou constituindo povos, são como as plantas, também isoladas ou formando florestas: tem sua vida e seu porte condicionados pela fertilidade da terra onde deitam raízes. Se esta é fraca, plantas e homens dela dependentes serão pobres e inexpressivos; se esta é fértil, plantas e homens serão ricos e exuberantes. E é somente à custa da riqueza e da exuberância proporcionada pela terra fértil que se pode desenvolver um processo natural – por isso efetivo e duradouro – de acumulação de capitais e de industrialização, semelhante ao que se verificou em São Paulo e no Norte do Paraná (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975 apud TOMAZI, 1989, p. 22).

No decorrer de sua análise sobre a História Local, Tomazi (1989) afirmou que a lucratividade da apropriação das terras adquiridas pelos colonos transparecia no discurso da Companhia como uma justificativa da ocupação das terras e dos processos de desmatamento. A derrubada das matas e o cultivo do solo foram exaltados como atividades de “desbravamento” da região.

A justificativa da apropriação dos espaços naturais se torna mais explícita quando o autor faz uma citação sobre a visão que a Companhia tinha dos fazendeiros nos processos de ocupação de terras. Em seu discurso, a CTNP buscava justificar que a ocupação das terras e os conflitos sociais nas tomadas de posse contra os indígenas tinham interesse “nacional” em promover o crescimento regional:

Tanto no passado, como nos dias atuais, o fazendeiro não pode ser comparado, genericamente, a um parasita da terra e dos que não a possuem, porque se na antiga organização agrária este proprietário derrubou florestas, lutou contra o índio, implantou estradas de ferro e fundou cidades, abrindo frentes de trabalho e semeando o progresso, no moderno capitalismo agrário o dono da terra de visão se sente compelido a participar do desenvolvimento nacional e a contribuir para resolver os múltiplos problemas enfrentados pela coletividade (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1975 apud TOMAZI, 1989, p. 19).

Com base nesse discurso, Tomazi demonstrou – mas sem se aprofundar – que ao enaltecer o desbravamento, a Companhia ocultava e silenciava os conflitos sociais existentes em suas áreas de atuação.

Essa temática da História Local sob a ótica dos conflitos sociais passou a ser aprofundada a partir das análises de Sonia Adum (1991). Repensando e redefinindo o “discurso de felicidade” propagado pela CTNP, a autora se propôs a expor como a resistência e a luta faziam parte do cotidiano social da região, com o conflito entre a reação popular e a existência de uma ordem social vigente. É neste ponto da interpretação de sua obra que se manifesta a ideia de natureza como “objeto e propaganda de uma ordem sonhada”, diferenciando suas abordagens das de Tomazi.

Em suas abordagens iniciais, Sonia Adum afirmou que a análise dos conflitos sociais lhe auxiliou a encontrar outra perspectiva da História Local, representada com as narrativas marginalizadas pelo discurso dominante:

Esta busca levou-me também à recuperação destes “outros”; de um pouco da memória social de suas vidas, que, na verdade, tem se perdido muito mais em função de posturas ideológicas do que pela efetiva ausência de documentação.

Apesar das informações estarem muitas vezes escondidas, ralas e fragmentadas, pode-se perceber um cotidiano permeado por conflitos e confrontos onde se multiplicam formas de resistência e luta. Quando iluminamos momentos da história da cidade em que a presença popular se manifesta, podemos perceber, portanto, os lados não conhecidos da dominação e da reação popular (ADUM, 1991, p. 7).

Segundo a autora, por intermédio da imagem do progresso, a companhia buscou justificar e silenciar quaisquer prejuízos que o empreendimento colonizador e urbanístico tivesse causado em sua implantação, independentemente das transformações do espaço natural providos pela ocupação regional. A exaltação das terras como objeto de fortuna e enriquecimento fácil idealizava a ocupação local com passividade, isenta de conflitos econômicos e sociais.

A ideia de natureza como “objeto e propaganda de uma ordem sonhada” se manifesta de maneira evidente na análise da autora quando ela cita como referência o discurso que a CTNP exercia sobre a valorização das terras, demonstrando como a ressignificação ideológica das narrativas publicitárias ocultava a desordenação dos espaços naturais e os conflitos sociais da urbanização deste espaço:

[...] o famoso Norte do Paraná é a NOVA TERRA PROMETIDA, a Nova Canaã, onde todo mundo espera fazer fortuna rápida e facilmente... É a terra onde, e verdade se pisa sobre o dinheiro... É um presente do Céu às pessoas de boa vontade. [...] grandes e pequenos. A ricos e pobres. Sim, o Norte do Paraná constitui quase que a derradeira tábua de salvação para os que lutam (BARROSO, 1956 apud ADUM, 1991, p. 45).

De acordo com a autora, após as terras adquirirem preço de mercado e atraírem compradores na década de 1920, uma diversidade de povos e instituições participou do povoamento e transformação do território paranaense em “lócus do capital”, onde a CTNP não esteve presente como “entidade única” desse processo. A apropriação das terras e sua ocupação foram detalhadas da seguinte forma:

[...] inúmeros outros atores participaram ativamente da ocupação: Estado, fazendeiros paulistas e mineiros, sitiantes, sertanejos, colonos, grileiros, outras companhias particulares, pequenas empresas imobiliárias, ladrões que roubavam as casas para matar fome, prostitutas que chegavam às levadas nas asas dos aviões do Panair, nordestinos esfomeados e mendigos que vagavam pelas ruas da fervilhante “Nova Canaã”, etc. Além disto, deve ser esclarecido, que a área de terras da CTNP é, em 1930, de 507.867 alqueires de terras contínuas (pouco mais que 1.220.000 há), ou seja, pouco mais do que 6% da área total do Paraná e quase 25% da região norte paranaense. Portanto, apesar de extremamente significativa, não representa todo o espaço (ADUM, 1991, p. 48).

Para Sonia Adum, no momento em que a CTNP efetivou seu plano de colonização com a compra dos 6% da área total do Paraná, ela atribuiu a comercialização das terras às perspectivas lucrativas do negócio de seu empreendimento. A organização do espaço em pequenos lotes foi estabelecida com base nas necessidades de seus compradores:

As vantagens de quem buscava o norte do Paraná residia, em primeiro lugar, na possibilidade de se tornar proprietário em um espaço onde havia harmonia entre cidade e campo possibilitada pela existência de cidades próximas e de uma ampla rede de comunicação. Em segundo lugar, a certeza de lucro fácil advindo da comercialização, tanto da produção cafeeira (exportação) como do excedente das culturas de subsistência (mercado local e regional), que também seria responsável pela manutenção das necessidades das famílias enquanto não houvesse produção do café, no período de crescimento dos cafezais (ADUM, 1991, p. 82).

Como delimitação espacial de “propriedade” da CTNP, o território passou a ser idealizado nas narrativas publicitárias da Companhia como lugar de igualdade, buscando singularizar a definição “Norte do Paraná” como espaços movidos pela força do trabalho, integrando o povoamento e a produção agrícola das terras aos moldes do sistema capitalista (ADUM, 1991).

As oportunidades de riqueza e igualdade social foram justificadas, segundo a autora, tanto pela ordem do trabalho quanto pelos interesses nacionais de ocupação das terras, construindo uma memória coletiva responsável por classificar a CTNP como agente idealizadora do “progresso”.

Na análise de Sonia Adum, a partir de 1944, o café passou por diferentes representações ideológicas. Na década anterior, ele era visto como o gerador de atividades lucrativas pertencentes à colonização das terras da CTNP, sendo objeto e propaganda do discurso da ordem sonhada e disseminada pela Companhia. Após 1944, o café foi ressignificado como o responsável pela expansão demográfica da região, nomeando seus “agentes provedores do progresso” como pertencentes a “nova civilização do café”, desprendendo-se das influências do monopólio inglês:

O segundo momento, de fins da década de quarenta até 1960, representaria a “nova civilização do café” já constituída, ou melhor, no seu ápice, quando então a cidade foge ao controle do capital monopólico inglês. Neste período, Londrina experimentou um intenso crescimento econômico e demográfico, advindo da expansão do café, tendo a imigração desempenhado papel de primeira grandeza (ADUM, 1991, p. 18).

Quando Sonia Adum, em sua interpretação, considerou apenas o café como produto responsável pela expansão econômica e demográfica da região, expôs que as narrativas memorialistas da cidade de Londrina se modificaram com as dimensões simbólicas de poder e dominação do espaço. Ou seja, de 1930 a 1944, a natureza e os recursos naturais, segundo a autora, são exaltados em seu poder de capital e a Companhia é a grande provedora do desenvolvimento.

No entanto, a partir de 1945, o café, quando analisado fora do período constituído pelo monopólio colonizador inglês, passa a ser o agente responsável pela expansão econômica e demográfica da região. Na interpretação da autora, a origem e construção de elementos simbólicos presentes nas narrativas memorialistas constituem-se em uma dimensão bem mais ampla de se analisar:

[...] é necessário que se façam algumas considerações sobre as origens dos elementos simbólicos detectados como caracterizadores da Região Norte do Paraná e da cidade de Londrina. Como ponto de partida, cabe ressaltar a existência e uma dimensão bem mais ampla do que a simples “construção” por “alguém” ou por alguma “entidade” de um aparato simbólico relacionado a uma única região concedendo-lhe atributos que a retratam como a “Terra da Promissão”, a “Nova Canaã”, “Terra onde se anda sobre dinheiro”, onde “em se plantado tudo dá”. Lócus do “trabalho”, do “progresso”, da “riqueza” e da “ordem”. Efetivamente, o eixo desta construção deve ser pensado em proporções bem mais abrangentes e com participação de inúmeros atores (ADUM, 1991, p. 56).

Apesar de esse debate não ser o foco de análise da autora, ela evidenciou na abordagem desse contexto que a natureza foi utilizada como “objeto e propaganda de uma ordem sonhada” não apenas pela CTNP em seu período de administração político da região, mas também foi utilizada e ressignificada no discurso de diversos outros atores que disputavam a hegemonia do poder simbólico da cidade de Londrina. São estes “outros atores” – representados pela elite cafeeira – que Arias Neto (1993) analisou em parte de sua dissertação.

Os discursos da “Terra da Promissão”, disseminado pela CTNP (1930-1944), e do “Eldorado”, disseminados pela elite cafeeira (1945-1975), foram utilizados como ferramentas ideológicas de legitimação das práticas, ordem e representação. Arias Neto (1993) expôs em sua obra que a História Local foi disputada pelas elites locais por meio dos mecanismos de representação desses discursos. É neste ponto de sua obra, ou seja, em torno dos conflitos ideológicos entre as elites locais, que se manifesta a ideia de natureza como “produto e mecanismo de representação”, diferenciando sua análise das interpretações de Sonia Adum.

Segundo Arias Neto:

[...] as representações da cidade e região como Terra da Promissão e Eldorado eram estratégias propagandísticas. A primeira – elaborada pela Companhia de Terras Norte do Paraná – buscava atrair compradores de Terras na nova área em abertura nos anos trinta. A segunda objetivava atrair “braços para a lavoura”, ou seja, visava a formação de um mercado de mão de obra barata para a cafeicultura em expansão. Se este é o aspecto mais evidente daquelas representações, é também o mais superficial. Verificou-se que as noções de Terra da Promissão e Eldorado designam tempos e espaços distintos que se definem por um conjunto específico de relações sócio-políticas a partir das quais os homens do período concebiam a cidade e região. Essa constatação fundamenta-se no fato de que os discursos sobre Londrina e o norte do Paraná, apesar de aparente linearidade, portam sinais de rupturas e transformações na ordem regional e local (ARIAS NETO, 1993, p. 190).

De acordo com o autor, toda a documentação produzida nos anos 30, supervisionada e disseminada pela CTNP, está centrada em promover a ideia da “Terra da Promissão”. Apoiada em um conjunto de valores e em mecanismos de representação, essa documentação tem como funcionalidade ressignificar e administrar as relações sociais do espaço de sua atuação, que, além de criar uma nova identidade para a região, inseriu a própria Companhia inglesa e seus envolvidos como agentes provedores do progresso local.

Em sua análise ao discurso da “Terra da Promissão”, Arias Neto identificou que a CTNP:

[...] não procurou conquistar apenas o monopólio político e econômico. Todas as construções ideológicas expressadas pelos jogos de identificações que se encontram na formulação das imagens de Terra da Promissão revelam que a sociedade capitalista busca também o monopólio de “corações e mentes”, ou seja, a sua legitimação social (ARIAS NETO, 1993, p. 52).

No discurso da Companhia, o que antes era apenas uma extensa reserva florestal de baixo valor pela falta de escoamento, passou a ser referenciado, após sua ocupação na região, como terras “em que tudo se dá”, “é preciso ver para crer” e “Nova Canaã”. Estas conotações, em diferentes nomenclaturas, promoviam as terras como produtos de “reserva de valor”:

[...] a ênfase é colocada sobre as qualidades das terras, sua riqueza natural em madeiras e as possibilidades grandiosas de sua exploração agrícola. Não somente essas qualidades possibilitam a obtenção de lucros, mas também a implantação da ferrovia anuncia a valorização das terras, ou seja, a possibilidade de utilização das terras do norte do Paraná como reserva de valor. Em outras palavras, anunciam-se as várias modalidades potenciais de realização da renda da terra. (ARIAS NETO, 1993, p. 20).

Com a valorização das terras e exaltação da fertilidade do solo, a agricultura passou a ser referenciada como atividade econômica predominante na região. A ideia de natureza como “produto e mecanismo de representação” se manifesta de maneira mais nítida na interpretação da análise do autor, quando ele afirma que a derrubada das florestas seguidas pelo trabalho no campo não obtinha preferências de cultivo.

O café, os cereais, o algodão, o trigo, a extração de madeiras e outros recursos provenientes da fertilidade do solo eram aproveitados como fonte de renda e símbolos de riqueza, justificando a ideia de seu discurso da “Terra da Promissão” de que “tudo que se planta se dá”:

Não dispondo de capitais além do já empregado na aquisição de seu lote, o pequeno proprietário utiliza-se do trabalho de toda sua família para sobreviver. Deste modo ele transforma a floresta em campo cultivado, incorporando trabalho à terra, gerando valorização de toda a área norte do Paraná e viabilizando, pois, o empreendimento principal, que são os negócios imobiliários da CTNP. Trata-se, portanto, de tornar as terras do setentrião paranaense atrativas para potenciais compradores e, por isso mesmo não importa o produto (café, cereais, algodão, trigo) que nela se cultive, o que importa é a reprodução das condições de existência da região – no caso definidas por um projeto imobiliário. A propaganda da Terra da Promissão, portanto, jamais poderia – como realmente não foi – ser centrada na representação do café como fonte de riqueza e símbolo do progresso. [...] foi na ideia de que “nesta terra, em se plantado tudo se dá” que se constituiu o símbolo do que era o norte do Paraná no início dos anos trinta: a terra de Canaã (ARIAS NETO, 1993, p. 51).

Com a utilização da natureza como reserva de valor, a CTNP, na abordagem de Arias Neto, introduziu em seu discurso a natureza como mecanismo de representação, o qual era responsável tanto por atrair compradores de terra quanto para legitimar a CTNP como agente provedora do progresso e do crescimento urbano na região. Isso se repete quando o autor analisa também o discurso da elite cafeeira.

Na análise de Arias Neto, em meados da década de 1940, a alta dos preços do café seria responsável por ressignificar as representações da região norte do Paraná. Atingindo altos lucros de exportação, a economia promoveu um plantio acelerado de sua produção. Com a propaganda de riqueza e o sinônimo de “sucesso” atribuído ao café, uma nova noção de progresso se estabeleceu na região, que, segundo o autor, caracterizou o norte do Paraná como o “Eldorado cafeeiro”.

Essa nova representação – recriada a partir das imagens de Cassiano Ricardo (1970) no discurso da Marcha para Oeste – buscou legitimar os novos grupos dominantes, que além de recriar a identidade local a partir da ideia do “pioneiro”, incorporava agora a “elite cafeeira” como os agentes provedores do progresso. Ao analisar as representações do “Eldorado” e do “pioneiro”, o autor diz que:

[...] é necessário observar que, assim como a região é recriada, sua própria história é remanejada, sendo o norte do Paraná dotado agora de um passado bandeirante. O eixo de sustentação desta nova narrativa histórica é dado pela articulação entre as noções de predestinação e estabilidade. No final dos anos quarenta, mais precisamente em 1949, é publicado o álbum Norte do Paraná: Terra Abençoada, no qual aparecem, pela primeira vez, referências a um passado bandeirante e do jesuíta espanhol (ARIAS NETO, 1993, p. 72).

Nesse processo, as terras sofreram uma ressignificação profunda em sua representação quando comparada ao discurso da “Terra da Promissão” dos anos 30. Enquanto para a CTNP as terras, não importando o cultivo, concediam o lucro e atuavam como mecanismo simbólico de suas ações colonizadoras, no “Eldorado cafeeiro” do fim dos anos 40, o café é que passou a ser representado como símbolo de riqueza.

As terras passaram a ser representadas apenas como o fator que fecunda o produto de maior riqueza da exportação comercial:

Os cafezais intérminos a perder de vista, são [...] os versos miraculosos de um grande poema que o sertanista escreveu a golpes de machado e sulcos de enxada. A volúpia da terra virgem, entregando, irresistivelmente, com sensualismo e amor, à posse impetuosa do homem, para o milagre perene da fecundação das colheitas, e a constância do homem no seu amor a essa mesma terra, acolhedora e boa - essa reciprocidade, aqui, no setentrião paranaense, é episódio que toma realce singular [...]. Foi assim que as lavouras surgiram, como por encanto, de toda parte e o café tapetou de verde todos os espigões, numa promessa eloquente de fartura e bem-estar (ARIAS NETO, 1993, p. 71).

Segundo Arias Neto (1993), a referência ao café como mecanismo de representação foi selecionada não pelo volume de sua exportação comercial, mas pela representação de progresso que o café tinha para os fazendeiros do oeste paulista como discurso de legitimação social e político no norte do Paraná. Estes fazendeiros, na análise do autor, vieram da região de São Paulo até as terras do Paraná para expandir o seu cultivo em um novo espaço, tornando-se o novo grupo dominante até o fim dos anos 60.

De acordo com o autor, a natureza como mecanismo de representação do ouro se estendeu a níveis ainda mais profundos que a simples ascensão econômica do novo grupo

dominante. A redefinição de um novo monopólio se aproveitou do passado colonizador executado pela CTNP para se posicionar como uma continuidade efetiva do progresso regional.

Ao destacar o algodão e a floresta como produtos secundários nos mecanismos de representação do “Eldorado”, a elite cafeeira inseriu a CTNP como agente secundária no processo de expansão econômica do espaço, disseminando uma nova identidade e estatuto de fundação do norte do Paraná:

As imagens da Marcha para Oeste recriam a natureza e os produtos do trabalho da terra. Desta época em diante, os cafeeiros emergem da terra como o ouro que tingem de verde os horizontes – oferecendo aos olhos dos contemporâneos um espetáculo de cores ao contraste com o vermelho da terra e o azul do céu na região em que homens e cafezais marcham obedecendo ao ritmo solar. Também o algodão, mais que simples produto agrícola, nasce envolvido com a aura do ouro branco. Essas associações permanecem ainda em nossos dias nas representações da cidade e do campo no norte do Paraná, tendo, portanto, sobrevivido muito além do Estado Novo (ARIAS NETO, 1993, p. 62).

Para concluir este capítulo, evidencia-se, a partir da análise das cinco obras, que a natureza foi abordada como segundo plano para fundamentar suas interpretações sobre o passado da cidade de Londrina. Tendo a História Local como objeto de pesquisa em diferentes perspectivas, identificou-se na interpretação dessas obras que a natureza assumiu diferentes significados a partir de suas representações.

Nesta análise, quando Joffily (1985) abordou o passado da História Local como uma “concessão de terras” do Brasil aos ingleses, a ideia de natureza que se manifestou em suas representações da terra como recursos naturais foi a de “Moeda de Troca”.

Cernev (1997), ao abordar que o passado da História Local foi um sucesso econômico e social a partir da colonização administrada pela CTNP, a ideia de natureza que se manifestou em suas representações da terra como práticas liberais e protestantes foi a de “Fruto do Trabalho”.

Na obra de Tomazi (1989), quando o autor abordou o passado da História Local como uma propaganda mítica de acumulação de riquezas e propriedades de posse, a ideia de natureza em suas representações da terra como objeto de investimento lucrativo foi a de “espaços vazios a serem preenchidos pelo capital”.

Sonia Adum (1991), ao abordar o passado da História Local como um discurso de felicidade que ocultava os conflitos sociais, a ideia de natureza manifestada em suas representações da terra como ferramenta de idealização pacífica da região foi a de “objeto e propaganda de uma ordem sonhada”.

Por fim, na obra de Arias Neto (1993), quando o autor abordou o passado da História Local como uma disputa política e ideológica das elites locais, a ideia de natureza que se manifestou nas suas representações da terra e do café como valor e identidade de determinados grupos sociais foi a de “produto e mecanismo de representação”.

Conforme já mencionado na introdução deste trabalho, não se objetivou criticar estas obras por abordarem a natureza como segundo plano em suas interpretações, mas sim compreender e demonstrar como a natureza esteve presente nessas produções, assumindo diferentes significados a partir de suas ideias de representação na interpretação de uma obra para outra.

Por meio da periodização feita por Sonia Adum (2013), também não se pode negar as influências que a inauguração dos programas de pós-graduação da década de 1970 teve para que a História Local fosse tida como objeto de pesquisa desses autores, em meados da década de 1980.

Assim como abordado por Arruda e Proença (2019), a historiografia – a partir da inauguração dos programas de pós-graduação – não partiu de uma ideia ou conceito fixo sobre a História Local. Ela utilizou como fonte o que se tinha como “Campos do Saber sobre o Passado” para fundamentar suas interpretações de análise, abordando as representações de natureza como segundo plano em suas análises da História Local.

### **3 AS IDEIAS DE NATUREZA COMO OBJETO DE PESQUISA NA HISTORIOGRAFIA DE LONDRINA (2001-2017): SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS**

Com o objetivo de analisar quais ideias de natureza estão presentes em parte da historiografia de Londrina de 2001 a 2017 e identificar como ela foi incluída como objeto de pesquisa nessas obras, este capítulo inicia-se abordando como a era da ecologia e a expansão do movimento ambientalista pode ter impulsionado mudanças de perspectiva na cidade de Londrina e na Historiografia.

Os artigos de Pádua (2010) e Arruda (2018) serão utilizados como referências de análise dos movimentos ecológicos da década de 1970 e dos movimentos ambientalistas decorridos no mesmo período na referida cidade.

Em seguida, em dois tópicos, serão analisadas quais ideias de natureza estão presentes em parte das produções historiográficas de Londrina de 2001 a 2017, por meio de seis obras ordenadas pelo ano de suas publicações, identificando suas semelhanças e diferenças.

A importância desta análise está em demonstrar como parte da historiografia, a partir dos anos 2000, assumiu uma postura de preocupação e denúncia nas abordagens sobre a natureza. Tanto a transformação da paisagem natural, em seus métodos de apropriação e representação, quanto as necessidades de sua preservação, em denúncia a má administração destes espaços naturais, foram os temas abordados por essas produções.

Cabe ressaltar que as influências da era da ecologia para a historiografia da cidade de Londrina serão analisadas somente a partir das abordagens que Biasetto (2014) realizou em sua dissertação. Em sua obra, selecionada como uma das fontes a ser utilizada na historiografia de 2001 a 2017, a autora se aprofundou um pouco mais sobre a participação da Universidade Estadual de Londrina (UEL) em projetos e pesquisas científicas para recuperação de determinados espaços ambientais da região. Ao analisar a ideia de natureza que se manifesta em sua obra, é possível identificar, em conjunto, como a UEL sofreu as influências da era da ecologia da década de 1970.

A participação da universidade em projetos e pesquisas científicas ambientais será considerada, também em caráter de hipóteses, como agente influenciadora para a mudança do objeto de pesquisa realizado por parte da historiografia após os anos 2000.

Outro ponto a ser ressaltado, é sobre o que estamos chamando de “era da ecologia”. Baseado nas proposições de Worster (1991), Pádua (2010) e Arruda (2018), considero como “era da ecologia” o despertar de novos comportamentos sociais, ações coletivas e políticas públicas decorridos a partir da década de 1970, onde inúmeras exigências científicas foram

impostas a níveis globais, para que as relações humanas com o mundo natural sofre-se uma reestruturação. Tanto nos modos de apropriação quanto nos modos de transformação dos espaços naturais, as nações passaram a seguir políticas restritivas protegidas por leis, que visassem não apenas o equilíbrio ecológico dos espaços ocupados, como também, a recuperação de espaços já em estados críticos de preservação.

Deste modo, o que nos interessa em nossa análise da era da ecologia, é abordar como ela se expandiu e foi influente nas questões ambientais da cidade de Londrina, buscando identificar – ainda em caráter de hipóteses – como as pressões sociais e os movimentos ambientalistas da década de 1970 influenciaram parte da historiografia pós anos 2000 a incluir a natureza como objeto de pesquisa em suas obras.

Dando início à análise que aqui se propõe, Pádua (2010), em seu artigo “*As bases Teóricas da História Ambiental*”, realizou uma abordagem sobre a construção da sensibilidade ecológica no universo da modernidade da década de 1970. Segundo o autor, as pressões sociais para a emergência de um “ambientalismo complexo e multissetorial”, disseminado pela arte e cultura do período, representou um dos fenômenos sociológicos mais significativos da história contemporânea.

Com o avanço da globalização, a ideia da ecologia:

[...] rompeu os muros da academia para inspirar o estabelecimento de comportamentos sociais, ações coletivas e políticas públicas em diferentes níveis de articulação, do local ao global. Mais ainda, ela penetrou significativamente nas estruturas educacionais, nos meios de comunicação de massa, no imaginário coletivo e nos diversos aspectos da arte e da cultura. O avanço da chamada globalização, com o crescimento qualitativo e quantitativo da produção científico-tecnológica e da velocidade dos meios de comunicação, catalisou uma explosão de temas da vida e do ambiente na agenda política. A discussão ambiental se tornou ao mesmo tempo criadora e criatura do processo de globalização (PÁDUA, 2010, p. 82).

De acordo com o autor, desde o final do século XVIII, a preocupação intelectual com os problemas do mundo natural estava presente nas pesquisas históricas. A natureza, nesses estudos, era analisada pelos pensamentos filosóficos e científicos como uma categoria central do pensamento humano. No entanto, a epistemologia desses pensamentos não considerava o homem como ser influenciador nas degradações do mundo natural. As influências da natureza sobre o homem era o campo desses estudos.

O que caracteriza a discussão ambiental na cultura contemporânea não é a forte atenção para o tema da natureza. Ela sempre foi uma categoria central do

pensamento humano, ao menos na cultura ocidental, desde a antiguidade [...]. Clarence Glacken (1967), em seu monumental estudo sobre a história das concepções intelectuais sobre a natureza no mundo ocidental, da antiguidade clássica ao século XVIII, constatou que virtualmente todos os pensadores foram obrigados a enfrentar o tema, tendo por base três grandes indagações: É a natureza, tal qual ela se apresenta na terra, dotada de sentido e propósito? Possui essa natureza, especialmente o lugar onde cada sociedade habita, uma influência sobre a vida humana? Foi a realidade da terra, em sua condição primordial, modificada pela ação histórica do homem? Os resultados da investigação de Glacken deixam claro que as duas primeiras perguntas dominaram amplamente a reflexão filosófica e científica até o século XVIII. Tratava-se de entender como a natureza influenciava a história humana e não o contrário. Algumas elaborações sobre a terceira pergunta apareceram no que se refere aos melhoramentos da paisagem a partir das artes e do trabalho. Mas o tema da capacidade da ação humana para degradar, ou mesmo destruir, o mundo natural é essencialmente moderno (PÁDUA, 2010, p. 83).

No século XX, a partir da década de 1970, Pádua afirmou que a ideia da ecologia nas esferas políticas e sociais provocou uma mudança epistemológica para os historiadores ambientais dentro das universidades. Essa mudança está relacionada à produção de pesquisas sobre as influências e capacidades que o homem tem na degradação do mundo natural com base em seus comportamentos sociais.

A análise dessa mudança epistemológica foi exposta da seguinte forma:

Os historiadores ambientais foram também desafiados por movimentos internos ao mundo do conhecimento, especialmente por importantes mudanças epistemológicas consolidadas no século XX, mas que já estavam em gestação nos séculos anteriores, em relação ao entendimento do mundo natural e de seu lugar na vida humana. Três mudanças merecem particular atenção: 1) a ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive ao ponto de provocar sua degradação; 2) a revolução nos marcos cronológicos de compreensão do mundo; e 3) a visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo (PÁDUA, 2010, p. 83).

Segundo o autor, no momento em que as produções científicas influenciaram e foram influenciadas pelas ações públicas, “um movimento de mão dupla” foi estabelecido. Ou seja, a partir das ações públicas e da pressão dos movimentos sociais da década de 1970, a produção científica das universidades organizou diversas iniciativas de estudos em torno da ecologia, influenciando diretamente na criação de novas áreas de estudo e de políticas públicas e promovendo uma reordenação dos comportamentos sociais com o mundo natural.

A pesquisa histórica vem revelando que a preocupação intelectual com os problemas “ambientais” esteve presente, ao menos no mundo de expressão europeia, desde o final do século XVIII, ocupando um lugar relevante no

processo de construção do pensamento moderno [...]. A grande novidade das últimas décadas esteve na difusão desse tipo de debate para uma parcela muito mais ampla da esfera pública. Os saberes acadêmicos foram desafiados e estimulados por tal movimento. Não é por acaso que nas últimas décadas organizaram-se iniciativas de ensino e pesquisa em economia ecológica, direito ambiental, engenharia ambiental, sociologia ambiental etc. Estabeleceu-se um movimento de mão dupla, em que as produções científicas influenciaram e foram influenciadas pelas ações públicas (PÁDUA, 2010, p. 82).

Por meio das produções científicas, uma denúncia aos comportamentos sociais se fez presente, expondo a degradação do mundo natural a partir das ações do homem, em torno do desflorestamento, da erosão do solo e da sedimentação dos rios ao redor do globo:

A proposta de comparar regiões, produções naturais, economias e culturas – de constituir um saber geográfico planetário – é fundamental para entender a emergência de uma preocupação com os riscos da ação humana. A própria ideia de colapso, de destruição do futuro, começa a aparecer nesse contexto [...]. As observações empíricas das consequências de uma ação humana devastadora, seja na Europa, seja no mundo de expansão colonial, começaram a produzir denúncias contra o desflorestamento, a erosão dos solos, a sedimentação dos rios etc. (PÁDUA, 2010, p. 84).

No decorrer de sua análise, Pádua (2010) concluiu que a História Ambiental, em sua diversidade de pesquisas, sempre buscou introduzir a interação de sistemas sociais e naturais nas abordagens que envolvem tanto as realidades florestais e rurais quanto as urbanas e industriais.

Questões econômicas, políticas, sociais e culturais são fundamentais para se compreender as ações humanas em seus comportamentos sociais com o mundo natural de sua espacialidade. Ou seja, o homem – representado pelos comportamentos sociais – e a natureza – representada pelo mundo natural – são analisados de maneira inseparável, identificando as contradições que são vivenciadas nestes recortes geográficos ou biofísicos de análise.

A história ambiental apresenta-se hoje como um campo vasto e diversificado de pesquisa. Diferentes aspectos das interações entre sistemas sociais e sistemas naturais são esquadrihados anualmente por milhares de pesquisadores. A produção atual engloba tanto realidades florestais e rurais quanto urbanas e industriais, dialogando com inúmeras questões econômicas, políticas, sociais e culturais. No andamento concreto dessas pesquisas, vários problemas teóricos de micro, médio e longo alcance costuma aparecer [...]. A pesquisa em história ambiental, de toda maneira, até pelo próprio fato de ser “ambiental”, não costuma se fazer na abstração das teorias puras, mas sim nas contradições de lugares e experiências vividas. (PÁDUA, 2010, p. 96).

Para concluir as abordagens de Pádua, foi possível identificar como fator principal para este trabalho a transformação que as ideias de natureza sofreram durante e após a década de 1970. Unindo as esferas políticas, sociais e acadêmicas, o aspecto de denúncia e as exigências de políticas públicas para preservação do mundo natural e reordenação dos comportamentos sociais passaram a ser o centro de análise das produções científicas que tem a natureza como tema de suas abordagens.

Com o surgimento da História Ambiental, a participação das produções científicas foi determinante para que o clamor social da década de 1970 fosse analisado como crítica às ocupações humanas dos espaços naturais e como um “despertar” de uma consciência ecológica, promovendo uma readequação dos comportamentos sociais a partir de sua política e cultura para a preservação de seus espaços naturais.

Os impactos da modernidade – com a industrialização e mercantilização da natureza – e as apropriações dos espaços naturais no período colonial foram abordadas para compreender como as ações humanas intervêm em escala temporal nos ecossistemas de determinados recortes espaciais.

No Brasil, e mais especificamente na cidade de Londrina, podemos identificar as influências do movimento ecológico a partir da análise que Arruda fez em seu artigo *“Urbanização e o abastecimento de água potável em Londrina - PR no contexto da ‘era da ecologia’ (1970-1980)”*. Abordando as relações entre o processo de transformação da natureza na cidade de Londrina e os conflitos sociais pela apropriação dos bens naturais, o autor buscou demonstrar como a era da ecologia influenciou no debate sobre a demanda por água potável na década de 1970 e 1980.

Segundo Arruda, os conflitos sociais da cidade de Londrina vêm desde a década de 1930 até a de 1970. Em descrição, o autor expôs que a mercantilização da terra, a modernização do uso do solo com a domesticação da natureza por meio da introdução de tecnologias e máquinas agrícolas, o surgimento do urbano em meio à floresta, o crescimento populacional e a organização social do espaço urbano foram fatores determinantes para que se estabelecesse na região uma disputa pelos recursos naturais.

Ao abordar a mercantilização da terra, com referência a Donald Worster, Arruda afirmou que a ocupação do norte do Paraná administrada pela CTNP promoveu a comercialização do espaço sem restrições:

O que motivou a “ocupação” da bacia foi a terra, aquilo que Donald Worster, seguindo Karl Polanyi, chamou de “simplificação da natureza”: “Todas as

forças e interações complexas, seres e processos que designamos como "natureza" (às vezes até elevada ao status honorífico de uma "natureza" capitalizada), foram reduzidas a uma simplificada abstração, "terra" [...] a terra tornou-se "mercantilizada"; ela veio a ser considerada como se fosse uma mercadoria e, por essa maneira de pensar, foi disponibilizada para ser comercializada sem restrição". Somente a partir dos anos de 1920, a expansão da cafeicultura atinge a margem leste do rio Tibagi, embora já tivesse avançado até o espigão que separa os rios Cinza, afluente do Paranapanema e o Tibagi. Na década de 1930 inicia-se a “moderna colonização” na margem oeste com o surgimento do núcleo urbano de Iporã e depois Londrina (ARRUDA, 2018, p. 59).

De acordo com o autor, até a década de 1960, a cafeicultura representou a principal atividade agrícola da região. No período da década de 1930 a 1960, o crescimento populacional, impulsionado pela disputa dos recursos naturais, transformou a paisagem natural da cidade de Londrina de maneira drástica, eliminando a cobertura florestal – parte integrante da mata atlântica – para dar lugar a áreas de agricultura.

Com a “modernização conservadora”, a cafeicultura foi substituída pela produção mecanizada das lavouras de soja, trigo e milho. Esse processo, na abordagem do autor, corresponde a:

“[...] sistemas agroecológicos que, como o nome sugere, são ecossistemas reorganizados para propósitos agrícolas – ecossistemas domesticados–”. Esta radicalidade de transformação da natureza em curto espaço de tempo, 50 anos, é um enorme desafio para a história ambiental, abrindo inúmeras possibilidades de pesquisa (ARRUDA, 2018, p. 60).

Com o crescimento populacional decorrido no mesmo período, Arruda (2018) afirmou que a constituição da zona urbana também foi palco de conflitos e disputas sociais. A distribuição e a classificação de bairros populares e nobres iriam revelar as desigualdades no processo de apropriação da natureza e dos recursos naturais, a partir do problema do abastecimento de água na região, tornando-se uma preocupação pública à municipalidade na década de 1970.

O abastecimento de água potável para os seus habitantes foi sempre um problema e, em momentos de seca, torna-se uma verdadeira luta em torno da “conquista da água”, um dos feitos da urbanização moderna. Desde o início da década de 1970, vinha ocorrendo na cidade discussões e proposições de projetos com a finalidade de “resolver” o que era diagnosticado como o “problema do abastecimento”. Um dos planos consistia na construção de um sistema integrado de captação das águas do rio Tibagi, 40 km a leste de Londrina, pretendendo abastecer várias cidades da região. Este plano ficou conhecido como Projeto Tibagi (ARRUDA, 2018, p. 63).

É a partir do projeto Tibagi e das consequências da captação de suas águas que Arruda apontou as evidências de que a cidade de Londrina entrou na era da ecologia. Quando os problemas do abastecimento de água potável entraram em crise, na segunda metade da década de 1970, a imprensa, os movimentos sociais e as associações ambientais passaram a se manifestar como oposição à captação dessas águas.

Segundo o autor, a oposição foi movida por três fatores: o primeiro foi a evidência de que suas águas estavam poluídas e inapropriadas para o consumo local, o que foi apontado pela Associação Paranaense de Proteção e Melhoria do Meio Ambiente (APPEMMA).

O segundo fator foi a rejeição do projeto por parte de empresários da construção civil da cidade, que ficaram de fora do processo licitatório por não estarem dentro das regras estabelecidas pelo estado.

Já o terceiro fator foi a oposição ao projeto do Rio Tibagi por parte do Sindicato dos Engenheiros de Londrina (SENGE), que defendia a existência de alternativas para a resolução do abastecimento de água potável na região, sendo o Aquífero Guarani a opção mais cotada no período.

Com a poluição do Rio Tibagi, o Aquífero Guarani foi analisado como alternativa pela Sanepar entre 1977 a 1982. Em razão de uma série de problemas na perfuração, investimentos de infraestrutura e qualidade da água, as pesquisas foram abandonadas, tornando o Rio Tibagi, novamente, a única opção para o abastecimento de água na região.

Nesse mesmo período, denúncias feitas por instituições ambientais, mídias e população local notificavam a presença de produtos tóxicos nas águas do rio. Esses produtos eram despejados por indústrias e lavouras agrícolas próximas às águas. Enquanto na mídia a poluição era apresentada por meio de relatos da população, os movimentos sociais de cidades vizinhas – também dependentes de água potável – realizavam abaixo-assinado e manifestações populares contestando a escolha de um rio poluído e inapropriado para o consumo.

Na análise de Arruda, a poluição das águas do Rio Tibagi era uma consequência direta dos eventos relacionados à apropriação da natureza das décadas de 1930 a 1970. A mercantilização das terras, o surgimento do urbano em meio à floresta, o crescimento populacional, a modernização do uso do solo na domesticação da natureza e a má organização social do espaço urbano foram fatores determinantes para que a população local enfrentasse os prejuízos e efeitos ambientais dos processos produtivos da agricultura.

Nesse período da década de 1970, o autor afirmou que o despertar da consciência ecológica produziu um duplo feixe de forças e influências na região:

[...] de um lado a realidade concreta do espaço vivido, o da cidade de fronteira, cidade agrícola, sentindo os efeitos da “poluição por organoclorados” e, por outro lado, a ampliação da aceitação, ou percepção, da “consciência ecológica”, que abria maiores espaços para estes tipos de argumentos (ARRUDA, 2018, p. 66).

A desigualdade social presente na cidade de Londrina se tornou ainda mais explícita a partir da exposição dos relatos que os moradores da zona central e da periferia fizeram à reportagem de periódicos da Folha de Londrina.

Por meio desses relatos, Arruda demonstrou que um contraste social foi vivenciado pelas duas zonas de moradores ao comparar seus métodos de sobrevivência diante da escassez de água potável nas décadas de 1985 a 1986. Nesse período, o abastecimento da região estava sendo efetuado pela captação das águas do Rio Igapó. No entanto, suas águas também eram denunciadas como poluídas desde a década de 1970.

Para concluir a abordagem realizada por Arruda, ficou evidente que o “despertar” de uma consciência ecológica, na cidade de Londrina, surgiu tanto pelas influências externas da era da ecologia – na década de 1970 – quanto pelas pressões ambientais vivenciadas internamente nos processos de captação das águas do Rio Tibagi, decorridas no mesmo período.

A escassez de água potável e as desigualdades sociais para a sobrevivência a esses impactos ambientais introduziram, de forma direta, a população e a política local na era da ecologia.

O surgimento de instituições ambientais na denúncia da poluição dos rios e a participação da população local nas manifestações sociais demonstraram que a cidade de Londrina estava sofrendo – assim como as regiões do exterior – os impactos ambientais da mercantilização e apropriação da natureza exercida, sem restrições, nas décadas de 1930 a 1960.

A devastação florestal, parte integrante da mata atlântica, em prol do aproveitamento de seu espaço para agricultura mecanizada, promoveu em conjunto com as indústrias locais a poluição de sua única fonte de abastecimento de água.

A influência desses impactos ambientais para a historiografia da cidade de Londrina só ocorreu no momento em que os envolvidos no projeto da captação das águas do Rio Tibagi – prefeitura, governo do Estado do Paraná, instituições ambientais e os responsáveis pela poluição do meio ambiente – incluíram a Universidade Estadual de Londrina (UEL) como instituição participante deste projeto.

A universidade, ao ser integrada ao projeto, passaria ser a responsável pela produção científica de pesquisas que visassem à recuperação ambiental dessas águas, sendo uma das

instituições regionais influenciadas pela era da ecologia que se disseminava na cidade de Londrina, nas décadas de 1970 a 2000.

A participação da UEL nesse projeto aparece na obra de Biasetto (2014), uma das produções historiográficas selecionadas como fontes da presente análise e parte da histografia de 2001 a 2017. O detalhamento de suas abordagens será realizado apenas no tópico 2, quando for analisada a ideia de natureza manifestada em sua dissertação.

Conforme já referenciado na introdução deste trabalho, as obras que estão incluídas como fontes de análise desse período historiográfico, de 2001 a 2017, são os dois artigos de Arruda (2001 e 2005) e as dissertações de André (2006), Ballarotti (2010), Biasetto (2014) e Oliveira (2017).

Por meio da análise de cada uma dessas seis obras, serão demonstradas nos tópicos seguintes quais ideias de natureza estão presentes em suas produções, identificando suas semelhanças e diferenças, como a era da ecologia e os fatores internos da cidade de Londrina foram influentes para que a universidade e seus programas de pós-graduação – após a década de 2000 – incluíssem a natureza como objeto de pesquisa em suas produções.

### 3.1 SEMELHANÇAS

O primeiro artigo de Arruda (2001) foi publicado em forma de capítulo na obra *Natureza na América Latina: apropriações e representações*, organizada por Gilmar Arruda, David Velásquez Torres e Graciela Zuppa. Em seu objetivo, o autor buscou analisar quais percepções de natureza estão inseridas na apropriação e representação das cidades de fronteira do Oeste do Brasil, por meio de fotografias que registravam o "avanço" de pequenas cidades sobre as terras dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, no início do século XX.

Como fontes, o autor utilizou parte da bibliografia de sua tese de doutoramento para abordar as ideias e construções simbólicas em torno do tema cidades X sertão e referências fotográficas que incorporam as discussões sobre fronteiras e pequenas cidades surgidas na mata atlântica.

O segundo artigo de Arruda (2005) foi também publicado em forma de capítulo na obra *Natureza, Fronteira e Territórios* de sua própria autoria. Ele objetivou analisar como a natureza foi incorporada às narrativas memorialistas inseridas nos murais de azulejaria dos 25 e 50 anos da fundação da cidade de Londrina (1934), identificando como as terras, a floresta, a madeira e os recursos naturais provenientes da composição do solo foram utilizados como semióforos de representação da passagem do tempo e da transformação da paisagem regional.

Como fontes, além da bibliografia destinada à abordagem conceitual de monumentos, semióforos e cronotopo, o autor usou as próprias imagens inseridas nos murais de azulejaria dos 25 e 50 anos da fundação da cidade de Londrina para identificar como a natureza foi incorporada nessas projeções memorialistas.

A obra de André (2006), por sua vez, é uma dissertação de Mestrado apresentada ao departamento de História da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, na Universidade Estadual Paulista (UNESP), tendo como orientador a prof.<sup>a</sup>. Dar<sup>a</sup>. Célia Reis Camargo.

Em sua abordagem, o autor analisou como a natureza foi representada nas fotografias de Londrina e região, produzidas por José Juliani durante a década de 1934 a 1944. Por meio do registro fotográfico e da inclusão mítica de suas representações, André expôs como o ambiente natural foi submetido aos ideais da cultura modernista de civilização e progresso, transformando a imagem "paradisíaca" que se tinha da natureza em matéria-prima de comércio e exportação.

O autor se embasou tanto na coleção fotográfica de José Juliani quanto na coleção de Haruo Ohara, fazendo um contraponto entre as representações que a CTNP inseria em suas imagens – fotografias de Juliani – com as perspectivas negativas da colonização – fotografias de Ohara.

A obra de Ballarotti (2010) é uma dissertação de Mestrado apresentada ao departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL), tendo como orientador o prof. Dr. Jozimar Paes de Almeida.

Ballarotti analisou, na constituição histórica e natural do Parque Municipal Arthur Thomas (PMAT), como os indivíduos estabelecem suas relações com a natureza dentro de um centro urbano. Nessas relações, o autor demonstrou quais são as necessidades da preservação do parque, os valores que estão constituídos em sua memória e os conflitos de sua presença no espaço urbano, resultante das leis e do comportamento social dos que vivem em seus arredores.

Para tanto ele usou a bibliografia utilizada para levantamento de dados históricos e geográficos sobre o PMAT, documentos, reportagens e questionários feitos com a população moradora aos redores do parque.

Já a obra de Biasetto (2014) é uma dissertação de Mestrado apresentada ao departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL), tendo como orientador o prof. Dr. Gilmar Arruda.

Em sua abordagem, objetivou analisar como o Rio Tibagi foi representado durante o processo de construção do projeto de captação de suas águas durante as décadas de 1970 e 1980, para o abastecimento da população das cidades de Londrina e região.

Por meio dessas representações, a autora identificou como a "era da ecologia" foi influente para o surgimento e participação de instituições ambientais e científicas na denúncia da poluição das águas do rio.

Biasetto utilizou reportagens da Folha de Londrina do período de 1970 a 1990, a coleção de recortes de jornais organizada pelo engenheiro civil Nelson Amanthea, entrevistas com profissionais envolvidos no projeto do Rio Tibagi, que vão de pesquisadores da UEL a fundadores de instituições ambientais, como o agrônomo Marcos Antônio Castanheira.

Por fim, a obra de Oliveira (2017) é uma dissertação de mestrado apresentada ao departamento de História da Universidade Estadual de Londrina (UEL), tendo como orientador o prof. Dr. Gilmar Arruda.

Em sua abordagem, Oliveira teve como objetivo analisar como a "Geada Negra", ocorrida em 1975, foi representada pela mídia e pelos cafeicultores como um evento climático desastroso para a cultura do café no estado do Paraná, identificando como ela foi "responsabilizada" pelo "fim da produção cafeeira" na região, sendo transformada após década de 1975 em lugar de memória.

Como fontes, além da bibliografia direcionada às análises da cafeicultura na História Local, a autora utilizou as reportagens do jornal Folha de Londrina, selecionadas em um recorte que abrange as décadas de 1975 a 2015.

A partir dessa breve apresentação dos objetivos e fontes das seis obras, o primeiro fator semelhante, de uma produção para outra, é a inclusão da natureza como objeto de pesquisa em suas abordagens.

Não mais como segundo plano às interpretações da História Local, a natureza passou a ser, efetivamente, objeto de pesquisa nessas obras, sendo analisada por meio de suas representações, as transformações do mundo natural pelas ações humanas e as denúncias à necessidade de preservação de tais espaços devido as suas degradações ambientais.

Em meio às semelhanças entre as obras, identifica-se que as formas de abordagens diferenciam as análises de natureza. Os dois artigos de Arruda (2001 e 2005) e a obra de André se dedicaram em analisar as formas de apropriação da natureza e as transformações de sua paisagem natural por meio de suas representações fotográficas.

As obras de Ballarotti (2010) e Biasetto (2014) abordaram a natureza de uma forma mais próxima da História Ambiental. Investigando as representações contidas em seus objetos de pesquisa – PMAT e Rio Tibagi –, o aspecto de denúncia e as necessidades de preservação de tais espaços se manifestam com maior frequência em suas abordagens da natureza.

Já a obra de Oliveira, não se aprofunda nos aspectos de degradação e preservação de determinados espaços naturais, mas analisa como um evento climático – representado pelas geadas – foi atribuído pelos cafeicultores como fator influente e causador de impactos sociais. Desse modo, ela se assemelha com as formas de abordagem das obras de Arruda (2001 e 2005) e André (2006).

Para evidenciar as distinções entre elas, ainda unidas por ter a natureza como objeto de pesquisa, o primeiro artigo utilizado, aqui, como referência é o de Arruda (2001). Ao analisar o surgimento de pequenas cidades em meio à floresta, com base nas representações dos registros fotográficos, o autor buscou demonstrar que as apropriações da natureza, impulsionadas pelos elementos da modernidade, além de criarem identidades e legitimação social de seus grupos dominantes, registravam as transformações dos espaços naturais como uma vitória sobre a natureza.

Essa "vitória da civilização contra a selva" irá abordar, em outras palavras, como a construção da modernidade transformou os espaços naturais em perímetro urbano:

Deixemos de lado, aqui, a longa discussão sobre os significados da imagem fotográfica na construção da modernidade, basta, para nosso interesse, destacarmos a ideia expressa por Walter Benjamim, da relação entre a técnica de reprodução e a mobilização das massas na modernidade. Entendo que o deslocamento populacional para estas regiões foi motivado por inúmeros fatores, mas tiveram a propaganda, inicialmente dos governos interessados em "colonizar" seus territórios, depois pelas inúmeras Companhias Colonizadoras, em vender seus terrenos, um fator fundamental. A propaganda foi baseada sobretudo na divulgação dos "recursos naturais" através de fotografias por parte das Comissões Geográficas e, da "riqueza" da terra, pelas Companhias Colonizadoras. Estas fotos são tão massacradamente repetitivas nos seus temas que poderiam ser intercambiadas de uma cidade para outra sem que notássemos o erro. O seu sentido, majoritariamente, representa a "vitória da civilização contra a selva". Civilização pode ser entendida como ciência, mas também como urbano. (ARRUDA, 2001, p. 200).

No segundo artigo de Arruda (2005), analisando as representações de natureza como “semióforos”, o autor buscou demonstrar que as narrativas inseridas nos murais de azulejaria dos 25 e 50 anos da cidade de Londrina registravam o “passado” e a “memória” da região a partir das transformações da paisagem natural, em virtude do crescimento urbano.

Inserindo a natureza como objeto “transformado” – remodelado para as necessidades da paisagem urbana – e como evidências de representação da passagem do tempo desses espaços, Arruda abordou a transformação da natureza pela incorporação do território aos ideais da modernidade.

O processo de incorporação do interior do país à modernidade – transformação e reapropriação do território como mercadoria e para a circulação de mercadoria – provocou uma radical transformação da paisagem, através da mudança das formas de apropriação da natureza e do surgimento de centenas de pequenas cidades no espaço da mata atlântica. Nessas cidades, as narrativas sobre o passado, tanto na memória como a história, parecem fundamentar-se na transformação da natureza e no surgimento e modificações do urbano como “evidências” para demonstrar o sentido da passagem do tempo, a articulação do passado e do presente indicando qual futuro se almeja. Na cidade de Londrina, situada no norte do Estado do Paraná, surgida ao final dos anos de 1920, essas narrativas podem ser vistas em dois murais de azulejaria feitos por ocasião de comemoração dos 25 e 50 anos da fundação do município – 1959 e 1984. São reproduções ampliadas e colorizadas de fotografias de dois tempos históricos da própria cidade (ARRUDA, 2005, p. 1).

Em uma similar perspectiva de abordagem, a obra de André, ao analisar como a natureza foi representada nas fotografias de José Juliani, demonstrou que a natureza, quando esteve inserida sobre as influências da modernidade e necessidades de reocupação territorial do Brasil, foi registrada de duas formas: para demonstrar a transformação de sua paisagem natural em espaço urbano e para demonstrar a sua transformação em matéria-prima, como produto de mercantilização.

Essas representações, classificadas pelo mito e pela técnica do registro fotográfico como natureza produtiva, buscaram legitimar não apenas a natureza como fonte de renda, mas também a CTNP como principal transformadora da paisagem natural em fonte de riqueza.

A natureza passou a ser concebida do ponto de vista econômico e da técnica, ou seja, seus recursos eram avaliados de acordo com o montante de capital financeiro ou produção que poderiam gerar. [...] não havia sentido em apenas contemplar a natureza, somente pelo fato de possuir fauna e flora fantásticas, rios enormes, frescor primaveril, populações que não se dissociavam da paisagem, somente para citar alguns dos topoi já apontados; se o ambiente era de fato tão rico, não deveria constituir apenas um bálsamo aos sentidos, mas ser conhecido, avaliado, explorado, transformado, enfim, visto segundo sua condição de matéria-prima para a criação de grandes extensões agrícolas, cidades, telégrafos e ferrovias (ANDRÉ, 2006, p. 58).

Até este ponto, fica evidente que as os artigos de Arruda (2001 e 2005) e a dissertação de André analisaram a natureza como objeto de pesquisa em suas obras. Com base nos registros fotográficos, suas abordagens preocupavam-se com a investigação de como decorreu a transformação das paisagens naturais e com a apropriação desses mesmos espaços como matéria-prima.

Nas obras de Ballarotti (2010) e Biasetto (2014), a inclusão da natureza como objeto de pesquisa se mantém semelhante às obras anteriores, mas suas abordagens se distinguem em virtude de uma análise mais próxima da História Ambiental, ao aderirem um aspecto de denúncia e necessidade de preservação da natureza.

A obra de Ballarotti (2010) analisa as origens da construção do Parque Municipal Arthur Thomas, as necessidades de sua preservação, os valores que estão constituídos em sua memória e os conflitos de sua presença no espaço urbano, demonstrando que as relações humanas com a natureza se modificam de acordo com as pressões políticas e sociais de cada período.

Compreendidos desde a formação do Estado no século XIX até as pressões sociais de preservação ambiental do século XXI, a natureza, desgastada por suas apropriações sem restrições ao redor do Brasil, passou a ser preservada como vegetação remanescente de áreas verdes, tendo sua proteção garantida por meio de políticas públicas e sociais, a partir de sua classificação como Unidades de Conservação.

Essa preservação, segundo o autor, ao mesmo tempo em que protegia a vegetação remanescente, contribuía para estabilidade do ecossistema que os perímetros urbanos necessitavam:

O parque está localizado no perímetro urbano da cidade de Londrina, Paraná, e pode ser considerado como uma ilha de vegetação remanescente da mata nativa que se encontrava nesta região até a chegada da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP). A expressão ilha significa que o local se encontra isolado pelo motivo do crescimento de parques residenciais na quase totalidade do seu entorno. Estes locais são importantes para a renovação dos recursos hídricos, o controle da temperatura urbana, a proteção do solo contra erosões, para ajudar no escoamento das águas pluviais, para a capacidade de alteração da força dos ventos, para o lazer da comunidade, como local de sociabilidade, além de ser o lugar ideal para o aprendizado e a convivência dos grupos humanos com o meio verde. Percebe-se então que os parques urbanos, pela quantidade de atividades a eles relacionadas, além de seu potencial estético, podem contribuir muito para a formação de um ambiente urbano equilibrado, auxiliando no aumento da qualidade de vida da população. (BALLAROTTI, 2010, p. 12).

Em uma similar perspectiva de abordagem, a obra de Biasetto (2014) analisa o projeto de captação das águas do Rio Tibagi e suas representações, demonstrando como a era da ecologia e as pressões internas da cidade de Londrina – provocadas pelos seus impactos ambientais – foram determinantes para o despertar de uma consciência social de preservação do meio ambiente na região.

De acordo com a autora, a escassez de água para o abastecimento da população local e a denúncia de que o rio Tibagi estava poluído contribuíram para que as esferas políticas, sociais e ambientais atuassem em planos para recuperação deste espaço.

A escassez de água na cidade, principalmente nos períodos de seca, alertou os habitantes acerca da sua insuperável dependência em relação aos recursos naturais, bem como das consequências da poluição para a saúde da humanidade. Como já vimos, à polêmica em torno das fontes de obtenção da água para resolver o problema do abastecimento, contribuiu com a formação de uma visão sobre o rio Tibagi, a de que o rio estava poluído, deste modo, perigoso para a saúde da população, tendo, também influenciado no surgimento da Associação Paranaense de Proteção e Melhoria do Meio Ambiente de Londrina, a APPEMMA. [...] associações ambientalistas, órgãos governamentais especializados e legislação específica começaram a surgir na cidade. As movimentações no sentido de recuperação dos ecossistemas degradados, no caso do rio Tibagi, resultaram em movimentos como Pró-Tibagi criado em 1983. A ideia da criação de convênios com o objetivo de promover a recuperação do rio surgiu no final da década de 1980, com o Projeto Tibagi [...] (BIASETTO, 2014, p. 85).

Nas abordagens de Ballarotti e Biasetto fica evidente que a temática ambiental foi o campo de pesquisa de suas obras. Mantendo a natureza como objeto de pesquisa, os autores analisaram como as denúncias e as necessidades de preservação ambiental foram sentidas pela população local, levando ao estabelecimento de políticas públicas e projetos científicos para recuperação de tais espaços.

Já a obra de Oliveira (2017) não se aprofunda na questão ambiental, mas analisa as representações que os fenômenos climáticos adquiriram a partir da década de 1970 dos cafeicultores, buscando demonstrar como a elite cafeeira e a mídia local atribuiu à natureza a responsabilidade pelos prejuízos econômicos e sociais enfrentados pela “crise rural” no ano de 1975.

Ao atribuírem às geadas as responsabilidades por suas perdas econômicas, aproveitavam-se da ocasião para exigir auxílio financeiro do estado, tanto nas pressões que envolviam os direitos trabalhistas do estatuto do trabalhador quanto no financiamento e incentivo a outras culturas de produção:

As geadas e as secas aparecem, constantemente, como um pretexto dos proprietários de terras, que não queriam pagar os direitos trabalhistas, para demitir em massa os trabalhadores rurais e os contratarem como boias-frias, ou, até mesmo, substituir a cafeicultura por outra atividade que não necessitasse de muita mão-de-obra, com a pecuária. As reportagens publicadas logo após a ocorrência da geada enfatizam os temas de interesse dos grandes proprietários de terras, como a volta do colonato, que envolvem os auxílios e financiamentos

vindos do governo e, finalmente, a modernização da lavoura cafeeira com a substituição por culturas anuais e mecanizadas. Destacamos as referências recorrentes ao colonato nas falas dos proprietários, seja já logo após 1975, ou mesmo 40 anos após, em 2015, as quais desejavam a sua volta, anulando ou revisando o Estatuto do Trabalhador Rural. Ao longo das décadas, as reportagens sobre a geada construíram um discurso que, apesar de em alguns momentos considerar que as mudanças na cafeicultura já vinham desde a década de 1960, buscou, em sua maior parte, elencar a geada como a responsável por conduzir a história da agricultura na região (OLIVEIRA, 2017, p. 123).

Como se pode observar, na exposição dos objetivos e métodos de abordagem de cada uma das seis obras, apesar de serem adotadas diferentes perspectivas de análise, o fator semelhante entre essas produções historiográficas continua sendo a inclusão da natureza como objeto de pesquisa.

Analisando as transformações dos espaços naturais, suas apropriações como produto de mercantilização, suas denúncias às necessidades de preservação de seus ecossistemas e as representações de seus fenômenos climáticos, a natureza é o centro de estudo dessas pesquisas.

No decorrer da análise de cada uma delas, outro fator semelhante foi identificado em suas abordagens: a era da ecologia como influência direta em suas produções historiográficas. Para fundamentar esta segunda semelhança entre as obras, foram considerados dois aspectos como “referências-chave”: o primeiro é se cada uma das obras se encaixa nas “mudanças epistemológicas” da história ambiental citadas por Pádua; e o segundo são as referências que os próprios autores fazem sobre a era da ecologia em suas produções historiográficas.

Conforme já abordado no início deste capítulo, Pádua (2010) afirmou que as mudanças epistemológicas que interligam a história ambiental com a era da ecologia estão na produção de pesquisas sobre as influências e capacidades que o homem tem ao impactar e degradar o mundo natural, a partir de seus comportamentos sociais.

Desse modo, nos estudos que tem a natureza como objeto de pesquisa, a ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural, provocando sua degradação, é um dos fatores influentes da era da ecologia em suas produções.

Outro fator que se inclui nessas produções, na mesma situação de influências da era da ecologia, é a visão de natureza como um processo histórico construído e reconstruído com o passar do tempo.

Por meio dos objetivos e formas de abordagens de cada uma das seis obras supracitadas, fica evidente que nem todas estão classificadas como História Ambiental. Contudo, a ideia de que a ação humana produz um impacto relevante sobre o mundo natural e a visão da natureza como um processo histórico são predominantes em todas elas.

Para demonstrar essa predominância, basta analisar como cada um dos autores referenciou a sua visão de natureza como um processo histórico, com base nas ações humanas, nas transformações, na apropriação e na representação de tais espaços.

No primeiro artigo de Arruda (2001), o registro da natureza como "mata bruta" buscava ressignificar a ocupação e a apropriação desses espaços naturais como uma atividade heroica, provida de uma "bravura" e de um esforço "épico" dos grupos responsáveis por construir uma "civilização" em meio a um lugar inóspito, denominado como sertão. A natureza torna-se, após a ocupação, símbolo de riqueza, sendo ressignificada em suas representações fotográficas como identidade, recurso, motivo e lugar de memória das civilizações de fronteira.

A natureza tem influenciado fortemente as memórias coletivas de diversos povos e nações. As memórias construídas sobre os espaços geográficos, espaços naturais, possuem grande influência nas constituições dos sentimentos de identidade nacionais ou regionais, no pensamento político e no próprio processo de transformação dos mesmos espaços geográficos. Simon Schama, no livro *Paisagem e Memória*, demonstra as relações existentes entre, por exemplo, uma determinada floresta, a fronteira entre Polônia e Lituânia e a criação por gerações de escritores de um "mito consolador de um interior selvático que resistiria, intato, a todos os desastres que o Estado Polonês teria de enfrentar. E, com uma guinada da lógica que só os conhecedores da história polonesa conseguem apreciar, celebrou-se essa pátria eterna (em polonês) com o nome de Lituânia" (grifo no original). Uma floresta tornou-se símbolo, recurso, motivo e lugar da memória da identidade de um povo (ARRUDA, 2001, p. 200).

As ações humanas como um "agente transformador" do mundo natural foram abordadas pelo autor no momento em que ele descreve os elementos da modernidade presentes nessas representações de natureza. O surgimento de novas concepções de tempo, propriedade e trabalho, segundo Arruda, foram introduzidos como mecanismos determinantes para "civilizar" esses espaços chamados de sertão.

As necessidades de ocupar e tornar produtivo – economicamente – os vastos territórios preenchidos pela Mata Atlântica promoveram uma transformação nos modos de representar e apropriar-se de tais espaços:

As preocupações com os espaços internos do país, com suas populações e utilização dos seus recursos, remontam ao período imperial, mas tiveram uma grande revitalização nos quadros da montagem do chamado "estado nacional moderno". Nestes termos, a questão colocava-se como uma necessidade de "civilizar" os sertões, impondo aos moradores novas concepções de tempo, propriedade e trabalho. Os mecanismos utilizados para esta tarefa de "civilizar" que pode ser entendido como "homogeneizar" ou "soldar" territórios aos novos ideários inscrevem-se no chamado ingresso do Brasil no campo da modernidade. Ferrovias, estradas, telégrafos, mapeamentos, urbanização,

civilização, modernização são termos corolários deste processo. (ARRUDA, 2001, p. 200).

De maneira similar, ao analisar os murais de azulejaria dos 25 e 50 anos da cidade de Londrina considerando-os como “semióforos” das transformações do espaço natural a partir das ações humanas, Arruda (2005), em seu segundo artigo, justificou que a pretensão de sua análise não teve como propósito estudar a história da cidade nem como foi construída a identidade de seu espaço. Ela esteve direcionada em pesquisar como os homens estabelecem suas relações com o mundo natural a partir de suas representações, analisando a universalidade do processo, e não os aspectos identitários de uma determinada região.

Devemos dizer de início que este texto não pretende analisar um processo de construção de identidade de um espaço determinado, denominado de cidade de Londrina. Não se trata de examinar a “história” da cidade de Londrina através dos murais. A história da identidade e de suas múltiplas consequências políticas e sociais para os que habitam o espaço cidadão vem sendo examinada por diversas pesquisas nos últimos tempos, especialmente reflexões realizadas no âmbito das Universidades, o que de certa forma marca tais análises. Diversamente, a pretensão desta análise é perceber como são construídas as narrativas sobre determinado processo histórico, em especial, aquele decorrido do processo de devassamento da mata atlântica e sua substituição pelo urbano. No centro das reflexões estão, as relações estabelecidas entre o viver histórico dos homens e as relações destes com o mundo natural. [...] a intenção é buscar a universalidade do processo, deixando de lado os aspectos “identitários” relativos à história da cidade de Londrina (ARRUDA, 2005, p. 2).

Ao abordar o processo histórico do devassamento da Mata Atlântica e sua substituição pelo urbano, o autor identificou, com base nas narrativas dos murais de azulejaria, que o “ato de fundação” das cidades é o elemento criador de uma sociedade local.

Ao ser utilizado em narrativas memorialistas, o ato de fundação passa por uma ressignificação, criando mitos fundadores em torno dos processos de origem, participação e continuidade do urbano. Essas narrativas, segundo o autor, legitimam o prestígio e o poder dos grupos sociais envolvidos quando são expostas e reproduzidas como “marco histórico”, transformando os registros da modificação da paisagem natural em semióforos.

Sendo, no nosso caso, o semióforo matriz a fundação da cidade, ele torna-se ao longo do tempo, um ícone que deve ser reproduzido e lembrado, uma referência, uma mensagem ao futuro que diz: antes aqui era assim. Estabelecido como a imagem da fundação. Do surgimento do urbano, tornando-se um semióforo, ele será monumentalizado com a construção do mural em 1959 e, depois, re-monumentalizado com o segundo mural em 1984 (ARRUDA, 2005, p. 11).

Na obra de André (2006), logo na introdução, o autor contextualiza que a partir das décadas de 1960 e 1970 novas modalidades historiográficas surgiram com o movimento ecológico. Uma diversidade de historiadores teria incluído a natureza como parte integrante do processo histórico, demonstrando que as ações humanas, por meio dos grupos sociais, criam novas formas de lidar com o mundo natural, transformando seus espaços de atuação – desde as extensões agrícolas a elementos da modernidade, como pontes, ferrovias e a própria fundação do espaço urbano.

É possível fazer uma história das ideias de natureza? Desde o surgimento do movimento ecológico por volta das décadas de 1960 e 1970, novas modalidades historiográficas têm emergido, como a chamada história ambiental – sob a influência direta ou indireta de intelectuais norte-americanos e franceses. No Brasil, a partir dos anos 1990, a abordagem passou a abrir novas e salutares veredas nas pesquisas. Diversos historiadores passaram a demonstrar que a natureza, considerada até então objeto a-histórico por excelência, poderia ser entendida no interior de uma perspectiva histórica. Cada sociedade, para não dizer grupo social, cria uma determinada forma de lidar com o mundo natural que a cerca, dele retirando suas necessidades e fetiches. Com isso, há uma transformação do ambiente em paisagens humanas, como extensões agrícolas ou, na contemporaneidade, pontes, ferrovias e gigantescos espaços urbanos. Homens e mulheres constroem diques, drenam lagos e rios, fazem irrigações, destroem florestas, criam lavouras, perfuram montanhas para túneis e, na atualidade, poderiam fazer um bater de asas aqui se tornar um furacão acolá (ANDRÉ, 2006, p. 11).

Considerando o contexto da era da ecologia e as transformações que as ações humanas causam nos espaços naturais, André (2006) afirmou que a natureza – na espacialidade da cidade de Londrina – foi representada em diferentes aspectos de acordo com os interesses de quem as registrava, não sendo excluídos os contextos nacional e regional, os quais o veiculador de suas imagens estava inserido.

Com as influências da modernidade e as necessidades de reocupação territorial do país na década de 1920, a natureza deixou de ser representada como identidade e paisagem de contemplação – representações do Brasil colonial – para dar a lugar, na década de 1930, à sua nova representação: a natureza produtiva como sinônimo de riqueza e prosperidade – representações da modernidade de um Brasil em reocupação territorial.

Por intermédio do conjunto de mudanças que ocorreram no contexto, isto é, a Lei de Terras, a abolição do tráfico e, depois, da própria escravidão (em 1888), a utilização do trabalho assalariado, a apropriação de fotografias, ferrovias e telégrafos, bem como de ideias provindas da Europa, entre outros elementos, a própria representação do mundo natural sofreu mudanças significativas. Anteriormente, através de diversos suportes, pintava-se um ambiente mágico,

grandioso, fértil, abundante, de bons ares e águas. Porém, com as mencionadas transformações, a paisagem não perderia seus elementos de riqueza: os ares permaneceriam frescos, a floresta continuaria grandiosa, mas a aura sobrenatural que lhe era atribuída foi desvanecida (ANDRÉ, 2006, p. 57).

Até este ponto, apesar de as três primeiras obras não se aprofundarem na História Ambiental, elas se incluem nas influências da era da ecologia em torno de suas análises sobre a natureza. As transformações dos espaços naturais, em detrimento das ações humanas por suas apropriações e representações dos espaços, são amplamente predominantes em suas obras.

Seja pelos impactos da modernidade, seja pela legitimação histórica de seus grupos sociais, o homem na espacialidade de Londrina foi abordado nessas obras como ser transformador dos espaços naturais, que além de construir cidades, foi responsável pela degradação dos elementos naturais a partir da mercantilização do solo e de suas representações como objeto de valor.

Já as obras de Ballarotti (2010) e Biassetto (2014), aderindo a uma abordagem próxima da História Ambiental, demonstram suas influências da era da ecologia de maneira similar, mas não abordando as transformações dos espaços naturais pelas ações humanas, e sim apontando os momentos em que homem “despertou” para as necessidades de preservação de seus espaços de atuação.

Na obra de Ballarotti (2010), ao introduzir como referência os apontamentos de Foster (2005) e Figueiredo (1994), o autor expôs que as preocupações em caráter de conservação da natureza estiveram presentes desde a antiguidade, tanto na filosofia de Epicuro quanto na obra de Lucrécio.

A ecologia, surgida em 1886, passou por várias modificações conceituais, sendo aceita no meio social como ciência somente a partir do século XX. Nas décadas de 1930 e 1940, as preocupações com o modo de consumo nas relações humanas com a natureza foram debatidas em decorrência dos modos de apropriação desses espaços.

[...] foi durante o século XX que a preocupação com o meio ambiente ganhou força, logo após a Segunda Guerra Mundial, quando começou uma escalada vertiginosa das técnicas de propaganda nos países ocidentais associando a qualidade de vida ao consumo, nas quais o estilo de vida norte-americano passava a ser o padrão mundial de bem estar social. Desta maneira, associando o consumismo desenfreado à produção de bens descartáveis e com sua vida útil pré-estabelecida, acarretou o início dos problemas relacionados ao excesso de resíduos, acompanhado pela: “[...] intensificação da extração predatória de recursos naturais e pelo aumento da demanda energética requerida para o suprimento desse novo estilo de vida” (BALLAROTTI, 2010, p. 58).

Já para o Brasil, Ballarotti (2010) afirmou que as primeiras influências desse pensamento de preservação foram debatidas em 1934 com a Primeira Conferência de Proteção à Natureza, organizada pela Sociedade dos Amigos das Árvores no Rio de Janeiro. Mas foi com o fenômeno social ocorrido em maio de 1968, na França, que a preocupação ecológica adquiriu força e expansão, debatendo e exigindo novas formas de interação humana com a natureza em caráter de preservação.

Segundo Simonnet, foi um fenômeno social recente que contribuiu para a expansão da sensibilidade ecológica: o movimento de maio de 1968 na França. Este movimento foi feito inicialmente por uma juventude estudantil e intelectual que reagiu contra as políticas estabelecidas até o momento. [...] a contestação ecológica ganhou espaço e chamou a atenção do mundo. O papel dos intelectuais foi importante para o nascimento do movimento ecologista; podemos citar os nomes de Ivan Illich, René Dumont, Michel Bosquet, Serge Moscovici, entre outros (BALLAROTTI, 2010, p. 58).

Com essas influências externas e internas da era da ecologia no Brasil, a partir da década de 1970, as leis nacionais e municipais passaram a preservar as áreas verdes remanescentes transformando-as em Unidades de Conservação, no qual o PMAT – objeto de análise de Ballarotti – estava inserido.

Na obra de Biasetto, o despertar de uma consciência ambiental em torno das pressões externas da era da ecologia pode ter surgido em meados de 1945, quando cientistas começaram a estudar, no novo México, os efeitos ambientais provocados pela deflagração da bomba atômica.

Segundo a autora, as consequências da radiação passaram a ser sentidas pela população de Nova York em 1953, quando a região foi atingida por uma chuva radioativa, resultante de testes nucleares executados em Nevada. Com a repercussão desses impactos, os meios de comunicação e a comunidade científica passaram a disseminar a gravidade que a radiação poderia ter a níveis globais.

Tal acontecimento despertou, por meio de protestos e movimentos ambientais, uma nova consciência ecológica na década de 1970:

“[...] de acordo com os cientistas o desenvolvimento dos reatores nucleares para o uso pacífico poderia produzir o estrôncio 90 [...] que a dispersão de 1% poderia contaminar a terra inteira”. Diante de tais questões, cientistas norte-americanos, no final da década de 1950, organizaram, em St. Louis, o Comitê para Informação Nuclear, com o objetivo de reunir informações e protestar contra a energia atômica. Estes acontecimentos ajudaram na formação de uma nova consciência ecológica, o chamado ambientalismo que pode ser visto claramente nos dois eventos ecológicos que marcaram definitivamente a

chegada da era da ecologia: o primeiro foi à criação do Dia da Terra, manifestação que contou com trezentos mil americanos, em abril de 1970 e, o segundo, a Conferência das Nações Unidas, em Estocolmo na Suécia, em 1972, que reuniu representante de 113 nações para discutir os problemas ambientais. Assim, a partir da década de 1970, ocorreu à expansão do ideário ecologista pelo mundo, momento no qual a ideia de degradação ambiental começou a se espalhar (BIASETTO, 2014, p. 83).

Já em relação ao Brasil, Biasetto (2014) afirma que o despertar da consciência ecológica da década de 1970 impulsionou o surgimento de várias organizações ambientais em diversas cidades do país. Entre elas, a autora destacou a criação da Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente Natural (AGAPAN), criada em 1971 na cidade de Porto Alegre; o Movimento Arte e Pensamento Ecológico (MAPE), criado em 1973 em São Paulo; a Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente (SOCEMA), criada em 1976 em Fortaleza; e a Associação Paranaense de Proteção e Melhoria do Meio Ambiente (APPEMA), criada em 1978 na cidade de Londrina.

No entanto, segundo Biasetto, apesar das pressões externas da era da ecologia na cidade de Londrina, foi a falta de água para o abastecimento da região e a representação do Rio Tibagi como poluído que despertou na população local a consciência de suas relações com o meio ambiente. O fato de as águas que abasteciam a população estarem poluídas passou a ser noticiado predominantemente pela mídia local:

[...] é importante lembrar ainda que Londrina, até o final da década de 1980, utilizava principalmente as águas dos ribeirões e córregos para abastecer a sua população, no entanto, esses mananciais não eram suficientes para atender a demanda da cidade, o que possivelmente, levou a poluição dos mananciais, torna-se uma das principais preocupações da população e conseqüentemente das organizações ambientais do município. Assim, tornando-se um assunto importante a ser registrado pela imprensa. Observou-se que a maioria das notícias tinha como objetivo denunciar as fontes poluidoras e mostrar as ações de recuperação dos recursos hídricos realizadas pelas políticas públicas. Deste modo, constatamos que, as principais fontes de informação dessas notícias foram os órgãos ambientais, que procuravam desenvolver ações em defesa e recuperação dos recursos naturais (BIASETTO, 2014, p. 44).

Como se pode observar, tanto Ballarotti (2010) quanto Biasetto (2014) exploraram as influências da era da ecologia como fatores predominantes em torno de seus objetos de pesquisa. Enquanto na obra do primeiro autor as necessidades de preservação dos espaços naturais no exterior influenciaram o Brasil a preservar suas áreas verdes remanescentes como Unidades de Conservação, na obra do segundo a era da ecologia influenciou o país na fundação de instituições ambientais de maneira expansiva.

No entanto, o despertar de uma consciência ecológica na cidade de Londrina ocorreu não apenas pelas influências externas da era da ecologia, mas também pela população enfrentar diretamente os problemas da poluição de seus recursos naturais.

Na obra de Oliveira (2017), as referências à era da ecologia ocorreram de maneira similar às que Arruda (2001 e 2005) e André (2006) fizeram em suas produções historiográficas. Ao abordar como as transformações da paisagem natural ocorreram na cidade de Londrina após a década de 1960, com as modificações “modernas” da utilização do solo, a autora demonstrou que uma transformação social e ambiental no campo passou a ser recorrente até a década de 1975.

Com a diversificação da produção agrícola, como a soja, o trigo e demais grãos, o emprego de máquinas e fertilizantes químicos nas lavouras impactavam nos espaços sociais e ambientais de duas formas: enquanto os danos ambientais iam crescendo com o desgaste do solo, o desemprego rural se expandia pela baixa necessidade de mão de obra.

Essa modernização do uso do solo, segundo a autora, teria resultados bem diferentes das quais foram vivenciados pela “Revolução Verde” ocorrida nos Estados Unidos:

[...] as modificações tecnológicas no campo fazem parte de um “Pacote” originário dos Estados Unidos que chegou ao Brasil na década de 1950, mas que só foi colocado em prática na década de 1960, com o governo militar, e seria parte da denominada “Revolução Verde”, impulsionada por uma modernização em linhas conservadoras. Esse modelo de modernização se daria principalmente por meio dos subsídios do governo na compra de máquinas para a ampla mecanização do campo, bem como da aquisição de insumos e sementes voltadas para a lavoura temporária. Entretanto, a grande diferença entre o modelo da “Revolução Verde” que ocorreu nos Estados Unidos e a que ocorreu no Brasil é que, enquanto nos Estados Unidos o modelo se estendeu em pelo menos cinco décadas para sua consolidação, no Brasil essa temporalidade foi de apenas duas décadas. Enquanto os danos ambientais e sociais foram minimizados, no caso dos Estados Unidos, o Brasil foi duramente atingido pela quebra da estrutura do trabalho no campo e pelos danos ambientais causados pela utilização intensiva do solo [...] (OLIVEIRA, 2017, p. 32).

Mesmo com as influências externas da era da ecologia, a autora expôs que, independentemente dos prejuízos que o solo e o meio social sofriam, eram às geadas que o governo e as elites locais atribuíam a responsabilidade pelos desastres.

Baseando-se na análise que Paixão (2015) realizou sobre os incêndios ocorridos no Paraná entre as décadas de 1960 e 1970, Oliveira (2017) afirmou que os incêndios em lavouras de café foram provocados por uma série de fatores ambientais, que vão além dos eventos climáticos da seca e das geadas. O processo de erradicação de café – exigido pelo Governo

Federal –, as queimadas no solo – utilizadas para a preparação das terras as novas culturas agrícolas – e a devastação de extensas áreas florestais para a substituição da cultura cafeeira foram determinantes para a propagação dos incêndios.

Alguns fatores que agravaram os incêndios foram as queimadas para a limpeza e preparo da terra, além da devastação de extensas áreas de florestas e a crescente substituição da cafeicultura por culturas menos complexas e favoráveis à propagação dos incêndios; somados a esses fatores, tinham os ventos fortes, que espalhavam as fagulhas pelo ar [...]. Apesar de o governo ter atribuído o incêndio aos fatores ambientais, Paixão mostra que os incêndios ocorreram a partir de um contexto mais amplo, envolvendo ações diretamente humanas, como incêndios por vingança e as fagulhas que saiam dos vagões de trem, movidos a carvão, que passavam pela região (OLIVEIRA, 2017, p. 53).

Conforme o que foi analisado e exposto das seis obras, a era da ecologia como influência e fator semelhante entre as produções historiográficas foi evidente por suas obras se encaixarem na ideia de que a ação humana produz um impacto relevante sobre o mundo natural e pelos modos de abordarem a natureza, analisando-a como um processo histórico, construído e reconstruído com o passar do tempo.

Seja por meio de suas referências diretas a era da ecologia, seja pelos seus modos de abordar as transformações do mundo natural a partir das interações humanas, cada uma das seis obras demonstrou que a era da ecologia foi influente para que a natureza fosse analisada como objeto de pesquisa em suas produções historiográficas. Isto se fundamenta não apenas pela natureza como objeto de análise, mas também pelo caráter de preocupação e denúncia.

Mesmo com as similaridades entre as obras, diferentes ideias de natureza se manifestam na interpretação de suas produções historiográficas. Essas ideias, além de manifestarem diferentes perspectivas das relações humanas com o mundo natural, diferenciam-se de uma obra para outra. No próximo tópico, serão analisadas quais são elas e como se diferenciam entre si.

### 3.2 DIFERENÇAS

O primeiro artigo de Arruda (2001), ao introduzir os processos de apropriação e representação da natureza da América Latina, demonstrou que não é a delimitação geográfica da floresta, da paisagem e dos espaços naturais em si que definem os elementos importantes das imagens registradas pelas fotografias. Para o autor, são os desejos projetados sobre a apropriação da natureza que definem o sentido de suas representações.

De acordo com o autor, por meio das fotografias fundamenta-se tanto a criação das identidades nacionais quanto a formulação de utopias nacionais, responsáveis por legitimar as ações políticas em seu espaço de ocupação e por justificar a criação de "peculiaridades culturais" com a administração destes espaços:

Sejam a floresta, os Andes, o lago Titicaca ou o Pampa, as paisagens, ou melhor, os espaços naturais assumiram em vários lugares significados simbólicos altamente mobilizadores das atitudes dos homens. Constituíram-se em fundamentos de identidades nacionais, explicações para peculiaridades culturais, formulação de utopias nacionais, legitimação para ação política, etc. Em todos os casos citados a delimitação física, propriamente dita, não é um elemento importante na caracterização do elemento fundante das imagens. O que conta realmente é o que se quer ver, são os desejos projetados sobre a natureza (ARRUDA, 2001, p. 196).

Ao incluir a natureza como parte integrante de sua cultura, a sociedade e os grupos sociais justificam as apropriações dos espaços naturais de acordo com suas “projeções e necessidades”. Em relação ao Brasil, o autor afirmou que os desejos projetados sobre a natureza se efetivaram nas representações do sertão, presentes em registros fotográficos, detalhados da seguinte maneira:

[...] no Brasil, o que mais se aproximaria de um espaço com aquele significado seria o chamado sertão. Grosso modo, representa muito mais um aspecto simbólico de lugar distante, deserto e despovoado do que uma localização determinada, embora possa ser remetido em algumas regiões a lugares específicos, como no Nordeste, que significa caatinga, mas também interior. Significou no início do século, o oeste do Estado de São Paulo, identifica-se, ainda hoje, com o Estado de Mato Grosso do sul e do Mato Grosso, ou seja, o espaço da "fronteira", das terras reocupadas com a produção da cafeicultura na primeira metade deste século, onde hoje encontram-se as pequenas cidades mencionadas no título do artigo (ARRUDA, 2001, p. 196).

Neste ponto, em torno das representações do "sertão", é que a ideia de natureza se manifesta no artigo de Arruda (2001) como "objeto de representação das projeções humanas sobre os espaços reocupados". Representadas não como localização geográfica, mas como um lugar despovoado e deserto, as "bocas do sertão" – denominação das pequenas cidades no início de sua abertura – estão associadas diretamente à natureza e aos processos de devassamento e colonização dos interiores de seu espaço.

As fotografias, de acordo com o autor, atuam nesse processo como técnica e registro dos avanços e transformações desses espaços, construindo a ideia de "vitória da civilização" sobre a natureza a partir da representação: o que antes era sertão, hoje é urbano e civilização. A

natureza em suas representações fotográficas, ao mesmo tempo que simbolizava riqueza pela sua fertilidade, representava em conjunto um atraso cultural a ser vencido pelo avanço da urbanização em meio aos sertões:

Em pouco mais de 30 anos os chamados "sertões" paulistas, do norte do Paraná e sul do Mato Grosso haviam sido "conquistados" por uma nova forma de ocupação. O mapa civilizatório havia mudado. Milhares de pessoas deslocaram-se para "os terrenos pouco explorados", ocupando, ou reocupando, aqueles sertões. De "terrenos pouco explorados" no início do século, tornaram-se mapeados, reconhecidos, nomeados e cartografados. Várias ferrovias e estradas passaram a cruzar aquele território antes tido como "selvagem". Os seus antigos habitantes, índios e posseiros, foram eliminados ou expulsos. (ARRUDA, 2001, p. 199).

Segundo Arruda, as ações e simbologias que legitimavam a ideia do homem "vencendo a natureza" e os processos de urbanização e influência utilitária das composições naturais do território pela ciência foram elementos que marcaram a transição das relações entre o homem e natureza no Brasil.

Registrada como "conquista" pela fotografia, a ideia do homem "vencendo a natureza" se disseminava na memória e na história das pequenas cidades que surgiam nas fronteiras:

Numa virada de mais de cem anos pode-se perceber como alteraram-se as visões sobre o território brasileiro. De um país só natureza em meados do século XIX, para um país naturalmente rico em potencial em meados do século XX. A transição, ou melhor, os elementos constituintes da mudança encontram-se nitidamente representados na virada do século em símbolos e ações como a construção da Noroeste do Brasil, a Comissão Rondon ou as Comissões Geográficas e Geológicas estaduais. Pode-se, evidentemente, buscar raízes deste processo em tempos mais recuados no século XIX, mas o que importa neste momento, é demonstrar que houve uma inflexão da forma como se concebia a natureza no Brasil e como ela passa a ser vista como recurso natural a partir da influência da ciência utilitarista e do processo de urbanização. Basicamente, devemos relacionar a fotografia com o processo de colonização da natureza, e depois, como as concepções inerentes ao registro fotográfico desta conquista estabeleceram relações com a memória e a história de pequenas cidades, ou nem tanto assim, surgidas na fronteira. (ARRUDA, 2001, p. 201).

Para que a natureza fosse divulgada nas fotografias como objeto de projeções futuras sobre os espaços reocupados, Arruda concluiu que a fotografia deveria atuar como função de propaganda e construção de uma memória coletiva por meio de imaginários sociais, produzidos para atender às necessidades de colonização desses espaços.

Segundo o autor, a técnica vencida a natureza pelo imaginário das ferrovias, representando os "terrenos desconhecidos" como objeto a ser transformado pela crescente apropriação técnica e industrial advindos dos impactos da modernidade:

A fotografia aparece como o meio mais adaptado para registrar/representar e “emprender” uma mudança nas noções de natureza. As novas noções seriam as pensadas a partir do novo no cenário brasileiro, especialmente o processo de urbanização e da industrialização. Cada vez mais, as concepções de natureza estariam ligadas ao fenômeno da urbanização. Campo e cidade, cidades e sertões serão os novos “lugares de memória” onde encontraremos as “pedras calçadas” das sensibilidades coletivas desenhadas no século XX (ARRUDA, 2001, p. 206).

Com base na abordagem de Arruda, é possível identificar nessas fotografias e representações que não apenas a vitória da civilização era exposta em seus registros, mas também as projeções humanas sobre os espaços naturais, idealizadas pelo imaginário da modernidade.

Sendo o único recurso existente no período capaz de registrar um espaço tido como desconhecido, tornando-o visível a partir de sua exposição, a fotografia – conforme exposta pelo autor – vendia a imagem da região a partir de registros "selecionados", representados como pontos-chave para legitimar o imaginário regional.

Ao verificar que a natureza foi vista e registrada pelas fotografias como atraso e riqueza para as necessidades de expansão das sociedades, a ideia de "objeto de representação das projeções humanas sobre os espaços recuperados" é a que se manifestou na interpretação de sua obra.

No segundo artigo de Arruda (2005), ao analisar as representações de natureza como “semióforos” inseridos como narrativas nos murais de azulejaria dos 25 e 50 anos da cidade de Londrina, o autor demonstra outra perspectiva de abordagem sobre a natureza. Esta se diferencia de seu artigo anterior no momento em que se propõe a analisar como a transformação da natureza foi tomada e transformada em semióforos por grupos ou representantes das elites locais da região. É neste ponto que a transformação da natureza se manifesta em sua obra como “semióforos da passagem do tempo”.

O primeiro mural, de 1959, produzido em comemoração aos 25 anos da cidade, foi descrito por Arruda da seguinte forma:



**Figura 3: Vista geral do Mural de 1959. Foto: Lívia Lopes Sant'Anna, Viviane Gomedí.**

[...] foi confeccionado em cerca de 1200 azulejos pelo Atelier Mural de Waldemar Moral da cidade de São Paulo. Possui aproximadamente 20 metros. Inicialmente havia sido fixado na fachada do antigo prédio da prefeitura, no centro da cidade. Em 1976, o prédio foi demolido e os azulejos ficaram guardados na Universidade Estadual de Londrina. Em 1981, o mural foi restaurado e instalado em frente à Biblioteca Central da Universidade. A base das imagens reproduzidas nos murais foram fotos produzidas pelo fotógrafo José Juliani. A imagem a esquerda mostra aspectos da cidade no início de sua urbanização em 1934. A imagem reproduzida do lado direito foi feita a partir de uma foto de 1959 do alto da caixa d'água de um edifício do centro da cidade (ARRUDA, 2005, p. 21).

Já o segundo mural, de 1984, produzido em comemoração aos 50 anos da fundação da cidade, foi confeccionado conforme as palavras de Arruda (2005) a seguir:



**Figura 4: Vista geral do Mural de 1984. Foto: Gilmar Arruda**

[...] com 960 azulejos e com aproximadamente 15 metros, está fixado no prédio da secretaria de Cultura do município de Londrina, no centro da cidade. Esse mural também foi confeccionado pelo mesmo atelier anterior. A foto reproduzida na parte esquerda deste mural foi realizada por José Juliani, a partir de uma tomada panorâmica dos momentos iniciais da urbanização, provavelmente em 1934. Na imagem da direita, uma panorâmica aérea de 1984 sem autoria conhecida, conta apenas com a informação no próprio mural, de que pertencia ao acervo do Banco Francês e Brasileiro. O prédio onde se

localiza esse mural foi um projeto do arquiteto modernista José Villanova Artigas (ARRUDA, p. 21, 2005).

Com base no conceito de semióforos, elaborado por Pomian (1985) e abordado por Chauí (2001), Arruda (2005) identificou que, além de objetos, pessoas e instituições – quando ressignificados como heróis ou instituição nação – também podem ser categorizados como semióforos. Ao serem “dispostos ao olhar como uma coleção, ou para serem admirados, colocados em evidência pelos seus significados de comunicação” (ARRUDA, 2005, p. 8), eles estabelecem uma relação do mundo invisível com o visível como objetos produtores de sentidos.

[...] a partir do Paleolítico superior, o invisível encontra-se por assim dizer, projetado no visível, pois desde então ele está representado no próprio interior deste por uma categoria específica de objetos [...]. Por outras palavras, surge uma divisão no próprio interior do visível. De um lado estão coisas, os objetos úteis, tais como podem ser consumidos ou servir para obter bens de subsistência, ou transformar matérias brutas de modo a torna-las consumíveis, ou ainda proteger contra variações do ambiente. Todos estes objetos são manipulados e todos exercem ou sofrem modificações físicas, visíveis: consomem-se. De um outro lado estão os *semióforos*, objetos que não tem utilidade, no sentido que acaba de ser precisado, mas que representam o invisível, são dotados de um significado; não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura (POMIAN, 1985 apud ARRUDA, 2005, p. 6).

Mais adiante, citando as abordagens de Chauí (2001), o autor complementa que:

[...] fecundo ou carregado de presságios, os semióforos eram a comunicação com o invisível um signo vindo do passado ou dos céus, carregando uma significação com consequências presentes e futuras para os homens. Com esse sentido, um semióforo é um signo trazido a frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo o valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica: [...] um semióforo é fecundo porque dele não cessam de brotar efeitos de significação (CHAUÍ, 2001 apud ARRUDA, 2005, p. 8).

Para Arruda, é a partir do elemento simbólico que os semióforos se representam, manifestando continuamente suas narrativas em seus tempos presente e futuro. Os signos de poder e de prestígio passam a fazer parte destes semióforos, que, ao exaltarem “grandes feitos humanos” do passado, constroem uma memória coletiva, como “um recurso importante na constituição de poder e legitimidade” (ARRUDA, 2005, p. 9).

Após serem monumentalizados e transformados em semióforos, os murais continuam produzindo sentidos e significados ao longo do tempo. Ao serem estabelecidos como marco

histórico, eles comunicam-se com as pessoas que o observam a todo o momento, mantendo uma relação entre o período de fundação do urbano com o tempo presente do observador (ARRUDA, 2005).

Ao questionar o trabalho dos homens no seu tempo e espaço, os murais criam um “cronotopo artístico-literário”. Este conceito, elaborado por Bakhtin (1988), foi descrito na obra de Arruda (2005) como método de análise para demonstrar de que maneira uma representação pictográfica de uma cidade, através do tempo, espaço e do cruzamento de sinais, constrói sua narrativa histórica, produzindo sentidos e significados a partir de sua exposição como semióforo.

Em suas palavras, o autor destacou que os murais:

[...] construídos na cidade de Londrina, por ocasião das comemorações de 25 e 50 anos da criação do município, são veiculadores do semióforo original das fronteiras, o ato inaugural, o surgimento do urbano e, ao mesmo tempo, são monumentos destinados a perpetuarem uma narrativa sobre o processo histórico da urbanização. As imagens reproduzidas estabelecem um cronotopo que dá identidade aos moradores (ARRUDA, 2005, p. 13).

As imagens representadas nos murais só foram organizadas daquela forma porque os aspectos históricos contidos em sua narrativa – mitos de origem, participação e continuação do urbano – foram aceitos pelo coletivo social (ARRUDA, 2005). Na análise do autor, esse coletivo interpretou os processos históricos contidos no semióforo como memória e identidade de suas origens. Ainda no tempo presente, essas imagens continuam a produzir expectativas e sentidos ao futuro de seus observadores.

Neste ponto, verifica-se que a transformação da natureza se manifesta em sua obra como “semióforos da passagem do tempo”. A natureza, representada pelas terras, florestas, madeiras e demais composições do solo, foi utilizada nesses murais como segundo plano, a fim de “evidenciar” como a região se transformou com as ações humanas – com o surgimento do urbano – em sua reocupação regional.

Nos murais examinados, o que está em evidência nesta particular composição de cronotopo é o “urbano”, como ponto de articulação do tempo e do espaço, tempo concreto, histórico marcando o que pode e deve ser narrado, retido e remetido para o futuro. O espaço, a “natureza” ocupa o segundo plano, o passado. Primeiramente, sendo gradativamente vencida, mas incorporada na sua qualidade essencial – a produtividade garantida pela terra roxa não por acaso o tom da cor escolhida para representar o passado; no segundo momento, a segunda natureza, reconstituída pelo homem, a agricultura aparece também em segundo plano, mas agora lá encontra-se o futuro (ARRUDA, 2005, p. 39).

Sobre a composição formal das imagens do primeiro mural de 1959, Arruda expôs que elas tentaram transmitir uma mensagem de um espaço pacífico, isento de conflitos. A cor utilizada pelos pintores na reprodução das fotografias remete diretamente ao discurso da terra roxa, disseminado como fama de “riqueza e fertilidade” pelas narrativas memorialistas das décadas anteriores.

A natureza, representada pelas árvores e madeiras serradas, passariam a constituir-se, segundo o autor, como testemunhas físicas do que existia como floresta, que, a partir de sua transformação em natureza domesticada, seriam reprojatadas como arborização urbana, por meio do novo cenário social.

Por fim, a urbanização, fotografada por uma panorâmica vista de cima de uma caixa d’água, é identificada por Arruda (2005) como elementos da modernidade que, representados pelos prédios, casas e árvores já domesticadas, consolidam a passagem do tempo pelo surgimento do urbano em meio à floresta.

Na composição formal das imagens do segundo mural de 1984, o autor aponta as primeiras diferenças em comparação com o monumento de 1959, sendo elas em suas dimensões físicas – altura e comprimento – e na escolha das cores.

Abandonando o tom vermelho que remetia à terra roxa, a imagem colorida representa o realismo da modernidade pela foto a cores, buscando “romper com uma determinada associação estabelecida entre terra roxa e progresso” (ARRUDA, 2005, p. 36).

No surgimento do urbano, agora arborizado simetricamente às casas, prédios e ruas, a mensagem que transmitida é de harmonia em sua relação com o homem. Esta harmonia se apresenta, na abordagem do autor, com o surgimento da “segunda natureza” – representada pela agricultura – que aparecia no fundo da imagem, onde o urbano termina.

Contudo, Arruda concluiu que, apesar da transformação da natureza, com o passar do tempo, as imagens dos murais tendem a representar outra narrativa inversamente às de progresso e civilização: “a de documento da barbárie”. Considerando as transformações dos espaços naturais em detrimento da paisagem urbana, a devastação florestal causada na região passa a ser vista como um incômodo testemunho dos impulsos da modernidade, registrados como “semióforos” nesses murais:

Se, conforme afirmava Gombrich, a imagem só faz sentido quando partimos de nossos “costumes e convenções”, a capacidade de uma imagem produzida por gerações anteriores em nos “mobilizar” ou sensibilizar indica um partilhamento de “convenções e costumes sociais” daquela geração. Isso não significa dizer

que partilhamos totalmente, mas que os códigos conceituais utilizados pelo artista na confecção da imagem ainda são reconhecidos no tempo contemporâneo. Talvez isso explique a permanência e, as vezes, a mobilização, em torno das imagens dos murais. Os murais feitos para narrar a vitória do urbano, dos novos tempos da civilização sobre a natureza, começam agora a ser transformados em um incômodo testemunho da exuberância da natureza que foi destruída, um documento da barbárie (ARRUDA, 2005, p. 39).

Por meio da análise de Arruda, foi possível identificar que toda vez que a natureza foi representada nesses murais, uma separação entre os significados foi exposta: enquanto a terra, as florestas e a madeira representavam o passado, as casas, os prédios e as árvores domesticadas à paisagem urbana representavam o presente e o futuro, simbolizando uma paisagem em transformação na passagem do tempo.

Quando não se tinha mais as terras, florestas e madeira nas imagens, era a segunda natureza, representada pela agricultura e pela arborização domesticada, que simbolizava a conclusão da passagem do tempo e transformação da paisagem em urbano.

No momento em que essas imagens são postas lado a lado nos dois murais, a natureza passa a ser um elemento de ressignificação simbólica. Toda a conjuntura dessas representações e simbolismos analisados por Arruda manifestam a ideia de natureza como “semióforos da passagem do tempo”.

Na obra de André (2006), verifica-se que as transformações da paisagem natural também são abordadas em sua dissertação de maneira similar às de Arruda (2005), expondo como os elementos da modernidade – presentes no registro fotográfico – são introduzidos no processo de transformação e ocupação da natureza por determinados grupos sociais.

Mas as diferenças de abordagem aparecem entre as obras de André (2006) e Arruda (2005) no momento em que o primeiro analisa a natureza pela sua transformação em objeto produtivo, modificado para mercantilização, e não pela passagem do tempo, conforme o segundo. Neste ponto, a ideia de natureza se manifesta na obra de André como "objeto de transformações do mundo natural em natureza produtiva".

Segundo o autor, a natureza foi representada no Brasil de duas formas: natureza paradisíaca e natureza produtiva. Estas representações correspondem a um conjunto de interesses, provenientes tanto de um contexto nacional quanto internacional.

Enquanto as representações “paradisíacas” da natureza foram exploradas desde o período do Brasil colonial, com o objetivo de se consolidar uma identidade nacional a partir da paisagem natural, os ideais da cultura modernista de civilização e progresso do exterior teriam influenciado em uma mudança de representação da natureza após a década de 1920.

Com a necessidade de o Brasil quitar suas dívidas externas com a Inglaterra, a natureza continuaria a ser exaltada em suas “dimensões paradisíacas”, mas não mais representadas como identidade nacional, e sim como recursos naturais, com base em seu potencial produtivo:

Tal como outros países, o Brasil deparou-se no século XX com a impossibilidade de quitar financeiramente sua dívida externa. Diante disso, no pedido de empréstimo solicitado por Artur Bernardes à Inglaterra no início da década de 1920, surgiu a Missão Montagu, envolvendo ingleses e brasileiros com o objetivo de avaliar o potencial produtivo de algumas regiões do país, como o norte do Paraná – até então considerado, em grande parte, improdutivo e inabitado, quando, essencialmente, era ocupado por posseiros e comunidades indígenas que desenvolviam relações específicas com a terra. Deste empreendimento surgiu o interesse pelas terras que se tornariam, alguns anos mais tarde, Londrina e espaços vizinhos, considerando que, naquele momento, a região estava em processo de construção material e simbólica (ANDRÉ, 2006, p. 77).

Mais adiante, o autor complementa que:

Ao promover a ocupação dos sertões, as representações que circulavam no país por intermédio de jornais, do rádio e de outros veículos de comunicação, possuíam um caráter bastante familiar, como a exaltação da natureza nacional, de solos férteis, de bons ares, de grandes rios navegáveis, chamando a atenção para a necessidade de explorá-la e transformá-la em desenvolvimento. Nesse sentido, não ocorreriam grandes rupturas em relação às perspectivas oficiais existentes no final do Império e na Primeira República; tratava-se, antes, de uma continuidade (ANDRÉ, 2006, p. 78).

Para compreender como se deu o processo de transformação da “natureza paradisíaca” em “natureza produtiva” na região norte do Paraná, André (2006) chamou a atenção do leitor para analisar não apenas o contexto do Brasil colonial e dos impulsos da modernidade, mas também incluir – diretamente – a quem interessava essa transformação em suas representações fotográficas.

Iniciando sua análise a partir do fotógrafo da CTNP, André afirmou que embora José Juliani tenha nascido no Brasil, ele pertencia a uma família de imigrantes. Saindo de São Paulo para trabalhar em Londrina, dedicou-se tanto na agricultura quanto nas atividades de carpintaria, marcenaria, relojoaria e fotografia.

Nessa empreitada, Juliani teria vivenciado – em sua vida pessoal – os conflitos sociais que predominavam no sistema de colonato e a inexistência da “felicidade” exposta nas representações de natureza. O sonho da riqueza e a isenção de conflitos contrastavam com as realidades dos imigrantes:

[...] sua trajetória errante inseria-se no processo brasileiro de contratação de mão-de-obra assalariada a baixo custo, estimulando as migrações e imigrações que, nas últimas décadas do século XIX e decorrer do XX, deveriam substituir a estrutura econômica escravocrata. O constante movimento migratório indica que as condições de trabalho não seriam das melhores, característica própria ao colonato, que trazia em si diversos traços coercitivos – herança de séculos de escravidão. Era comum os trabalhadores serem tratados como cativos, recebendo baixos salários, possuindo dúbios títulos fundiários, sendo lesados pelos patrões, sofrendo ameaças de pistoleiros e a discriminação racial – principalmente os judeus e os japoneses, o que gerou controversos e acalorados debates em âmbito nacional. Nesse contexto migratório, Juliani entrou em contato, de diferentes formas, com as representações que fariam parte de suas fotografias [...] (ANDRÉ, 2006, p. 91).

A partir do momento em que Juliani se compromete com a CTNP como fotógrafo, sendo funcionário contratado da empresa, toda sua subjetividade – em torno dos contrastes vivenciados pelos imigrantes frente ao “discurso de felicidade” – seria deixado de lado no registro de suas fotografias (ANDRE, 2006).

Atendendo apenas e diretamente aos interesses da Companhia, o autor destaca que o fotógrafo iria reproduzir as perspectivas de natureza que atendessem aos fins publicitários que a CTNP exigia, ou seja, a natureza como objeto transformado seria o que deveria ser registrado.

O elemento diferencial era o comprometimento com a Companhia: uma vez contratado pela instituição, Juliani adequou seu olhar enquanto fotógrafo às perspectivas sobre a natureza relacionadas à Companhia. Não se tratava mais da visão de um colono sobre o mundo ao seu redor, mas das imagens que a instituição possuía de si própria [...] e que desejava reproduzir com fins publicitários. Suas fotografias tornavam-se o catalisador por intermédio do qual o mundo natural produtivo – e não contraditório – deveria ser veiculado, de modo que o operador teve que se adequar aos padrões fotográficos preestabelecidos pela empresa, ainda que sua subjetividade não tenha sido mitigada (ANDRÉ, 2006, p. 142).

Após analisar a quem Juliani servia e a quais interesses os registros de suas fotografias deveriam atender, a representação da natureza, segundo André (2006), seria constantemente registrada a partir de um paradoxo na linguagem fotográfica: a mítica e a técnica.

No registro da linguagem mítica, o autor explica que as fotografias desse tipo se propunham a demonstrar a natureza sob a ótica de sua exuberância e grandiosidade por meio de suas dimensões físicas, contrastando com a “pequenez” física do homem em uma mesma imagem.



**Figura 5: Fotografia de José Juliani, 1934 (imedições de Cambé). 13 x 18 cm. FONTE: CDPH-UEL, álbum de José Juliani (reg. 872 apud ANDRÉ, 2006, p.98).**

[...] por um lado, ressaltam um mundo natural exuberante e grandioso – a julgar pela dimensão física de rios, florestas e árvores –, fértil – como indicam as colheitas de café, trigo, soja e feijão – e, portanto, calcado no modelo paradisíaco, o que remonta a formas culturais bastante antigas no Brasil e mesmo nos países europeus. São, de certo modo, apropriações e reconstruções, em nível imagético, de lugares-comuns ou topoi edênicos. Denominarei esta perspectiva como “mítica” (ANDRÉ, 2006, p. 13)

No registro da linguagem técnica, as fotografias objetivavam demonstrar os processos de transformação da “exuberância natural” em natureza produtiva, a partir do registro das derrubadas, do transporte, da industrialização da natureza como matéria-prima e da sua transformação em cultivos agrícolas.



**Figura 6: Fotografia de José Juliani, década de 1930. 13 x 18 cm. FONTE: CDPH-UEL, álbum de José Juliani (reg. 857 apud ANDRÉ, 2006, p. 111).**

[...] ao mesmo tempo, pode-se perceber a presença de visões correspondentes à racionalidade que, por meio da técnica, deveria submeter o mito à condição de matéria-prima, controlando a natureza em prol do progresso e da civilização que, no mais das vezes, embora não se possam estabelecer reducionismos, assumem o caráter de avanço econômico. Esta perspectiva, sugerida pela presença do trabalho organizado, pontes, ferrovias, locomotivas e serrarias será chamada de “técnica” (ANDRÉ, 2006, p. 14)

A presença do mito e da técnica, nas linguagens fotográficas de Juliani, foi analisada e dívida por André em seis categorias que representavam as transformações que o homem realizava no mundo natural, sendo elas: a contemplação da paisagem, a derrubada das árvores de grande porte, o transporte de matérias-primas, o cultivo da natureza produtiva, os panoramas entre o urbano e a floresta e as ferrovias em contraste com a vegetação remanescente.

Com base na análise de cada uma dessas categorias, por meio da obra de André (2006), identifica-se que a natureza foi representada em diferentes formas, mas com um objetivo: demonstrar que a transformação do mundo natural foi convertida em natureza produtiva, representando o avanço da civilização e da modernidade nos sertões recém-conquistados:

As fotografias de Juliani [...] possuem um sentido em seu caráter fragmentário. Porém, percebendo cada imagem como uma peça de quebra-cabeça, observando o conjunto da produção contido em panfletos e mapas, nota-se que um fragmento se liga a outro e assim sucessivamente, criando uma tessitura narrativa, com seus próprios eventos e compondo uma temporalidade. O próprio fotógrafo, na década de 1960, organizou tais fotos em álbuns, dotando-as de sequências e criando um memorialismo baseado no olhar. Embora a análise das imagens pareça exaustiva e sem muitas interrupções, esse esforço permite que se tenha uma visão de conjunto. É possível observar que, no próprio interior da produção imagética, há um movimento nas representações que, retomando as visões rastreadas no capítulo anterior, leva da apologia à natureza maravilhosa ao júbilo da natureza produtiva, transformada por meio do trabalho racional e da técnica, engendrando o progresso rumo à civilização do sertão, segundo pensavam os contemporâneos (ANDRÉ, 2006, p. 127).

De acordo com o autor, enquanto a contemplação registrava a dimensão física da natureza em contraste com a pequenez do homem, o registro das derrubadas, do transporte das matérias-primas e a conversão da natureza em cultivo produtivo demonstrava que o esforço desse “pequeno homem” seria um “ato heroico” perante tal contraste de dimensões.

Os panoramas que contrastavam o crescimento urbano em meio à floresta demonstravam que a civilização estaria em progresso e que a riqueza dessa natureza produtiva obtinha transporte e lucro com a presença das ferrovias. Toda essa conjuntura de representações, segundo o autor, demonstra que a transformação da paisagem natural possuía o trabalho e a técnica como fatores determinantes para que o ambiente natural fosse transformado em uma natureza domesticada:

As fotografias de Juliani eram os instrumentos publicitários da Companhia, mas também seus próprios olhos, vendo de forma narcisista exatamente a natureza que se desejava ver. Por fim, ocorre a transformação do mundo natural em natureza produtiva. Após a exaltação de sua fertilidade e abundância, a paisagem converte-se em indício de produção e desenvolvimento econômico

familiar, regional, estadual e nacional. O ambiente permanece grandioso, porém torna-se algo domesticado por fatores como trabalho e técnica, tal como por conceitos como civilização e progresso. A ostentação da labuta nas serrarias, das grandes produções de algodão e café – entre outros gêneros –, maximizadas pela própria linguagem fotográfica, indicam a mudança de tônica em relação às representações em torno da natureza: não seria mais o Éden intocado, mas a paisagem produtiva (ANDRÉ, 2006, p. 129).

Diante da análise do autor, é possível identificar que toda vez que a natureza foi mencionada, uma separação entre os significados foi exposta: a de natureza paradisíaca e a de natureza produtiva. O momento da mudança dessas representações se deu após a década de 1920, compreendido tanto pela necessidade de o Brasil quitar sua dívida externa com os ingleses quanto pelas necessidades de produção e consumo da “civilização e progresso” da cultura modernista.

A paisagem – não mais servindo aos interesses de representação de identidade – deixava de ser contemplada para se tornar uma paisagem produtiva, representada como matéria-prima, manifestando, assim, a ideia de natureza como “objeto de representação das transformações do mundo natural em natureza produtiva”.

Assim como foi possível verificar no tópico anterior, na obra de Ballarotti (2010) as abordagens em torno da natureza adquirem uma perspectiva diferente quando comparadas com as produções historiográficas de Arruda (2001 e 2005) e André (2006). A diferença está relacionada a uma perspectiva mais próxima da História Ambiental e às ideias de natureza que se manifestam dessas interpretações.

Ao analisar a obra de Biasetto (2014) isso também se repete, pois, a abordagem da autora está inserida na mesma perspectiva de Ballarotti (2010). No entanto são as ideias de natureza que se diferenciam na interpretação de suas abordagens.

No modo como Ballarotti estruturou sua análise na constituição histórica e natural do PMAT, demonstrando como os indivíduos estabelecem suas relações com a natureza dentro de um centro urbano, é possível identificar que a ideia de natureza que se manifesta em sua obra é a de “memória, conflito e preservação de uma vegetação remanescente do crescimento urbano”.

Para demonstrar como essa ideia está interligada com o PMAT muito antes da proteção de sua área como Unidade de Conservação, o autor fez uma análise de como a natureza era vista antes – entre a década de 1930 a 1960 – e como passou a ser vista depois – a partir da década de 1970 –, quando a área do parque foi representada como “ilha de vegetação remanescente”.

A análise que Ballarotti faz sobre como a natureza era vista entre as décadas de 1930 a 1960 é similar ao que é debatido nas obras anteriores. Associada como algo desconhecido e não

familiar, a natureza representava o oposto da paisagem idealizada pelos reocupantes. Além de ser associada como um atraso, ela era vista como um ambiente de conflito, sendo a vegetação representada por uma vida selvagem, contendo animais e moléstias prejudiciais para a permanência humana no local.

Após a derrubada da floresta, a natureza representada pelas terras férteis passou a ser utilizada como recurso natural, transformada de algo hostil para uma imagem idolatrada a partir de suas colheitas:

[...] é debatido que existe hoje em dia toda uma literatura sobre o que a floresta, tanto temperada quanto tropical, com sua escuridão e sombras, simbolizava para a cultura ocidental. Era uma paisagem geralmente associada ao esconderijo do mal. Em termos concretos, alguns dos problemas primordiais quanto à sobrevivência dos colonos em meio à mata referiam-se à obtenção de alimentos, à orientação, à proteção contra tempestades e contra milhares de insetos e bichos de pé, existindo também perigos como as febres e os animais, além da transposição de acidentes geográficos, como as cachoeiras. A floresta no Norte do Paraná, repleta de perigos, por intermédio do trabalho do homem, se transformou em terra fértil, pronta para produzir colheitas fartas. No imaginário do reocupante a natureza foi domada e estava preparada para servi-lo, e este a modificou de algo hostil para algo idolatrado (BALLAROTTI, 2010, p. 78).

De um modo geral, o autor afirma que devido à necessidade de reocupação e modernização dos sertões, a natureza só obtinha valorização e atenção das relações humanas quando era utilizada como mercadoria de exportação e matéria-prima. As diferenças se iniciam, em termos de abordagem da obra de Ballarotti com as outras, quando a representação da natureza como “vegetação remanescente das áreas verdes” surge como uma discussão de por qual motivo essas áreas se tornaram “remanescentes”:

[...] a colonização da CTNP adquiriu características profundamente destrutivas para o ecossistema aqui existente. Contudo, isso seria evitado se a empresa tivesse respeitado uma cláusula no contrato de compra das terras do Estado, a qual previa a preservação de 10% da área adquirida. Ao vender as terras, a companhia repassava aos adquirentes a responsabilidade. A CTNP nunca fiscalizou o seu cumprimento; desta forma, poucos donos de terras seguiram esta norma. Apenas as áreas pertencentes à própria companhia é que foram preservadas, caso da área do PMAT. Podemos verificar, ainda hoje, pequenos fragmentos de mata preservados no interior de determinadas propriedades privadas, que seriam os resquícios referentes aos 10% de florestas, mantidas nestas terras em acato a tal determinação (BALLAROTTI, 2010, p. 83).

Segundo o autor, o fato de as áreas verdes ainda existirem pós-colonização não se deve apenas ao suposto respeito à cláusula contratual de 10% das áreas adquiridas da CTNP. A improdutividade dessas áreas para o café e para agricultura foram fatores determinantes para

que o desmatamento não atingisse tais áreas. Localizados próximo a vales e regiões de baixa temperatura e com depressões no solo, Ballarotti (2010) demonstrou que as culturas agrícolas e do café não se aproveitaram desses locais, permanecendo como matas nativas remanescentes:

No auge da expansão agrícola, áreas como a do PMAT foram preservadas pelo fato de serem inapropriadas ao café. Conforme argumenta Maack, na região de Londrina, devido à geada no período do inverno, levavam os agricultores a evitar a cultura em vales, sulcos erodidos e depressões: “O vale do Rio Cambé representa uma linha marcante de escoamento de ar frio”. Nestes locais, o café foi destruído pelas baixas temperaturas. Houve também a incidência de fortes geadas, como as ocorridas em 53 e 55, que estimularam o plantio de outras culturas na região (BALLAROTTI, 2010, p. 90).

Com o surgimento do urbano, representado pelas casas, edifícios, tratores, ferrovias, agricultura e o café, o autor afirma que um distanciamento entre o homem e a natureza decorreu a partir de suas ações destrutivas do presente ecossistema. A natureza, agora considerada como vegetação remanescente das atividades de colonização do espaço, passa a adquirir em sua representação uma “memória coletiva” do imaginário social:

Tratores, caminhões, ferrovias, gado, café, trabalho e milhares de pessoas transformaram o sertão. Como cita Arruda, os restos dessa lembrança estão pendurados na memória, espalhados pela rua, nos prédios vazios das antigas máquinas de café, mas também estão presentes em alguns poucos territórios que simbolizam que aqui, antes da cidade, existia uma área coberta por florestas. As pequenas reservas de mata nativa que resistiram acabaram se tornando, na memória coletiva, comparativamente aos museus. Como Arruda comenta, esses restos assumem características no imaginário regional-social, de lugares da memória e se tornam mitos de pequenas áreas verdes naturais que sobraram (BALLAROTTI, 2010, p. 87).

A memória que estas áreas verdes remanescentes representam no imaginário, social segundo Ballarotti (2010), está ligada à ideia de transformação do espaço regional. O que antes era floresta e vegetação nativa foi transformado, por meio de suas representações, em memória coletiva dos avanços da modernidade e da civilização urbana.

Neste ponto, identifica-se, em torno das ideias da obra do autor, como a memória de natureza esteve interligada às áreas verdes remanescentes muito antes de suas preservações e proteções por lei. Entretanto, as relações humanas com tais áreas, tanto na percepção conceitual quanto estrutural, se modificaram, na análise do autor, no momento em que esses locais foram transformados por lei em Parques Municipais e, posteriormente, em Unidades de Conservação.

No caso da cidade de Londrina, a área verde remanescente pertencente hoje ao PMAT era um Parque Municipal quando a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná fez a doação

de uma área de 61,72 ha para o município, em 1975, sancionada pela lei n. 2564 de 17 de setembro.

Segundo Ballarotti (2010), essa lei determinava que a Prefeitura Municipal de Londrina deveria transformar a área recebida em doação em um Parque Municipal, mantendo como funcionalidade a preservação e administração de seu ecossistema. Uma série de modificações conceituais e estruturais foi feita nessa área, seguindo a padronização dos parques nacionais descritas pelo Decreto Federal n. 84.017/79:

O Decreto Federal n. 84.017/79 estabelece as normas que definem e caracterizam os Parques Nacionais, estando inseridos, neste caso, os Parques Municipais. O art. 1º deste Decreto considera, para efeitos deste Regulamento, que os parques são áreas geográficas extensas e delimitadas, dotadas de atributos naturais e excepcionais, objeto de preservação permanente, submetidas à condição de inalienabilidade e indisponibilidade no seu todo, estabelecidas para fins científicos, culturais, educativos e criativos, e tendo como objetivo principal a preservação dos ecossistemas naturais englobados contra quaisquer alterações que os desvirtuem. (BALLAROTTI, 2010, p. 49).

Com base no Decreto Federal, os Parques Municipais deveriam atuar como um lugar de lazer, de valorização cultural e sinônimo de um lugar "intocado". Na análise feita por Ballarotti (2010), a natureza como lazer é sinônimo de saúde e bem-estar social. A valorização cultural está relacionada à domesticação da natureza sob critérios científicos e educativos, onde o meio social compreende a importância de se preservar tais áreas.

O sinônimo de natureza intocada estaria relacionado às ações políticas e administrativas de preservação dos ecossistemas desses espaços. Essas funcionalidades se tornaram mais restritivas no momento em que o PMAT foi considerado Unidade de Conservação, por meio do Ofício n. 376 de 26 de abril de 1994. Enquadrando-se às diretrizes desse ofício, o autor afirmou que o parque adquiriu como função a preservação de seu ecossistema natural, servindo, em conjunto, como campo para pesquisas científicas de educação e recreação:

O PMAT, ao receber o título de UC, passa a adquirir um novo tratamento, pelo qual a técnica comanda seu território, suas relações com os indivíduos humanos e não humanos, sendo que o especialista tem a última palavra explicitada por meio do discurso jurídico-científico. Com a transformação do PMAT em UC em 1994 houve a obrigatoriedade da formulação de um Plano de Manejo, obedecendo ao art. 27 da Lei 9.985 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que possui âmbito federal (BALLAROTTI, 2010, p. 55).

No momento em que as áreas verdes "remanescentes" são protegidas como Unidades de Conservação, identifica-se que uma mudança no meio social altera as ideias sobre a natureza.

Ou seja, o que antes se tinha como lugar de conflito e memória do surgimento do urbano em meio à floresta – pelos impactos da modernidade – passa a ser representado pela proteção da lei, como áreas verdes em necessidades de preservação.

A natureza, em torno das representações do PMAT como áreas verdes remanescentes, adquire com a proteção da lei, um estatuto conceitual, social e estrutural de preservação, fazendo com que a manutenção desses ecossistemas esteja presente no imaginário social. Para responder o que teria provocado essa mudança, além das influências da era da ecologia, Ballarotti (2010) afirmou que cada período possui um modo de se relacionar com a natureza, de acordo com as novas perguntas e evidências históricas que surgem dessa interação social com os espaços naturais:

Um dos fatores que deve ser debatido sobre os escritos de Marx a respeito do meio natural seria referente às preocupações históricas pertinentes a cada período. Conforme atesta Thompson, cada idade ou cada praticante pode fazer novas perguntas à evidência histórica, ou pode trazer à luz novos níveis de evidência. Com isto, a história se modificará com as preocupações de cada geração, ou de cada sexo, ou nação, ou classe social (BALLAROTTI, 2010, p. 61).

Apesar de a ideia de preservação estar difundida no meio social a partir da proteção das áreas verdes remanescentes, o autor expôs, por meio das relações humanas com o PMAT, que as situações de conflito com esses espaços ainda se faziam presentes no cotidiano.

Os conflitos estão relacionados aos modos de convivência da população com esses espaços e aos interesses dela em preservá-los, ou seja, a ideia de natureza em torno das necessidades de sua preservação também passa pela de conflito na interação da sociedade com os espaços naturais.

Segundo Ballarotti (2010), aos modos de convivência estão relacionados problemas tanto internos quanto externos aos arredores do parque. Entre eles: a poluição sonora dos carros e da rodovia, a poluição orgânica dentro e fora do parque com depósitos de lixo residencial e industrial, a transição de animais entre o parque e as casas na busca de alimentos, a presença de animais domésticos dentro das dependências e a erosão provocada pelos córregos internos que se expandem próximo às casas. Todos esses relatos, segundo o autor, podem ser classificados como um primeiro conflito enfrentado entre a população local e as áreas verdes.

O segundo conflito se estabelece em relações às leis. Com a área verde sendo transformada em Unidade de Conservação, somente a prefeitura e os especialistas encarregados da administração do parque têm autorização para remanejar animais, fiscalizar as incidências

de lixo orgânico e industrial, realizar o corte de árvores ao redor do parque e fazer manutenções em torno dos problemas causados pela erosão.

Os moradores, que tem suas residências afetadas pelas incidências que vêm do parque, não podem fazer nenhuma intervenção nessas áreas, mesmo que elas estejam em situação de degradação ou colocando em riscos suas próprias casas.

As árvores e a circulação de animais são um dos geradores de conflitos, dos quais a prefeitura é acusada de não exercer a função de fiscalização e administração do local e acaba para os moradores intervirem no espaço, mesmo correndo risco de serem penalizados por lei. Na entrevista feita por Ballarotti com os moradores, os conflitos estão sendo resolvidos com auxílio de ONGs, que fazem uma comunicação em forma de reunião com a prefeitura e administração do parque.

Conforme analisado na obra do autor, a ideia de natureza como “memória, conflito e preservação de uma vegetação remanescente do crescimento urbano” se estabelece pelos modos de interação do homem com a natureza e, principalmente, pelos fatores políticos e sociais de cada período histórico que influenciam nas formas de sua interação.

As representações de memória, conflito e necessidades de preservação são correspondentes tanto pela constituição dessas áreas verdes como Unidades de Conservação quanto pela conexão entre as relações do passado e presente, muito antes da proteção por lei.

Na obra de Biasetto (2014), assumindo uma abordagem similar à de Ballarotti, mas se diferenciando em torno das ideias de natureza, é exposto como as pressões internas da cidade de Londrina, provocadas pelos seus impactos ambientais, foram fatores influentes para que as esferas políticas e sociais despertassem uma consciência ambiental, com a necessidade de recuperar e preservar seus espaços naturais.

Tendo como objeto de pesquisa o Rio Tibagi e o projeto de captação de suas águas, a ideia de natureza manifestada na interpretação de sua obra é a de “denúncia e emergência de uma consciência ambiental”. A participação da UEL no projeto de recuperação e preservação das águas do rio é uma das diversas abordagens que a autora realizou sobre a influência da era da ecologia na região.

Analisando o período da década de 1970, Biasetto (2014) afirmou que o crescimento urbano ultrapassou a população rural. Para atender à demanda da expansão urbana, foram criados conjuntos habitacionais para moradias populares. Com o surgimento desses conjuntos, seria necessária a construção de uma extensa infraestrutura que atendesse às necessidades básicas de serviços para a população, como rede de esgoto, água, energia elétrica, escolas e hospitais.

Nesse contexto da expansão urbana e da construção de uma nova infraestrutura é que os problemas relacionados ao abastecimento de água e poluição do Rio Tibagi se iniciaram:

A falta de água na cidade de Londrina e região levaram o poder público a buscar projetos para resolver o problema. Um desses projetos consistia na captação da água do rio Tibagi e, a outra opção seria abastecer a população com as águas do Aquífero Guarani, na época denominado de Botucatu. A opção pela captação das águas do rio Tibagi e o abandono das pesquisas no Aquífero Guarani, gerou um processo de discussão e resistência que contribuiu para que a população de Londrina e região construíssem uma imagem do rio Tibagi como poluído (BIASETTO, 2014, p. 21).

Segundo Biasetto (2014), a construção da imagem do Rio Tibagi como poluído surgiu a partir da denúncia de profissionais envolvidos na captação de suas águas. Eles apontavam que a composição das águas do rio estava poluída tanto por lixos químicos de indústrias locais quanto por agrotóxicos despejados por inseticidas em lavouras próximo à área.

Neste ponto, a ideia de natureza que se manifesta na obra de Biasetto (2014) é a de “denúncia e emergência de uma consciência ambiental”. Devido às pressões internas, decorridas no processo de captação das águas do rio Tibagi, a denúncia de que sua composição estava seriamente poluída causou uma repercussão na esfera política e social. Com o surgimento de instituições ambientais e participação da mídia, a consciência ambiental se disseminou pela população.

[...] é importante lembrar ainda que Londrina, até o final da década de 1980, utilizava principalmente as águas dos ribeirões e córregos para abastecer a sua população, no entanto, esses mananciais não eram suficientes para atender a demanda da cidade, o que possivelmente, levou a poluição dos mananciais, torna-se uma das principais preocupações da população e conseqüentemente das organizações ambientais do município. Assim, tornando-se um assunto importante a ser registrado pela imprensa. Observou-se que a maioria das notícias tinha como objetivo denunciar as fontes poluidoras e mostrar as ações de recuperação dos recursos hídricos realizadas pelas políticas públicas. Deste modo, constatamos que, as principais fontes de informação dessas notícias foram os órgãos ambientais, que procuravam desenvolver ações em defesa e recuperação dos recursos naturais (BIASETTO, 2014, p. 44).

Para evidenciar como a consciência ambiental se disseminou pela população da cidade de Londrina, a autora demonstrou tanto os movimentos sociais quanto a participação de moradores da região no envio de cartas para o jornal Folha de Londrina, debatendo e descrevendo suas opiniões em torno das questões ambientais. Nas participações em

manifestações, ela identificou que não apenas a cidade de Londrina, mas também as cidades vizinhas participaram dos movimentos sociais:

[...] as manifestações contra o Projeto Tibagi não ficaram restritas ao município de Londrina, uma vez que o projeto visava atender também várias outras cidades próximas. Em dezembro de 1982 os habitantes de Cambé, cidade vizinha de Londrina também se manifestaram contra a captação das águas do Tibagi. A matéria ocupou a página inteira do jornal com um título de letras grandes “Cambé não quer água do Tibagi”, os habitantes do município deixaram bem clara sua posição em relação à captação das águas do rio Tibagi (BIASETTO, 2014, p. 72).

Na participação dos moradores nas questões ambientais por meio do envio de cartas para a Folha de Londrina, Biasetto (2014) expôs como exemplo as declarações de Luiz Juliane, publicadas em novembro de 1985. Na carta, intitulada “Matando a Natureza (2)”, a consciência ambiental é debatida pelo morador da região com base nas degradações da natureza realizadas desde o período da colonização, sendo a derrubada das florestas o ponto principal destacado:

[...] Mas acontece que brasileiro é irresponsável e praticamente ninguém obedece à norma e, por ignorância associada à ganância, mandaram para o chão toda a mata, não deixando uma única árvore em pé. O pior é que os homens do governo daquele tempo assistiam ao desmatamento desenfreado de braços cruzados, impossíveis, sem nada a fazer para impedir. [...]. Nas reservas que ainda restam, além da flora, sobrevivem algumas aves e outros animais [...]. Derrubando todas ou mesmo parcialmente, é mais que sólido que irão desaparecer essas poucas espécies. [...]. A natureza se vingará de quem a agride. Ninguém me tira da cabeça que essa seca que estamos atravessando é consequência dos últimos desmatamentos (FOLHA DE LONDRINA, 1985 apud BIASETTO, 2014, p. 54).

Conforme abordado pela autora, a falta de água e a poluição do rio despertaram na população a “consciência” de que suas relações com o meio ambiente era cada vez mais dependente para sua sobrevivência. Tendo sua saúde e sobrevivência em risco, “denúncias e ações de combate” à poluição surgiram na cidade de Londrina, promovendo a participação da população nos movimentos de defesa ambiental e das comunidades científicas e políticas da região.

Desse modo, as denúncias e emergências de uma consciência ambiental se manifestaram na população local não apenas por influências da era da ecologia, mas também pelo fato de a população estar vivenciando e enfrentando em seu cotidiano o risco de contaminação com a poluição de suas águas.

Sob essa perspectiva de abordagem, a ideia de natureza como “Denúncia e emergência de uma consciência ambiental” se manifesta na obra de Biasetto (2014), com maior frequência, pelas pressões internas vivenciadas pela população local do que por influências da era da ecologia em si.

Segundo a autora, projetos de preservação e legislações governamentais para a fiscalização ambiental passaram a ser inaugurados, buscando reverter os impactos sofridos pela população local. Um desses projetos, surgido a partir da necessidade de diminuir a degradação ambiental do rio Tibagi e iniciar os processos de sua recuperação, foi o “Aspecto da Fauna e Flora do Rio Tibagi”, reconhecido pela população local como o projeto Tibagi.

Biasetto (2014) afirma que o projeto foi realizado em uma parceria entre os pesquisadores da UEL, da prefeitura de Londrina e das cidades vizinhas, do Consórcio Intermunicipal do Rio Tibagi (COPATI) e de representantes da empresa Klabin – uma das responsáveis pela poluição tóxica do Rio Tibagi. O objetivo do projeto era fazer um levantamento das comunidades de plantas e animais na área do rio e diagnosticar os elementos poluentes das águas.

O processo de recuperação ambiental da área seria efetuado:

Na primeira etapa, os cientistas tinham como objetivo fazer um levantamento da fauna e da flora da região; na segunda etapa, a finalidade era realizar estudos para entender a relação da comunidade biológica com o ambiente e somente na última etapa, buscariam criar propostas para a recuperação ambiental da bacia (BIASETTO, 2014, p. 90).

Durante o andamento do projeto, intensas pressões políticas e de seus financiadores foram vivenciadas pelos pesquisadores da UEL, os quais relatavam, de acordo com Biasetto (2014), que a pressão para o repovoamento do Rio Tibagi era exigida para demonstrar à população que estava havendo “progressos”.

Apesar das dificuldades, a autora detalhou que o “ideário da era da ecologia” havia penetrado na universidade. Em matérias veiculadas pelo Jornal Notícia da UEL, Biasetto expôs que tanto a criação de seminários, reunindo ecologistas, políticos e professores, quanto artigos e órgãos de estudos foram produzidos pela instituição universitária:

Ao analisarmos as matérias do Jornal Notícia da UEL, em período anterior ao desenvolvimento do Projeto Tibagi, foi possível notar que o ideário da era da ecologia já havia penetrado na universidade. Em matéria veiculada entre os dias 11 a 14 de outubro de 1988, o texto informava sobre a realização de um Seminário Regional do Meio Ambiente na universidade, reunindo ecologistas, políticos e professores universitários para discutir a elaboração de uma política

ambiental para o Paraná. No ano seguinte, o jornal publicou o artigo “Inconsciência e Ecologia” fruto de um trabalho acadêmico da turma de Ciências Sociais da universidade. O artigo abordava a degradação ambiental praticada pela ação humana, a importância da preservação da natureza para a sobrevivência da humanidade, bem como dava exemplos da destruição da natureza da cidade de Londrina. Neste mesmo ano, um grupo de docentes da UEL, chegou a criar um órgão de estudo, o Núcleo de Estudos do Meio Ambiente - NEMA para discutir as questões ecológicas dentro da universidade, como registrou o Jornal Notícia (BIASETTO, 2014, p. 93).

O projeto, que iniciou em 1989, teve o encerramento de suas atividades em agosto de 2000. Entre os motivos do fim, em entrevista aos profissionais envolvidos, Biasetto (2014) afirmou que tanto a falta de recursos financeiros quanto o desgaste dos profissionais foram os principais motivos apontados por seus entrevistados.

No entanto, apesar das dificuldades enfrentadas, a autora identificou que o Projeto Tibagi foi um fator contribuinte para os programas de pós-graduação, pois muitos trabalhos com a temática da bacia do rio foram produzidos por professores e alunos:

[...] as informações mostram que houve um aumento no número de pesquisadores ao longo do desenvolvimento do Projeto, além disso, confirma uma participação maior do Departamento de Biologia em relação aos outros departamentos no Projeto, bem como prova que a grande maioria dos cientistas do curso de Biologia da UEL, tanto professores quanto alunos, se capacitaram por meio dos estudos realizados na Bacia do Rio Tibagi (BIASETTO, 2014, p. 114).

Mais adiante, a autora complementa que:

[...] toda a estrutura física e científica adquirida ao longo do desenvolvimento do Projeto não resultou apenas no curso de especialização em ciências biológicas, deu base também para que o departamento anos mais tarde conseguisse a aprovação do curso de pós-graduação, em nível de mestrado e depois o de doutorado. Além disso, alguns professores relatam que muitos dos dados adquiridos durante as pesquisas no Projeto Tibagi vêm sendo usados até hoje em diversos estudos sobre a bacia. Em suma, podemos dizer que o Projeto Aspecto da Fauna e Flora da Bacia do rio Tibagi iniciado no final da década de 1980, persiste até hoje, em virtude das futuras teses e dissertações (BIASETTO, 2014, p. 115).

Para concluir a análise da obra de Biasetto (2014), a partir do momento que a autora analisa como a cidade de Londrina foi influenciada pela era da ecologia, a ideia de natureza que se manifesta em sua obra é a de “denúncia e emergência de uma consciência ambiental”. Não apenas por influências externas da era da ecologia na década de 1970, mas, principalmente, pelas pressões internas dos impactos ambientais sofridos pela população local, as esferas

políticas e sociais da região adquiriram uma consciência ambiental a fim de preservar e garantir a estabilidade de seus espaços naturais.

Com a inclusão da UEL no projeto de recuperação das águas do Rio Tibagi, foi possível verificar que a consciência ambiental não se restringiu apenas aos profissionais ligados diretamente ao projeto, ela se disseminou em uma grande parcela dos programas de pós-graduação citados pela autora.

Na obra de Oliveira (2017), última e não menos importante, ao abordar como a "Geadas Negras" – ocorrida em 1975 – foi “responsabilizada” pelo “fim da produção cafeeira” na cidade de Londrina, manifesta-se uma ideia de natureza como “Pretexto de interesses e isenção de responsabilidades sociais”.

Tal ideia se apresenta de maneira mais evidente em sua obra em dois momentos: quando a autora desconstrói as representações da geada como um “desastre” e quando ela expõe como os cafeicultores se isentaram de suas responsabilidades sociais no meio rural.

Para confrontar e desconstruir essas representações das geadas como “desastre”, Oliveira (2017) analisou como esses fenômenos climáticos são caracterizados pela perspectiva geográfica. Em seguida, abordou como elas atuaram como fenômenos naturais na região norte do Paraná, interligando as modificações políticas e sociais nos métodos de utilização do solo – na década de 1960 – como fatores influentes para as construções das narrativas dos cafeicultores, que classificavam as geadas como evento desastroso.

Fazendo referência às análises de Müller (2001), Oliveira (2017) afirmou que as geadas são caracterizadas por dois fenômenos: geada branca e geada negra. Na geada branca, com uma presença relativamente considerável de umidade no ar, ocorre uma diminuição na temperatura local fazendo com que a água presente na superfície das plantas seja condensada formando o orvalho. Em razão das baixas temperaturas, o orvalho se congela nas plantas.

Já na geada negra, devido ao baixo teor de umidade presente no ar, quando ocorre a queda das temperaturas, a água da superfície das plantas não se condensa, causando o rompimento das membranas celulares das plantas e ocasionando a morte do vegetal.

A geada branca corresponde a um “golpe de frio” local: graças a irradiação noturna, ocorre a inversão de temperatura, aparecendo então brumas frias e geadas nos vales e depressões do terreno. [...] A geada negra ocorre quando a frente polar avança, facilitada pelo recuo da massa Tropical-Atlântica. O encontro das duas massas provoca tempestades, seguidas de brusca queda de temperatura: as plantas, carregadas de umidade não evaporada, são então queimadas por congelamento (MÜLLER, 2001 apud OLIVEIRA, 2017, p. 21).

Para confrontar a ideia de que o evento climático das geadas é um “desastre”, Oliveira (2017) utilizou como referência a abordagem que Mores (2017) fez sobre os desastres socioambientais na cafeicultura paranaense entre o período de 1945 e 1975. Para este autor, a geada é um fenômeno natural comum na região do norte do Paraná, pois o clima tropical de altitude é predominante neste espaço.

O café é altamente sensível a temperaturas baixas, sendo assim, o clima ideal para sua produção é aquele com temperaturas entre 19 °C a 22 °C. Os cafeicultores, mesmo estando cientes dos riscos do cultivo do café em uma região de baixas temperaturas e da comum ocorrência de geadas, decidiram plantar sua cultura nesse espaço com o objetivo de aproveitar a fertilidade e a alta produtividade que o solo dessa localidade fornecia.

É neste ponto que a representação do evento climático como desastre é desconstruída por Oliveira (2017) em referência à análise de Mores, pois a geada, sendo um evento climático comum nesta região, só foi transformada em “desastre” porque o café foi cultivado em um ambiente extremo diante da sensibilidade a temperaturas baixas:

O autor insere a geada dentro da conjuntura histórica. Para ele, “o sensacionalismo criado pela imprensa” paranaense faz parte de uma estratégia argumentativa para convencer o público de que o problema seria mais sério e [...] apesar de a geada de 1975 ter sido de grande intensidade, o evento climático não foi responsável pelo fim da cafeicultura no Paraná, pois, além da conjuntura histórica que envolve a transformação dos aspectos que permeiam a cafeicultura, após a geada, a cafeicultura continuou existindo no Paraná (OLIVEIRA, 2017, p. 56).

Mais adiante, a autora complementa que:

O cafeeiro é uma planta tropical que se desenvolve em temperaturas ideais entre 19° e 22°, pouco tolerante ao frio. Sendo assim, as atividades de produção do café se localizam geralmente em regiões com risco pequeno ou moderado de geadas, todavia, no Paraná, devido à alta produtividade que o solo gerava, os agricultores resolveram correr os riscos que as geadas poderiam causar [...] (OLIVEIRA, 2017, p. 59).

Com base nessa definição, a representação da geada como “desastre” foi exposta pela análise de Oliveira (2017) como uma construção de narrativa. Para a autora, as mudanças políticas e sociais ocorridas no campo, na década de 1960, seriam um fator determinante para os cafeicultores representarem a natureza, no decorrer dos eventos climáticos, como um “desastre natural”.

Essas mudanças políticas e sociais no campo são referenciadas em sua obra pela implantação do Programa de Racionalização e Diversificação Econômica, em 1962, pela promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 e pela modernização do campo em suas formas de interação com o solo.

É a partir dessas modificações políticas e sociais do campo que a ideia de natureza se manifesta em sua obra como “Pretexto de interesses e isenção de responsabilidades sociais”. Com a obrigação, perante lei, de os cafeicultores pagarem salários a seus empregados – que viviam em situação de colonato – e com a “modernização” do uso do solo no uso intensivo de máquinas agrícolas, uma demissão em massa no meio rural foi predominante nesse período.

Tal situação, na abordagem da autora, não se deve pela implantação do estatuto rural ou pelas alegações dos proprietários que não podiam pagar pelos direitos, mas, sim, pelo interesse na obtenção de lucro em suas atividades agrícolas:

O regime de colonato gerava remuneração a partir do número de pés tratados pelo colono, sendo assim, o trabalhador era encorajado a cultivar um maior número de pés de café e, além disso, o colono poderia plantar em uma porcentagem de terra culturas alimentares, o que reduzia o custo da mão-de-obra, pois os fazendeiros encontravam maneiras de se apropriar de uma renda em trabalho adicional [...]. O colonato era visto pelos proprietários das fazendas como uma opção de trabalhadores baratos e disciplinados, pois, ao possibilitar aos colonos o cultivo de suas próprias culturas alimentares, o fazendeiro substituíva o pagamento em dinheiro e resolvia o problema da falta de alimento (OLIVEIRA, 2017, p. 34).

Segundo Oliveira, com essas modificações políticas e sociais ocorridas na década de 1960, as geadas passaram a ser representadas pela mídia e pelos cafeicultores, a partir de 1975, como “desastre natural”, mesmo já sendo comum na região.

Os objetivos dessa representação estavam relacionados a dois tipos de interesses: os proprietários de terra não quererem pagar os direitos trabalhistas exigidos pela lei, responsabilizando os eventos climáticos como principal culpado pela instabilidade econômica do meio rural; e o de adquirir incentivos e recursos financeiros do estado para migrarem da cultura cafeeira para o cultivo diversificado das lavouras e pastagens.

Tais interesses, ocultados pela responsabilização dos eventos climáticos como fator principal da instabilidade econômica, levam, na obra de Oliveira (2017), à ideia de natureza como “Pretexto de interesses e isenção de responsabilidades sociais”:

Além dos danos diretos da geada de 1969, como diminuição da colheita de café, mudança de cultura e demissão dos trabalhadores, a geada teria servido como

pretexto para que os proprietários conseguissem uma forma de burlar a legislação trabalhista, ao revogarem os contratos existentes com os trabalhadores. Percebemos que as geadas que atingiram consideravelmente a cafeicultura teriam se tornado motivo de valorização do café, pois os produtores que tinham condições de reter estoques aproveitavam a quebra da safra para vender o excedente a altos preços. Os proprietários que se sentiram prejudicados com o Estatuto do Trabalhador Rural e que mantinham interesse em substituir a cafeicultura teriam encontrado, também na ocorrência constante de geadas, um pretexto para mudar o cultivo agrícola de suas propriedades e demitir os trabalhadores rurais (OLIVEIRA, 2017, p. 52).

Na análise feita pela autora, o jornal Folha de Londrina foi o principal agente influenciador da memória e da construção de uma narrativa de “desastre” sobre o evento climático de 1975. Além de suas reportagens sempre enfatizarem as geadas como principal responsável pela crise rural, desconsiderando as mudanças que vinham ocorrendo no campo desde a década de 1960, reforçavam os principais temas de interesse dos proprietários de terra.

As geadas atingiam a cafeicultura e afetavam economicamente os proprietários. Eram vistas, constantemente, como desastres, mas a cultura cafeeira não era uma cultura adaptável às condições climáticas da região. Foi o humano que introduziu e avançou a cafeicultura em locais suscetíveis a baixas temperaturas. Analisar as reportagens publicadas pelo Jornal Folha de Londrina permitiu compreender o processo de transformação de um evento climático a um desastre, que foi visto como sinônimo de destruição. Consideramos que a Folha de Londrina foi uma grande propulsora da ideia de que o processo de transformação do evento climático fosse analisado como sendo um desastre natural (OLIVEIRA, 2017, p. 124).

A representação das geadas como “desastre natural” não foi utilizada como pretexto de interesses e isenção de responsabilidades apenas pelos cafeicultores. O próprio Governo Estadual usava o evento climático como “desastre” para representar as perdas das safras de café com um tom de “surpresa” e “velório”.

Em referência à reportagem da Folha de Londrina de julho de 1975, a autora demonstrou como as geadas foram “culpadas” não apenas pela perda das safras de café como também pela perda de outras culturas:

A reportagem traz duas fotos: uma da lavoura de café geado, com aspecto de queimado, e uma lavoura de trigo coberta pela geada. Além disso, no decorrer da reportagem, é enfatizado que a lavoura de trigo havia sido dizimada e as outras culturas também deixaram de existir. O texto traz um relato do comunicado que o Governador do Paraná, Jaime Canet, teria feito ao presidente Ernesto Geisel. O tom do comunicado era de ‘velório’: “Está decretado o fim da cafeicultura no Paraná. A cafeicultura está de luto. Nunca houve uma geada tão forte. O café está totalmente destruído, arrasado” (FOLHA DE LONDRINA, 19 jul. 1975, p. 1). O autor da reportagem aponta que as palavras

do Governador, por mais que pudessem parecer exageradas, teriam refletido a realidade daquele momento, que foi confirmada pela equipe de reportagem do jornal ao sobrevoar a região (OLIVEIRA, 2017, p. 70).

O primeiro fator que se percebe nessas representações da natureza como “desastre natural”, a partir das abordagens de Oliveira (2017), é que o evento climático se torna o único responsável pelo "desastre" das perdas materiais. O segundo fator é que as ações humanas em suas intervenções na natureza são totalmente desconsideradas.

As devastações florestais, o desenfreado desgaste do uso do solo e a escolha de uma localidade inapropriada para o plantio do café não são postas em consideração. Ou seja, além de o homem interferir no clima regional pela devastação ambiental, provocada pelo desgaste do uso do solo, ele conscientemente aproveita-se da fertilidade dessas terras mesmo sabendo que é uma zona de risco para seu plantio, onde as geadas são um evento comum.

Sobre a ideia de natureza como “Pretexto de interesses e isenção de responsabilidades sociais” na obra de Oliveira (2017), verifica-se que a natureza, após década de 1970, passou a ser utilizada pela elite local da cidade de Londrina e pelo governo estadual como justificativa para as situações de crise vivenciadas no campo.

Tanto no desemprego em massa dos trabalhadores rurais quanto nos danos à cafeicultura, os eventos climáticos é que assumiam a responsabilidade pelos prejuízos econômicos e sociais, isentando a elite local e o governo estadual das próprias ações humanas no espaço natural.

Em conclusão a este capítulo, com base na análise das seis obras, ficou evidente que a natureza foi abordada como objeto de pesquisa em suas produções historiográficas para analisar as transformações dos espaços naturais e os métodos de sua apropriação, assim como suas representações em aspecto de denúncia e necessidades de preservação. Abordando a natureza em diferentes perspectivas e obtendo-a como objeto de pesquisa, é possível identificar na interpretação das obras analisadas que a natureza assumiu diferentes significados a partir de suas representações.

Quando Arruda (2001) analisou em seu primeiro artigo as representações do sertão como função de propaganda e vitória da ocupação, a ideia de natureza que se manifestou em suas abordagens foi a de "objeto de representação das projeções humanas sobre os espaços reocupados".

Em seu segundo artigo (2005), quando o autor abordou como a transformação da natureza foi tomada e transformada em semióforos por grupos ou representantes das elites

locais da região, a ideia de natureza que se manifestou em sua análise aos murais de azulejaria dos 25 e 50 da cidade de Londrina foi a de “semióforos da passagem do tempo”.

André (2006), ao analisar os espaços naturais e suas transformações em matéria-prima como produto mercantilizado, apresenta a ideia de natureza nas abordagens das representações fotográficas de José Juliani como a de "objeto de transformações do mundo natural em natureza produtiva".

Em Ballarotti (2010), ao abordar as relações humanas com os espaços naturais dentro de um centro urbano, a ideia de natureza manifestada em sua análise ao PMAT foi a de “memória, conflito e preservação de uma vegetação remanescente do crescimento urbano”.

Na obra de Biasetto (2014), quando a autora analisou as representações da natureza a partir das pressões internas dos impactos ambientais na cidade de Londrina, a ideia de natureza representada em suas abordagens do Rio Tibagi e do projeto de captação de suas águas foi a de “denúncia e emergência de uma consciência ambiental”.

Por fim, na obra de Oliveira (2017), quando a autora abordou como as relações humanas com o mundo natural atribuem diferentes representações aos fenômenos naturais, a ideia de natureza foi a de “Pretexto de interesses e isenção de responsabilidades sociais”.

Conforme exposto, ainda que as obras tenham como fatores em comum as influências da era da ecologia, a natureza não deixou de assumir diferentes significados a partir de suas ideias de representação na interpretação de uma obra para outra. Produzidos após os anos 2000, esses estudos não representam uma continuidade das produções historiográficas de 1985 a 1993, abordadas no capítulo anterior, mas sim uma “ruptura” com os questionamentos e críticas à História Local, tendo a natureza como objeto de suas análises.

Destaca-se o termo “ruptura” entre aspas, pois não há um evento explícito que tenha determinado aos programas de pós-graduação a alteração de seus objetos de pesquisa da História Local para a Natureza. Há, sim, referências diretas à era da ecologia como fator externo e interno da cidade de Londrina, que fundamenta as mudanças do objeto de pesquisa em parte dos programas de pós-graduação a partir dos anos 2000.

Tais fundamentos são afirmados tanto pelos próprios autores em suas referências à era da ecologia – analisadas no tópico anterior – quanto nos métodos de sua abordagem sobre a natureza, que os incluem – considerando as proposições de Pádua, no início do capítulo – como produções historiográficas integrantes das influências do movimento ecológico da década de 1970.

Em suma, a natureza como objeto de pesquisa e a influência da era da ecologia em torno de suas ideias foram analisadas e expostas a fim de demonstrar que parte da historiografia, após

os anos 2000, direcionou seus estudos para os comportamentos sociais como “agentes transformadores” do mundo natural e para a visão da natureza como um processo histórico, de construção e reconstrução ao longo das décadas em Londrina.



A partir dos anos 2000, por meio da análise de parte da historiografia de Londrina de 2001 a 2017, foi possível identificar que ocorreu uma mudança no objeto de pesquisa e na abordagem de suas interpretações sobre o passado. Não mais a História Local, em seus questionamentos e críticas ao passado, mas a natureza, em suas transformações, apropriações e representações, passou a ser o objeto de pesquisa dessas produções.

Tendo como similaridade entre si a influência da era da ecologia da década de 1970 e a natureza como objeto de pesquisa, essas obras analisaram como a natureza, em suas representações, foi transformada em seus aspectos físicos e ideológicos a partir das relações humanas, identificando nessa interação a natureza como um processo histórico construído e reconstruído ao longo das décadas na região.

Baseando-se na interpretação de suas formas de abordagem, identificou-se que a natureza assumiu diferentes ideias de representação, que foram utilizadas para fundamentar as transformações dos espaços naturais e os métodos de sua apropriação, assim como suas representações em aspecto de denúncia e necessidades de preservação.

Para identificar o que teria causado essa mudança de abordagem e objeto de pesquisa nas produções historiográficas após os anos 2000, foi necessário analisar como a era da ecologia despertou uma consciência ambiental nas esferas políticas e sociais na região.

A partir dos impactos ambientais sofridos pela população local na década de 1970, identificou-se que as necessidades de preservação e recuperação dos espaços naturais por meio de projetos e pesquisas científicas incluíram a UEL como instituição participante de tais atividades, introduzindo-a diretamente na era da ecologia.

Essa inclusão, conforme analisado por uma das obras selecionada como fonte para este trabalho, influenciou os estudos sobre a natureza tanto na criação de novos projetos de iniciação científica quanto na produção de dissertação e teses de Doutorado nos programas de pós-graduação da universidade.

Apesar de os programas de pós-graduação em História não terem sido mencionados como uma das áreas “influentes” da era da ecologia, verifica-se que as próprias produções historiográficas selecionadas como fonte da historiografia de 2001 a 2017 citam influências e fundamentos diretos de suas pesquisas com a era da ecologia.

Seja por ter a natureza como objeto de pesquisa, seja por referenciar em suas abordagens como a era da ecologia esteve presente na espacialidade da cidade de Londrina, essas obras analisaram a natureza a partir da ideia de que o comportamento social, em suas ações, modificam os espaços naturais de sua atuação, transformando e representando a natureza em seu processo histórico.

Desta forma, mesmo que os autores das produções historiográficas pós anos 2000 – selecionados como fontes para este trabalho – não se considerem como “historiadores ambientais”, ao considerarmos a influência da era da ecologia em suas obras e as formas de suas abordagens a natureza, identificamos que suas pesquisas se encaixam aos três níveis de abordagens apontados por Worster (1991). Ou seja, não apenas as formas de organização e transformação da natureza no passado foram analisadas por estas obras, mas também, os modos de sua apropriação e representação foram amplamente abordados por suas pesquisas, incluindo-as aos três níveis de abordagem do campo da História Ambiental apontadas por Worster (1991).

Em suma, o objetivo deste trabalho foi o de analisar e expor como as ideias de natureza se manifestam em diferentes formas de abordagem em parte da historiografia das décadas de 1985 a 2017, não apenas identificando o momento em que a natureza tornou-se objeto de pesquisa dessas produções, mas também abordando como a era da ecologia influenciou nessas mudanças de abordagem.

Cabe ressaltar, que apesar de limitarmos nossa pesquisa apenas a espacialidade da cidade de Londrina, esta discussão em torno das ideias de natureza em suas diferentes formas de abordagem não se restringe apenas a esta região. Cidades interligadas ao norte do Paraná como Cambé, Rolândia, Arapongas e Maringá também fazem parte dos processos de ocupação territorial administrados pela CTNP a partir de 1930. Todas estas regiões, também passaram pelos processos de apropriação, transformação e representação de seus espaços naturais administrados pela “cultura” da colonização da Companhia. No entanto, este trabalho optou por delimitar apenas a cidade de Londrina devido não apenas a facilidade de acesso as fontes, mas também, pela proximidade de suas formas de abordagens, que relacionavam tanto as questões da ocupação da História Local a suas pesquisas quanto as formas de interação da sociedade com seus espaços naturais.

## FONTES

ADUM, S. M. S. L. **Imagens do progresso:** civilização e barbárie em Londrina 1930/1960. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual Paulista. Assis – SP, 1991.

ANDRÉ, Richard Gonçalves. **Entre o Mito e a Técnica:** Representações de Natureza em Fontes Fotográficas (Londrina, 1934 – 1944). Dissertação de Mestrado, UNESP. Assis, 2006.

ARIAS NETO, J. M. **O Eldorado:** *Londrina e o Norte do Paraná - 1930/1975*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade de São Paulo. São Paulo – SP, 1993.

ARRUDA, Gilmar. Fotografias de Cidades de Fronteira: A vitória sobre a Natureza. In ARRUDA, Gilmar. TORRES, David Velásquez. ZUPPA, Graciela (orgs.). **Natureza na América Latina:** apropriações e representações. Londrina: Eduel, p. 193-216, 2001.

\_\_\_\_\_. Monumentos, Semióforos e Natureza nas Fronteiras. In: ARRUDA, Gilmar. (Org.). **Natureza, fronteiras e territórios:** imagens e narrativas. Londrina: Eduel, p. 1-42, 2005.

BALLAROTTI, Carlos Roberto. **Parque Municipal Arthur Thomas em Londrina – PR:** conflitos políticos e socioambientais em um território de diversidade - (1975-2009). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR, 2010.

BIASETTO, Eliane Aparecida. **O Rio Tibagi e suas Representações:** a polêmica da água e o desenvolvimento do Projeto Tibagi (1970 – 2000). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR. 2014.

CERNEV, Jorge. **Liberalismo e Colonização: o caso norte do Paraná.** Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro – RJ, 1988. ed. UEL. Londrina 1997.

JOFFILY, Jose. **Londres - Londrina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

OLIVEIRA, Caroline da Silva. A “Geada Negra” de 1975 em Londrina-PR: de evento climático a lugar de memória. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR. 2017.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Certeza de Lucro e Direito de Propriedade:** o mito da Companhia de Terras Norte do Paraná. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista. Assis – SP, 1989.

## REFERÊNCIAS

ADUM, Sonia Maria Sperandio Lopes. Historiografia Norte paranaense: alguns apontamentos. in ALEGRO, Regina Célia et al. (orgs.). **Temas e Questões para o Ensino de História do Paraná.** Londrina: Eduel, p. 1-26, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/editora/portal/pages/livros-digitais-gratuitos.php>I. Acesso em 04/03/2020.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões:** entre a história e a memória. Tese de doutorado, UNESP, Assis, 1997.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: ARRUDA, Gilmar. (Org.). **Natureza, fronteiras e territórios: imagens e narrativas**. Londrina: Eduel, p. VII-XX, 2005.

\_\_\_\_\_. Urbanização e o abastecimento de água potável em Londrina - PR no contexto da “era da ecologia” (1970-1980). **Água y Territorio**, Núm. 11, p. 58-69. 2018

ARRUDA, Gilmar e PROENÇA, Wander Lara. Conflitos no Campo do Saber: Universidades, Historiadores e os Usos do Passado Na Fronteira – Londrina, 1970-1980. Londrina: mimeo (**Relatório de pesquisa projeto pesquisa A historiografia no Paraná (1970-2012): os historiadores, seus lugares e suas regiões, desenvolvido de 2012 a 2015**. Universidade Estadual de Londrina/CNPq. 2019.

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: Edunesp/Hucitec, 1988.

BARBOSA, Benedito. **A mais notável obra de colonização que o Brasil já viu**. São Paulo: Ostrenski, 1953.

BARROSO, Vicente. **O famoso Norte do Paraná: terra onde se anda sobre o dinheiro**. Caxias do Sul, Ed. São Miguel, 1956.

BENATTI, Antônio Paulo. **O centro e as Margens: Boemia e prostituição na “capital mundial do café”** (Londrina: 1930-1970). Dissertação de Mestrado, UFPR. Curitiba, 1996.

BRAGA, Rubem; D’HORTA, Arnaldo Pedroso. **Dois repórteres no Paraná**. Curitiba, Câmara de Expansão Econômica do Paraná, 1953.

CASTRO, Rosimeire Aparecida Angelini. **O cotidiano e a cidade: práticas papéis e representações femininas em Londrina (1930 – 1960)**. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Depto. De História da Universidade Federal do Paraná, 1994.

CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

Companhia de Terras Norte do Paraná – **O Norte do Paraná**. (CTNP), s.e.; s.d. 1941

Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) – **Cia. Melhoramentos Norte do Paraná – A Maior Empresa Colonizadora da América do Sul** – Suas Realizações em Mais de 30 anos de Trabalho. São Paulo, s.e.; S.d. 1956

Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) – **Certeza de Lucro e Garantia do Direito de Propriedade Colonizaram o Norte do Paraná**. Encarte publicitário publicado pelo jornal “O Estado de São Paulo”, São Paulo, 15 de janeiro de 1965

Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) – **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. Publicação comemorativa do cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, São Paulo, s.e.; 1975.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. **História regional & ideologias: em torno de algumas coreografias políticas do norte do paranaense – 1930/1980**. Curitiba, 1995. Dissertação

“Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

IVANO, Rogério. **Crônicas de Fronteiras: imagens e imaginário de uma terra conquistada.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista. Assis – SP, 2000.

LE GOFF, J. Documento/monumento. In: **Memória – História.** Lisboa: Imprensa Nacional, 1985. Enciclopédia Einaudi, v. 1. P. 95.

LEME, Edson José Holtz. **Faces Ilícitas de uma Cidade: Representações da prostituição em Londrina (1940 – 1960).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual Paulista. Assis – SP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Noites Ilícitas: histórias e memórias da prostituição.** Londrina: EDUEL, 2005

\_\_\_\_\_. **O Teatro da Memória: o Museu Histórico de Londrina: 1959-2000 /** Edson José Holtz Leme. – Assis, 2013.

LOCKE, John. **Carta sobre a tolerância.** São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

\_\_\_\_\_. **Segundo tratado sobre o governo.** São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).

MICHAELIS: **Dicionário escolar da língua portuguesa.** Editora Melhoramentos, São Paulo, p. 771, 2002.

MULLER, Nice Lecocq. **Contribuição ao estudo do Norte do Paraná.** In: Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, n. 22, mar. 1956.

\_\_\_\_\_. **Contribuição ao estudo do norte do Paraná.** Geografia, Londrina, v. 10, n. 1, p. 89-118, jan./jun. 2001.

MORES, Lucas. **História ambiental do agroecossistema do café (Coffea arábica) no norte do Paraná (1945-1975).** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017. (Versão não publicada).

OLIVEIRA Aristeu. **Norte do Paraná: Terra Abençoada.** Londrina, 1949.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, vol.24, n.68, p. 81-101. 2010.

POMIAN, Kraysztof. Coleção. In: ROMANO, R. **Enciclopédia Einaudi.** Lisboa: Imprensa Nacional, V.1 -Memória/História, 1985

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste.** 4 ed. Rio de Janeiro. José Olympio, 1970.

ROLIM, Rivail Carvalho. **O Policiamento e a Ordem: Histórias da Polícia em Londrina (1948 – 1962).** Londrina: Ed. UEL, 1999.

SMITH, Adam. **Investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações**. 2.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)

WILLIAMS, Raymond. Ideias sobre a Natureza em **Cultura e Materialismo 1921 – 1988**. Tradução André Glaser – São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 89-113.

WORSTER, Donald. **Para Fazer História Ambiental**. - Tradução de José Augusto Drummond; Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.4, n.8, 1991, p. 198-215.